
Tractebel Energia
SUEZ
gerando
energia
para a
vida
relatório anual 2006

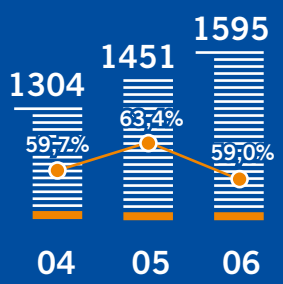
destaques 2006

Todas as usinas são certificadas segundo as normas NBR ISO 9001 e 14001.

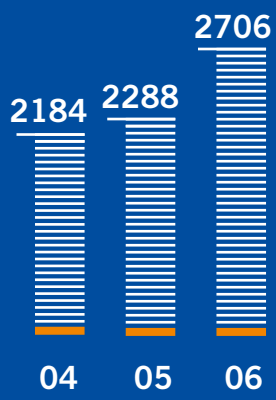
Receita operacional líquida cresce 18,2%.

Lucro líquido atinge valor recorde de R$ 979 milhões.

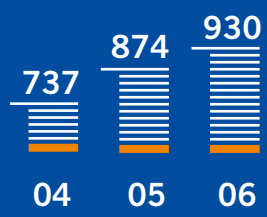
EBITDA e Margem EBITDA
R$ milhões I %



Receita Operacional Líquida
R$ milhões



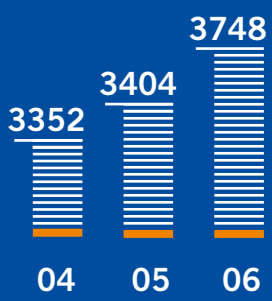
Distribuição de Dividendos
R$ milhões



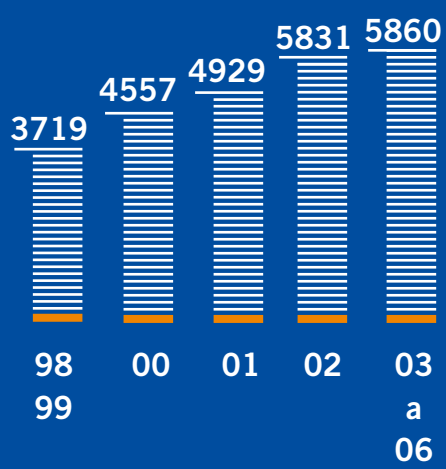
Lucro Líquido
R$ milhões



Vendas de Energia
MW médios



Evolução da Capacidade Instalada
MW



	2004[1]	2005[1]	2006	06/05 (%)
INDICADORES ECONÔMICOS (R$ MILHÕES)				
Receita Operacional Bruta	2.376	2.593	3.061	18,1%
Receita Operacional Líquida	2.184	2.288	2.706	18,2%
EBITDA[2]	1.304	1.451	1.595	9,9%
Margem EBITDA	59,7%	63,4%	59,0%	- 4,4 p.p.
Resultado de Serviço – EBIT	1.081	1.243	1.387	11,6%
Resultado Financeiro	(210)	(136)	(156)	-15,1%
Lucro Líquido	775	920	979	6,4%
INDICADORES FINANCEIROS (R$ MILHÕES)				
Ativo Total	6.161	5.652	5.539	-2,0%
Patrimônio Líquido	2.787	2.686	2.765	2,9%
Investimentos	38	44	69	56,8%
Dívida Líquida Ajustada	1.345	1.244	1.025	-17,6%
AÇÕES				
Nº de Ações (mil)	652.742	652.742	652.742	0,0%
Lucro Líquido por Ação (R$)	1,1876	1,4096	1,5001	6,4%
Preço Médio da Ação – ON (R$)	7,48	10,09	16,53	63,8%
Distribuição de Dividendos (R$ milhões)	737	874	930	6,4%
MERCADO				
Vendas de Energia (GWh)	29.440	29.823	32.836	10,1%
Vendas de Energia (MW médios)	3.352	3.404	3.748	10,1%
CORPO FUNCIONAL				
Empregados (nº)	849	893	905	1,3%

Nota: [1]Considerando reclassificação contábil.
[2]EBITDA representa lucro operacional + resultado financeiro + resultado não operacional + contribuição social e imposto de renda + depreciação e amortização + amortização do ágio em controladas.

Valores

Profissionalismo
O profissionalismo é uma exigência por competência, habilidade, rigor e paixão pela profissão. Todo o trabalho deve ser realizado dentro das melhores técnicas para prestar um serviço de qualidade.

Cooperação
Representa um compromisso de longo prazo com todos os parceiros através da conduta leal e transparente. Atuamos com mais eficácia se nos associarmos a outros em nossa evolução.

Espírito de Equipe
O espírito de equipe é antes de tudo a ajuda mútua. É o intercâmbio de experiências e o compartilhamento de conhecimentos. É a filosofia de gestão na qual se privilegia o coletivo diante de interesses individuais para que todos saiam vitoriosos.

Criação de Valor
Todas as ações, individuais ou coletivas, devem buscar a criação de valor, para incrementar a rentabilidade e a solidez financeira da Companhia, garantindo sua autonomia e perenidade.

Respeito ao Meio Ambiente
A Tractebel Energia deve sempre contribuir para melhorar de forma sustentada a qualidade de vida, preservando o meio ambiente. O respeito ao meio ambiente é ponto central da filosofia da Companhia.

Ética
A ética é um valor que permeia todos os outros cinco valores e lhes dá vida. Deve guiar o comportamento diário e assim se constituir em uma garantia de êxito e de perenidade da Tractebel Energia e do Grupo do qual faz parte.

Tractebel Energia

SUEZ

A foto da capa é da bacia ecológica situada no município de Tubarão (SC). A área, que serviu como bacia de cinzas para o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, passou por auto-regeneração e, atualmente, está coberta por vegetação nativa e povoada por animais silvestres. O local é preservado e monitorado pela Tractebel Energia.

01_ mensagem da administração 04

02_ perfil corporativo 08

03_ estratégia 18

04_ ambiente macroeconômico 22

05_ o setor elétrico 26

06_ desempenho operacional 32

07_ desempenho econômico-financeiro 38

08_ mercado de capitais e governança corporativa 48

09_ relacionamento com a comunidade e com o meio ambiente 56

10_ relacionamento com os empregados 70

11_ reconhecimentos 82

12_ glossário 84

13_ balanço social consolidado 92

14_ demonstrações contábeis 95

Nota: Neste Relatório Anual, os termos constantes do glossário estão com as primeiras letras maiúsculas.

01

mensagem da administração



O desempenho da Tractebel Energia em 2006 demonstra que o ano foi positivo sob todas as perspectivas, sejam elas econômicas, financeiras, operacionais ou institucionais. Foram várias as conquistas que obtivemos durante o exercício, todas fortemente marcadas pelo alinhamento de nossas ações a uma gestão pautada pelos preceitos do desenvolvimento sustentável de longo prazo do negócio. Entendemos que seja de fundamental importância a geração de valor aos nossos acionistas, sempre preservando o relacionamento ético, transparente e justo com os demais interessados nas atividades da Companhia, como os nossos clientes, fornecedores, empregados, as entidades governamentais e as comunidades onde estamos inseridos.

Nossa visão de negócios é sustentada pelos valores que compartilhamos com nosso controlador, o grupo franco-belga SUEZ, de profissionalismo, cooperação, espírito de equipe, criação de valor, respeito pelo meio ambiente e ética, e, como mostram nossos resultados e os destaques que essa publicação apresentará detalhadamente, acreditamos estar no caminho certo.



A visão de negócios da Tractebel Energia é sustentada em valores como profissionalismo, cooperação, espírito de equipe, criação de valor, respeito pelo meio ambiente e ética

Uma das maiores conquistas do ano foi a certificação da totalidade de nossas treze usinas nas normas NBR ISO 9001 e 14001 – somos a única dentre as principais empresas do setor de energia a obter tal resultado. Adicionalmente, a Unidade de Co-geração Lages obteve o registro no Comitê de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU), conquistando o direito de comercializar créditos de carbono no mercado internacional, por meio do programa de Redução Certificada de Emissões.

A gestão baseada no tripé da sustentabilidade – econômico, social e ambiental - é o foco de nossa administração. Todo nosso planejamento, de médio e longo prazos, considera essas dimensões no processo de tomada de decisão e no estabelecimento de metas e objetivos anuais, tanto para a Companhia, como para cada uma de nossas controladas.

A adesão ao Novo Mercado, realizada no final de 2005, é outro indicador de nosso comprometimento com a ética, a responsabilidade e a transparência – aspectos intangíveis que, acreditamos, o mercado tem reconhecido e valorizado de forma tangível.

O primeiro ano de atuação no Novo Mercado foi marcado por uma aproximação ainda maior da Companhia junto a seus investidores. Essa postura teve reflexo sobre o desempenho positivo de nossas ações, e resultou em sua permanência no Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), no Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (Itag) e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE). Adicionalmente, fomos agraciados com o prêmio de "Maior Evolução em Relações com Investidores" concedido pela *Investor Relations Magazine*.

Sob os aspectos econômico e financeiro, estamos preparados para manter nossa posição de maior geradora privada de energia elétrica do País. Caminhamos nessa direção, atentos a todas as oportunidades de crescimento, seja por meio de aquisições de ativos ou do desenvolvimento de novos empreendimentos, buscando maiores volumes de vendas nos leilões de energia elétrica e no atendimento ao setor industrial.

Nossa situação financeira é favorável e confortável, com baixo nível de alavancagem e uma forte e estável geração de caixa. Em 2006, nosso EBITDA - lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações - foi de R$ 1.595 milhões e o lucro líquido atingiu R$ 979 milhões, um crescimento de 9,9% e 6,4%, respectivamente, em relação a 2005.

As perspectivas para o futuro continuam favoráveis. Estamos preparados para assumir as responsabilidades que novas oportunidades poderão exigir e prontos para o crescimento. Entre os desafios de 2007, podemos vislumbrar os investimentos necessários ao desenvolvimento da Usina Hidrelétrica São Salvador, no Estado de Tocantins, cujas obras foram iniciadas em 2006, agregando 241 MW à nossa Capacidade Instalada. Adicionalmente, no médio prazo teremos investimentos na Usina Hidrelétrica Estreito, localizada entre os Estados de Tocantins e do Maranhão; um novo projeto que adicionará à Companhia mais 435 MW de Capacidade Instalada. Pretendemos ainda, incrementar a diversificação do portfólio de Clientes Livres, realizar novas vendas de créditos de carbono com base no acordo com o Banco Mundial e investir em melhoramentos na Usina Hidrelétrica Salto Osório e na Usina Termelétrica Jorge Lacerda.

Muito importante também é nossa disposição de ampliar ainda mais os cuidados com o meio ambiente, promovendo ações não apenas de compensação à execução de nossas atividades, mas com o objetivo de criar vantagens significativas em relação à demanda de nossos negócios.

Responsabilidade, ética e sustentabilidade: esses são os conceitos-chave que guiam nosso dia-a-dia. Agradecemos a todos pela confiança, incentivo e dedicação aos negócios da Tractebel Energia e reafirmamos nosso compromisso de continuar nesse caminho, para o bem da Companhia, de seus acionistas, de seus empregados e de todos os demais que interagem com nossas atividades.

Somos a única entre as principais empresas do setor de energia a deter as certificações NBR ISO 14001 e 9001 em todas as usinas

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

02

perfil corporativo



A Tractebel Energia é a maior geradora privada de energia elétrica do Brasil. Com sede em Florianópolis (SC), a Companhia possui um parque gerador composto por seis usinas hidrelétricas e sete usinas termelétricas, localizadas nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás, com Capacidade Instalada de 5.860 MW, que correspondem a cerca de 7% da Capacidade Instalada total do Brasil. Das 13 usinas, 11 pertencem integralmente à Companhia, e em duas ela detém controle parcial e as opera em forma de consórcio com outras empresas. Incluindo seu escritório de vendas em São Paulo (SP), a Tractebel Energia conta com 905 colaboradores.

Usina Hidrelétricas	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWm)
1 Salto Santiago	1.420	723
2 Itá	1.090[1]	513[1]
3 Salto Osório	1.078	522
4 Cana Brava	450	273
5 Machadinho	383[1]	136[1]
6 Passo Fundo	226	119
Total	**4.647**	**2.286**
Usina Termelétricas	**Capacidade Instalada (MW)**	**Energia Assegurada (MWm)**
7 Complexo Jorge Lacerda[2]	857	598
8 William Arjona	190	177
9 Charqueadas	72	45
10 Alegrete	66	41
11 Lages	28	25
Total	**1.213**	**886**

Nota: [1] Parte da Tractebel Energia.
[2] Complexo composto por 3 usinas.





A Tractebel Energia é líder em geração privada de eletricidade no Brasil

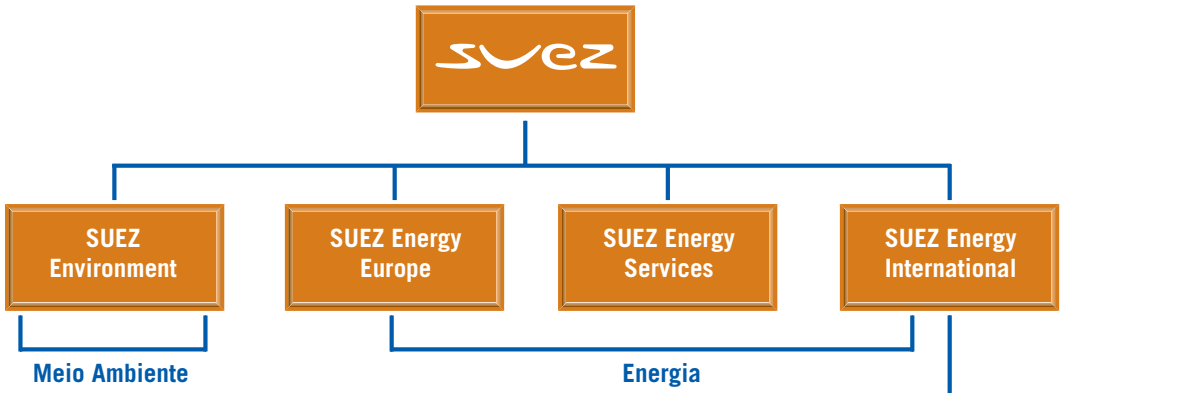
Fornecer energia de forma sustentável e ambientalmente responsável faz parte da missão da Tractebel Energia. Isso se reflete no excelente índice de disponibilidade, no índice de satisfação de seus clientes e na manutenção das certificações ambientais

Além da geração de energia, a Companhia também oferece os seguintes serviços:

- Monitoramento da qualidade da energia, por meio de medidores que avaliam a energia consumida;
- Controle de medição de energia, que facilita o controle de custos pelos Clientes Livres;
- Operação e manutenção de equipamentos de produção de energia;
- Co-geração de energia;
- Geração de vapor;
- Mudança da classe de tensão de equipamentos de conexão à rede; e
- Comercialização de sobras de energia.

Nos últimos oito anos, a Tractebel Energia investiu R$ 2,5 bilhões na expansão e melhoria de suas usinas. Ao final de 2006, o lucro líquido da Companhia atingiu R$ 979 milhões, o patrimônio líquido, R$ 2.765 milhões, e a dívida líquida somou R$ 1.025 milhões.

Composição e Controle Acionário

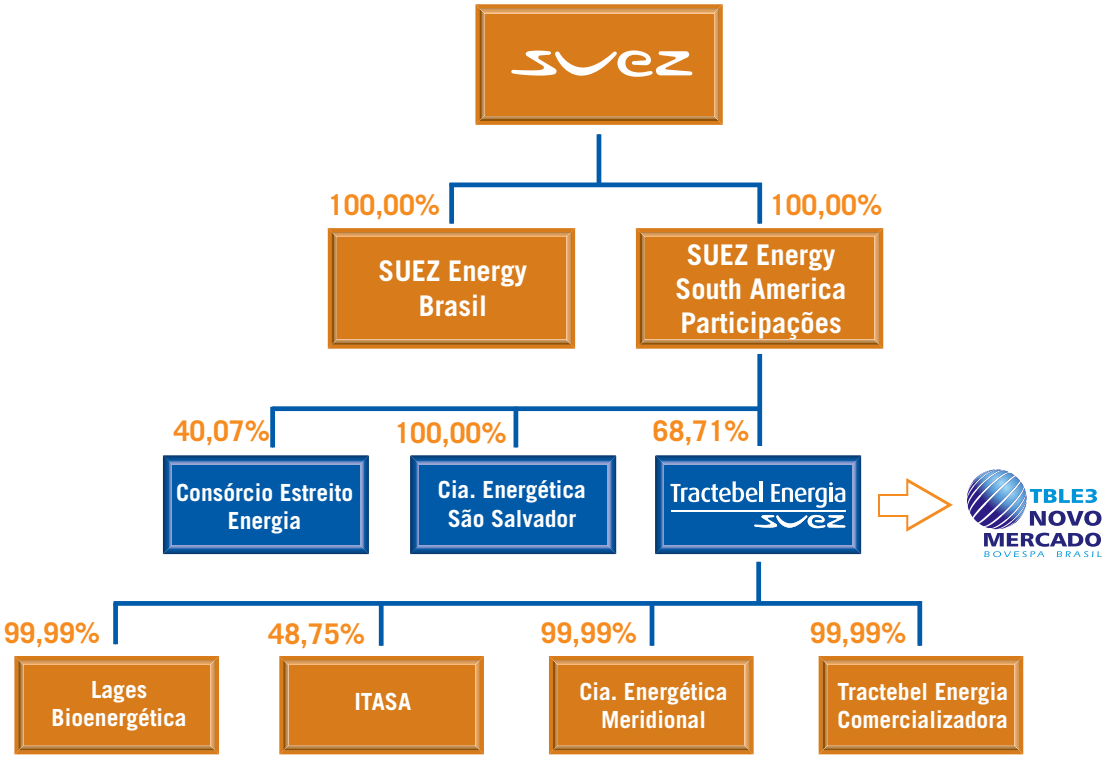


Controladora da Tractebel Energia, a SUEZ atua globalmente nos negócios de eletricidade, gás, água e tratamento de resíduos, por meio de soluções inovadoras e sustentáveis.

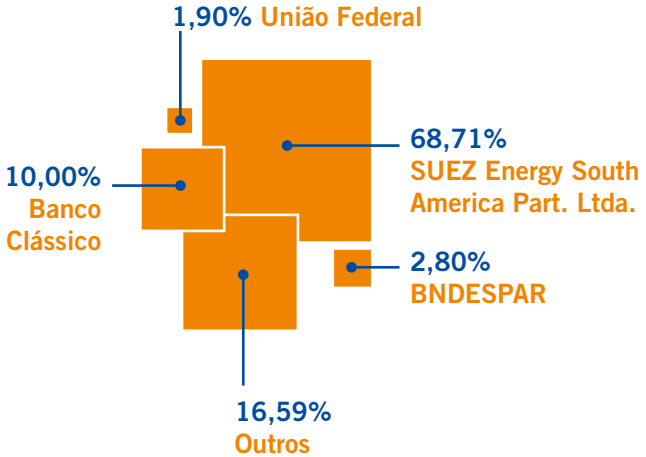
Seu parque gerador – na Europa e no mundo – totaliza 58.000 MW de Capacidade Instalada. Na Europa, é a maior fornecedora de energia e serviços industriais e a segunda em gestão de resíduos e em usinas de tratamento de água. Atendia globalmente, ao final de 2006, mais de 200 milhões de pessoas e 500 mil clientes industriais, comerciais e empresas públicas.

A SUEZ, controladora da Tractebel Energia, é a maior fornecedora de energia e serviços industriais e a segunda em gestão de resíduos e em usinas de tratamento de água da Europa





Controle Acionário da Tractebel Energia



A SUEZ Energy South America Participações Ltda (SESA) integra a SUEZ Energy International (SEI), divisão da SUEZ com sede em Bruxelas, responsável pelas atividades do grupo na área de energia, gás e gás natural liquefeito (GNL) fora da Europa. Na América do Sul, a SESA mantém operações na Argentina, no Chile, no Peru e Brasil, sendo este seu principal centro de operações.

Em 31 de dezembro de 2006, o capital social da Tractebel Energia era de R$ 2.446 milhões, representado por 652.742.192 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais cerca de 17% estavam pulverizadas no mercado.

Perfil das Controladas

Lages Bioenergética Ltda.
Sociedade de Propósito Específico (SPE) responsável pela construção da Unidade de Co-geração Lages, localizada no Estado de Santa Catarina. Em 2002, recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para atuar como Produtor Independente de energia. Com Capacidade Instalada de 28 MW e capacidade de fornecimento de 25 t/h, esta usina produz energia utilizando resíduos de madeira (Biomassa) como combustível, o que lhe rendeu registro no Comitê Executivo de MDL da ONU. Seu prazo de concessão expira em 2032.

Itá Energética S.A. – ITASA
Por meio de parceria com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia de Cimento Itambé, a Companhia detém a concessão para a exploração da Usina Hidrelétrica Itá até 2030. Situada no Rio Uruguai, entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS), possui Capacidade Instalada de 1.450 MW.

Cia. Energética Meridional – CEM
Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém a concessão, até 2033, da Usina Hidrelétrica Cana Brava, situada no Rio Tocantins, no Estado de Goiás, com Capacidade Instalada de 450 MW.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.
Empresa que tem como objetivo a comercialização, importação e exportação de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada, bem como a intermediação de tais operações.



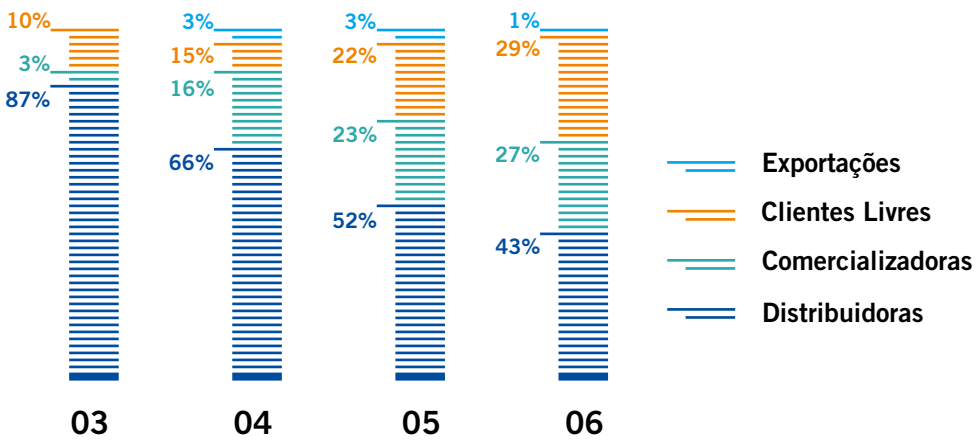
Base de Clientes

A carteira de clientes da Tractebel Energia é bem diversificada, abrangendo Distribuidoras de energia, Comercializadoras e Clientes Livres. Além disso, uma pequena parte de sua energia é exportada.

Nos últimos quatro anos, a Tractebel Energia focou na distribuição mais equilibrada da sua base de clientes, aumentando sua participação em Comercializadoras e Clientes Livres. A grande maioria dos Clientes Livres é composta por clientes industriais, principalmente dos setores de papel e celulose, fertilizantes, gases industriais, petroquímico, automobilístico e alimentício. A meta da Companhia é ampliar este segmento, que já representa quase 30% das vendas físicas e que conta com mais de 120 unidades industriais de mais de 80 empresas.

No decorrer do ano, a Tractebel Energia adicionou ao seu portfólio de Clientes Livres empresas de primeira linha, como Aracruz Celulose, Cargill, John Deere, Kimberly Clark, Malwee Malhas, Michelin, Petroflex, Pirelli, Procter & Gamble, Schincariol, Schulz, Vega do Sul (do grupo Arcelor), Wetzel e Whirlpool, entre outras.

Vendas Físicas por Tipo de Cliente

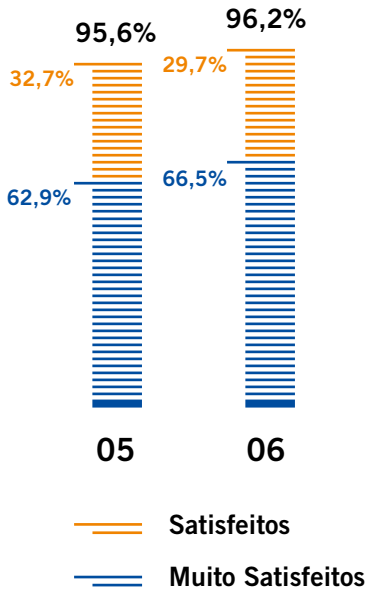




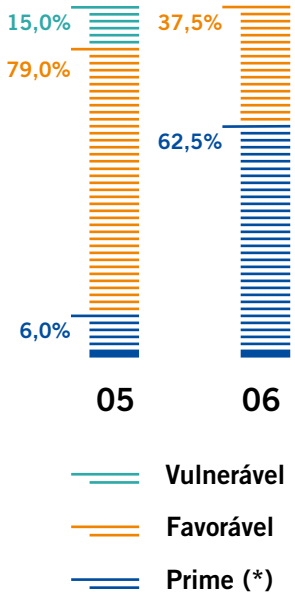
Pesquisa de Satisfação de Clientes

O aumento na base de Clientes Livres é reflexo do adequado atendimento prestado pela Companhia, o que pode ser verificado em pesquisas anuais tercerizadas, que medem o índice de satisfação e de fidelidade dos clientes. A mais recente, realizada em 2006, revelou evolução importante na avaliação da Companhia em ambos os aspectos, com destaque para o índice de fidelidade, que não acusou a existência de clientes vulneráveis.

Índice de Satisfação de Clientes



Índice de Fidelidade de Clientes



(*) Classificação Máxima





Principais Eventos de 2006

Janeiro

• As ações da Tractebel Energia são incluídas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). O índice é composto por ações de 28 empresas, entre as de maior liquidez e melhor desempenho nos aspectos financeiro, econômico, social, ambiental e de governança corporativa.

Junho

• A Unidade de Co-geração Lages obtém o registro no Comitê Executivo de MDL da ONU, e passa a ser a primeira usina do Brasil e da SUEZ a ter o direito de negociar créditos de carbono por utilizar resíduos de madeira como combustível.

• A Tractebel Energia vende 220 e 273 MW médios, respectivamente das Usinas Hidrelétricas Itá e Cana Brava, no leilão de energia nova organizado pela ANEEL, a um preço médio de R$ 128,30/MWh, pelo período de 30 anos a partir de 2009.

• A Tractebel Energia recebe o prêmio *Investor Relations Magazine Brazil Awards* 2006 na categoria "Maior Evolução em Relações com Investidores", em reconhecimento ao seu empenho em adotar uma política de maior proximidade com o mercado de capitais, além do seu comprometimento com a transparência e as melhores práticas de governança corporativa.

• O Prêmio Brasil Ambiental 2006 é concedido à Tractebel Energia pela Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro (Amcham-Rio), na categoria especial "Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)", pelo trabalho realizado na Unidade de Co-geração Lages.

Julho

• A Standard & Poor's eleva o *rating* de crédito corporativo da Tractebel Energia de brA+ para brAA. Por sua vez, a Fitch Ratings eleva o *rating* da Companhia de AA- (bra) para AA (bra).

Outubro

• A Companhia Energética São Salvador (CESS) vende 148 MW médios da futura Hidrelétrica São Salvador por 30 anos, a partir de 2011, pelo preço médio de R$ 135,01/MWh.

• A CESS é certificada pela Bureau Veritas (BVQI), atestando sua observância às leis e regulamentos vigentes para a implantação de programas sócio-ambientais durante a construção da usina.

Dezembro

• Com a certificação das seis usinas remanescentes, todas as 13 usinas da Tractebel Energia passam a ter as certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001, concedidas pela BVQI e que atestam, respectivamente, a qualidade produtiva e a responsabilidade ambiental. A Companhia é a primeira entre as principais Geradoras do País a obter 100% de suas plantas certificadas nessas normas.

• As ações da Tractebel Energia permanecem na nova carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bovespa, composta por títulos de 34 companhias dentre as mais líquidas, reconhecidas pelo compromisso com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.

• O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concede licença de instalação para a Hidrelétrica de Estreito.



• A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprova financiamento de R$ 570 milhões para a construção da Usina Hidrelétrica São Salvador, o que representa 67,25% do total do investimento.

• No leilão de venda de parte dos ativos da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) na Usina Hidrelétrica Machadinho, a Tractebel Energia adquire, após o exercício do direito de preferência pelos sócios da Machadinho Energética S.A. (Maesa), 10 MW médios a partir de fevereiro de 2007.

Eventos Subseqüentes:

Janeiro de 2007

• A Tractebel Energia concretiza a venda de 190 mil toneladas de Redução Certificada de Emissões (RCE), ou créditos de carbono, para a companhia japonesa Chugoku Electric Power, por aproximadamente € 3,1 milhões.

• É fechado contrato de venda de 750 mil toneladas de RCEs, a serem entregues até 2014, com o Prototype Carbon Fund (PCF), fundo de investimento administrado pelo Banco Mundial, no valor de US$ 7,5 milhões.

• A agência Fitch Ratings afirma os *ratings* nacionais de longo prazo AA(bra) da Tractebel Energia e de sua primeira emissão de debêntures.

03

estratégia



A Tractebel Energia objetiva manter-se como a companhia privada líder na geração de energia no Brasil, buscando criar valor para aumentar a rentabilidade e a solidez financeira, garantindo, assim, sua autonomia e a continuidade de seus negócios. Para atingir essa meta, adota uma estratégia baseada nos seguintes princípios:

Crescimento com disciplina financeira: aumento das receitas com base em dois fatores: beneficiar-se dos melhores preços futuros de energia e ampliar seu parque gerador. A Companhia optou por ter parte substancial de sua Energia Assegurada descontratada a partir de 2009, quando previsões do setor apontam para um potencial aumento de preço. Além disso, sua sólida condição financeira, com reduzido nível de endividamento, aliada a uma forte geração de caixa, possibilita sua participação em novos projetos e possíveis aquisições.

Maximização da eficiência do portfólio de clientes: valendo-se de seu histórico e de sua capacidade de estabelecer relacionamentos duradouros com Clientes Livres, a Tractebel Energia pretende otimizar seu portfólio de contratos focando nesse segmento. Dentre as iniciativas nesse sentido estão: o programa de fidelização, a estratégia de investir na prestação de serviços, a adaptação da compra de energia ao processo produtivo de cada consumidor e a auditoria energética.

Eficiência operacional: é a base da estratégia para tornar a Tractebel Energia mais competitiva e eficiente. O sólido desempenho operacional e os índices de produtividade crescentes permitem que a Companhia melhore continuamente as margens operacionais.

A sólida condição financeira e a forte geração de caixa da Tractebel Energia possibilitam a realização de novos projetos



Vantagens Competitivas

Potencial de crescimento: desde 1998, a Companhia expandiu sua Capacidade Instalada em 57,6%. Novos projetos já iniciados demonstram o compromisso do grupo em dar prosseguimento a essa expansão.

Perfil de contratação adequado: nível balanceado de contratação entre Distribuidoras, o que proporciona estabilidade de geração de caixa no longo prazo, e Clientes Livres, o que permite flexibilidade das condições comerciais. A disponibilidade de energia da Companhia, formada pela Energia Assegurada e compras realizadas para revenda, está quase totalmente contratada até 2008, a preços competitivos.

Pioneirismo no fornecimento em larga escala a Clientes Livres: seu pioneirismo na obtenção de Clientes Livres e no desenvolvimento de políticas de fidelização dos mesmos fez com que a Companhia adquirisse a experiência necessária para o gerenciamento dos contratos, o que lhe proporciona maior eficiência na gestão de clientes.

Evolução contínua dos principais indicadores financeiros: nos últimos quatro anos a Tractebel Energia mostrou crescimento médio consistente na receita líquida (19,0% a. a.), EBITDA (18,4% a. a.) e lucro líquido (23,7% a. a.).

Administração experiente e comprometida com as melhores práticas de governança corporativa: o crescimento consistente da Companhia é também reflexo de seu comprometimento com as melhores práticas de governança corporativa e da larga experiência de sua diretoria no setor elétrico.

***Payout* elevado**: a Tractebel Energia tem se diferenciado pela substancial distribuição de lucros. A Diretoria Executiva adota uma política de pagamento de proventos não inferiores a 55% do lucro líquido ajustado em distribuições semestrais, sendo, portanto, superior aos 30% previstos no Estatuto. Não obstante, a distribuição registrada em 2003, 2004, 2005 e 2006 foi de 95% de seu lucro líquido, na forma de juros sobre o capital próprio e dividendos.

Acionista controlador com vasta experiência no Brasil e no setor elétrico: A SUEZ atua no Brasil há mais de 50 anos, oito deles no setor elétrico. A Capacidade Instalada da Tractebel Energia representa mais de 10% da capacidade de geração mundial da SUEZ.

Expansão do Parque Gerador

A SUEZ Energy South America Participações Ltda (SESA), controladora da Tractebel Energia, está desenvolvendo dois projetos hidrelétricos: as Usinas São Salvador e Estreito.

No primeiro semestre de 2007, a SESA deverá transferir seu controle sobre São Salvador à Tractebel Energia, que ficará responsável pela conclusão da construção e por sua operação. O início de sua construção, pela SESA, ocorreu em 2006, ano da venda de 148 MW médios, em leilão de energia nova, a um *pool* de Distribuidoras que desembolsará R$ 135,01 por MWh por um prazo de 30 anos.

A futura hidrelétrica, localizada no município de São Salvador, no Estado de Tocantins, receberá investimentos da ordem de R$ 850 milhões, e representará um aumento de 241 MW na Capacidade Instalada da Companhia. O início da produção está previsto para 2011.

Já o projeto Estreito recebeu, em dezembro de 2006, licença de instalação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama). Tal licença cria condições mais seguras para a participação da usina nos leilões de energia nova, possibilitando sua construção. A Hidrelétrica Estreito é um dos maiores projetos de geração do Brasil e acrescentará 435 MW à Capacidade Instalada da Companhia.

Caso ocorra a venda da energia de Estreito ainda em 2007, o início da construção da hidrelétrica, que terá 1.087 MW de Capacidade Instalada, deve ocorrer logo após, e a transferência do controle da SESA para a Tractebel Energia será seqüencial.

A Usina Estreito é controlada pelo Consórcio Estreito, formado pela SESA, que detém 40,1%; Companhia Vale do Rio Doce, com 30%; Alcoa Alumínio, com 25,5% e Camargo Corrêa Energia, com 4,4%.



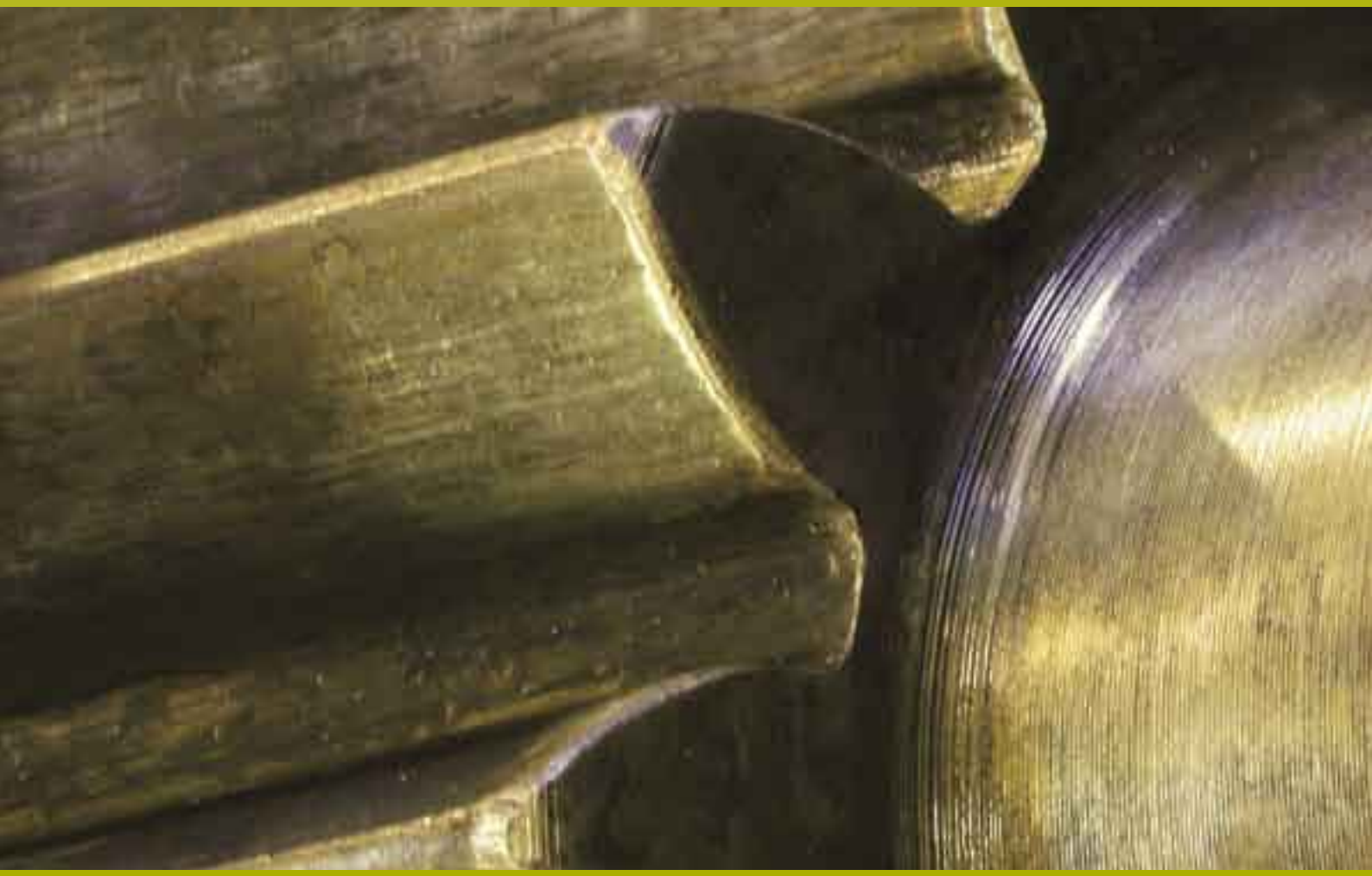
UHE Estreito	
Capacidade Instalada	1.087 MW
Energia Assegurada	585 MW
Participação da SESA	40,1%
Investimento (R$ mm)[1]	1.250
Início da construção[2]	2007
Início da operação[2]	2010
Fim da construção[2]	2011

UHE São Salvador	
Capacidade Instalada	241 MW
Energia Assegurada	148 MW
Participação da SESA	100%
Investimento (R$ mm)[1]	845
Início da construção	2006
Início da operação	2011
Fim da construção	2010

Nota: [1]Estimativa do investimento da Tractebel Energia no projeto.
[2]Estimativa da Tractebel Energia.

04

ambiente macroeconômico



Nos últimos anos, o Brasil caminhou de forma consistente em direção à estabilização do ambiente macroeconômico, condição fundamental para o crescimento sustentado. O bom desempenho nesse setor deve-se primordialmente à manutenção da política econômica pelo governo brasileiro, o que reforça a solidez das instituições financeiras do País.

As exportações fecharam o ano superando os US$ 137,5 bilhões, o que representa um incremento de 17% em relação a 2005. As importações também registraram alta de 25% em comparação ao ano anterior. E o superávit primário fechou em 4,30% do Produto Interno Bruto (PIB), ligeiramente acima da meta de 4,25% estabelecida para o ano.

A inflação esteve sob controle com os índices de preços dentro da meta. A variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) foi de 3,14%. Por tal razão, o Banco Central iniciou um processo de quedas sucessivas nos juros – a taxa Selic caiu de 17,25% ao ano no início de 2006 para 13,25% em dezembro. No entanto, os juros ainda se encontram em um patamar elevado, o que resultou no ingresso de divisas estrangeiras no País, ocasionando a depreciação de 8,1% do dólar frente ao Real.





O crescimento da economia brasileira em 2006 ficou aquém do esperado, fortemente impactado pelos juros, com o PIB apresentando um crescimento de 2,9%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Parte significativa do crescimento deve ser creditada ao consumo interno, que expandiu 3,7% e foi o motor da economia, impulsionado pela elevação da renda familiar e do crédito. É importante salientar que a indústria de energia elétrica acompanha o ritmo de crescimento do PIB, mantendo-se sempre acima do mesmo.

Na esfera política, o destaque foi para as eleições presidenciais, que ocorreram nos meses de outubro e novembro, em dois turnos. O pleito foi mais uma prova da consolidação da democracia e das instituições no Brasil, fator essencial para criar um cenário favorável ao investimento de longo prazo no País. Vale ressaltar a inexistência de impactos na economia como decorrência do processo eleitoral, o que fortaleceu a imagem do Brasil no cenário global. O risco-país encerrou 2006 com o menor índice de sua história: 192 pontos base.

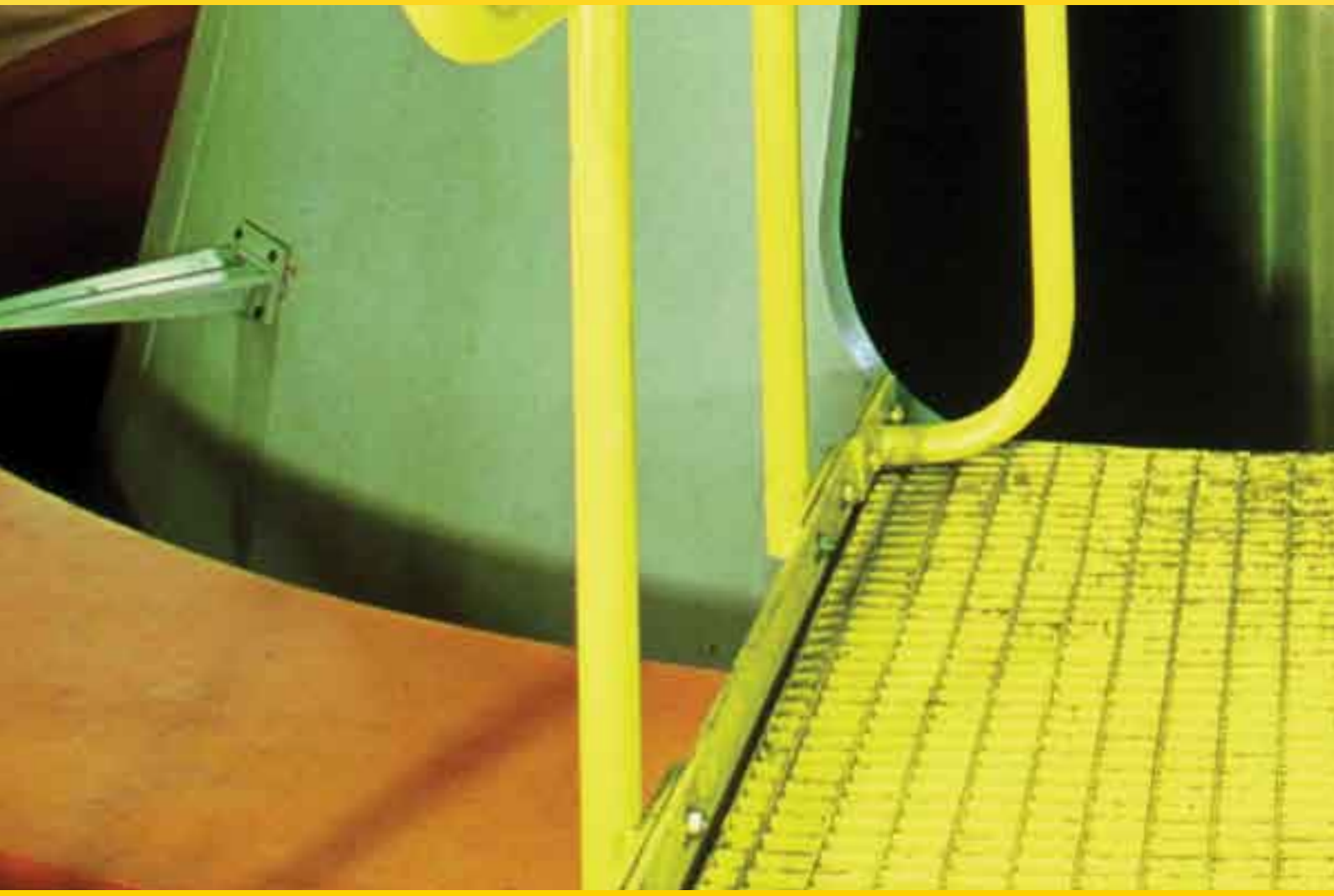
No cenário externo, o ambiente foi favorável, observando-se forte demanda, preços elevados e liquidez abundante. Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam expansão de 5,2% da economia mundial no ano.



O índice de crescimento da demanda do setor energético sempre ficou acima do registrado para o crescimento do PIB

05

o setor elétrico



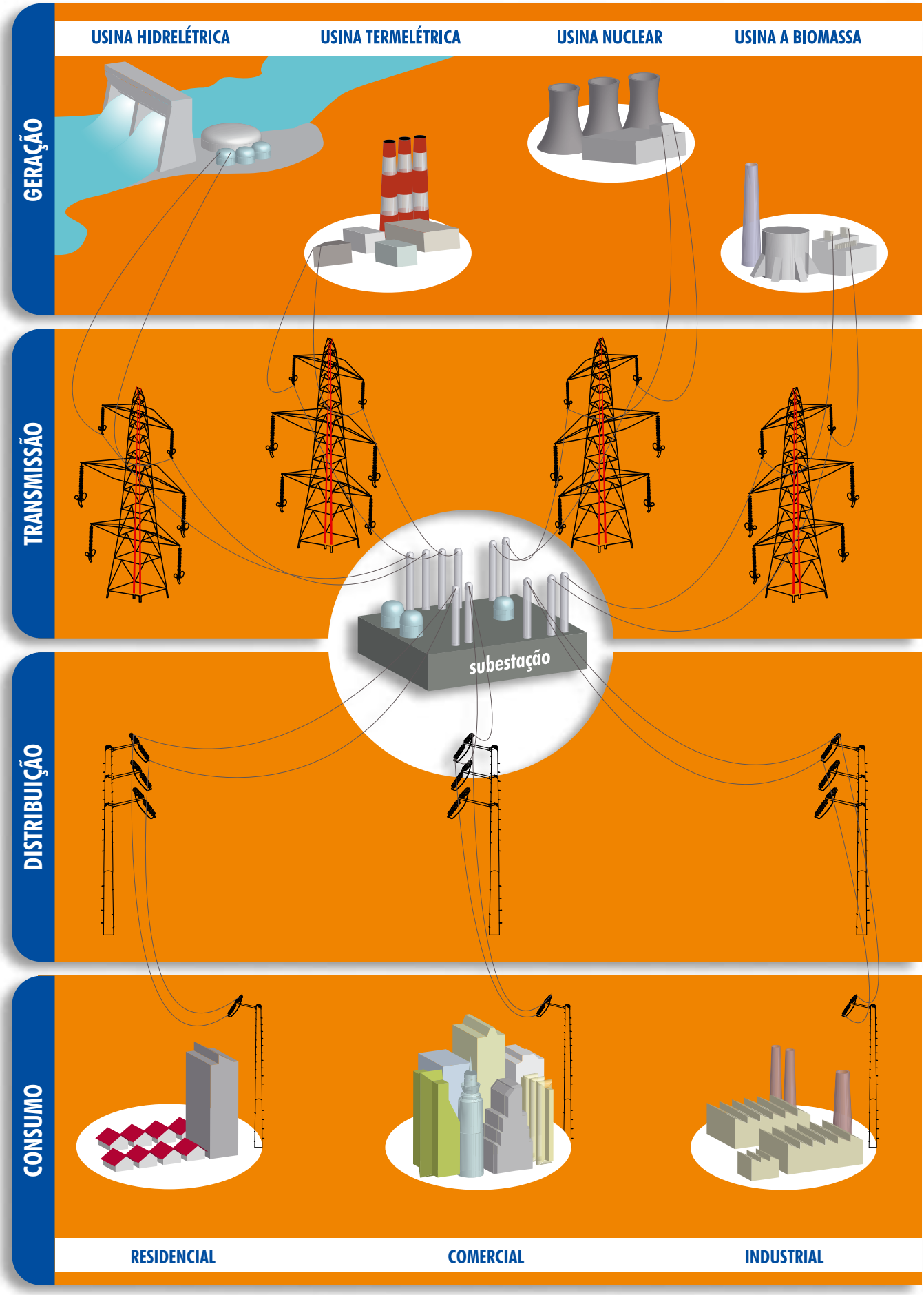
De acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em 2006 verificou-se a geração de 47,8 GW médios no Brasil. As usinas hidrelétricas foram responsáveis pela geração da maior parte de energia, 92% a partir de aproximadamente 640 usinas.

Ainda segundo a CCEE, do total de geração registrado no período, 69% foram destinados ao mercado cativo, 21% ao mercado livre - segmento em franca expansão -, 5% à auto-produção e 5% de perdas. A Região Sudeste respondeu por 54% da demanda no País, seguida das Regiões Sul e Nordeste, cada uma com 17%. Quanto à classe de consumidores, a indústria continuou sendo o maior consumidor, absorvendo 44% da energia. É predominantemente neste segmento que se encontram os chamados Clientes Livres, que compõem fração significativa da base de clientes da Tractebel Energia.

Também em 2006, houve uma expansão de 3,8% no consumo de energia elétrica no Brasil, contra um crescimento de 2,9% da economia, resultando em um múltiplo de 1,3 entre os dois indicadores, valor em linha com a elasticidade histórica. Para 2007, espera-se um incremento superior ao de 2006, podendo alcançar mais de 5,0%, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).



Fluxograma de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia



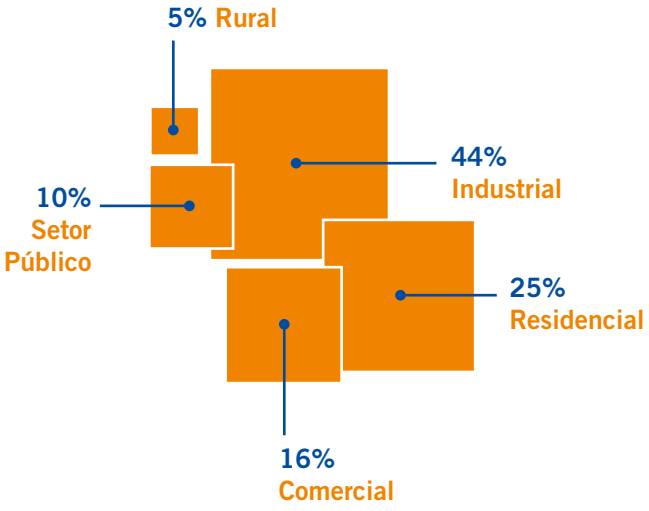
Tal nível de crescimento demanda mais investimentos no setor. Para tanto, o Ministério de Minas e Energia estabeleceu, em 2005, o Plano Decenal de Expansão, que prevê o aumento em até 39 GW da capacidade de geração até 2015, dos quais 30 GW (77%) deverão corresponder à energia hidrelétrica e 9 GW (23%) à energia termelétrica.

A ANEEL promoveu, ao longo de 2006, dois leilões destinados à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos cujos resultados agregarão 2.102 MW médios ao parque gerador brasileiro entre 2009 e 2011, sendo 45% de empreendimentos hidrelétricos e 55% de termelétricos. Para 2007, está prevista a realização de quatro leilões destinados a novos projetos, sendo um deles exclusivo para fontes alternativas e outro exclusivo para uma das usinas do complexo do Rio Madeira.

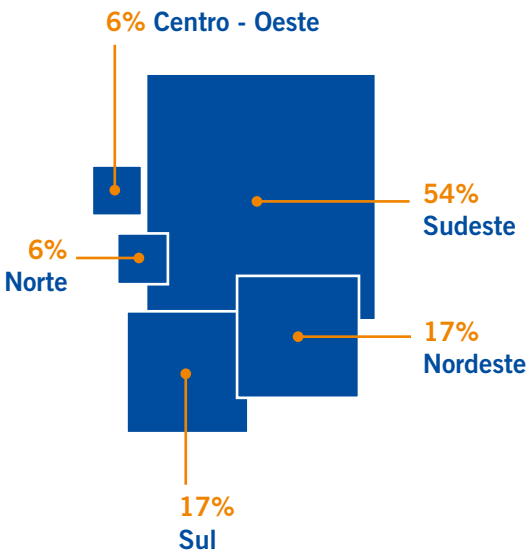
As hidrelétricas foram responsáveis por 92% de toda a eletricidade produzida no Brasil em 2006

Setor de Energia - Brasil 2006

Consumo por Segmento



Consumo por Região



Concessões e Autorizações

A exploração de serviços de construção e operação de instalações para geração hidrelétrica, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil se dá por concessão feita por meio de licitações. As empresas que desejam atuar em comercialização ou geração termelétrica devem solicitar permissão ou autorização ao Ministério de Minas e Energia ou à ANEEL, dependendo do caso.

Os contratos de concessão para geração hidrelétrica têm validade de 30 a 35 anos; as autorizações para geração termelétrica, 30 anos; e os contratos de transmissão e distribuição, também de 30 anos, podendo ser renovados. Tal renovação, no entanto, depende exclusivamente do Poder Concedente.





O novo modelo regulatório criou o Ambiente de Contratação Livre, abrindo espaço para a competição no setor elétrico brasileiro

Cenário Regulatório

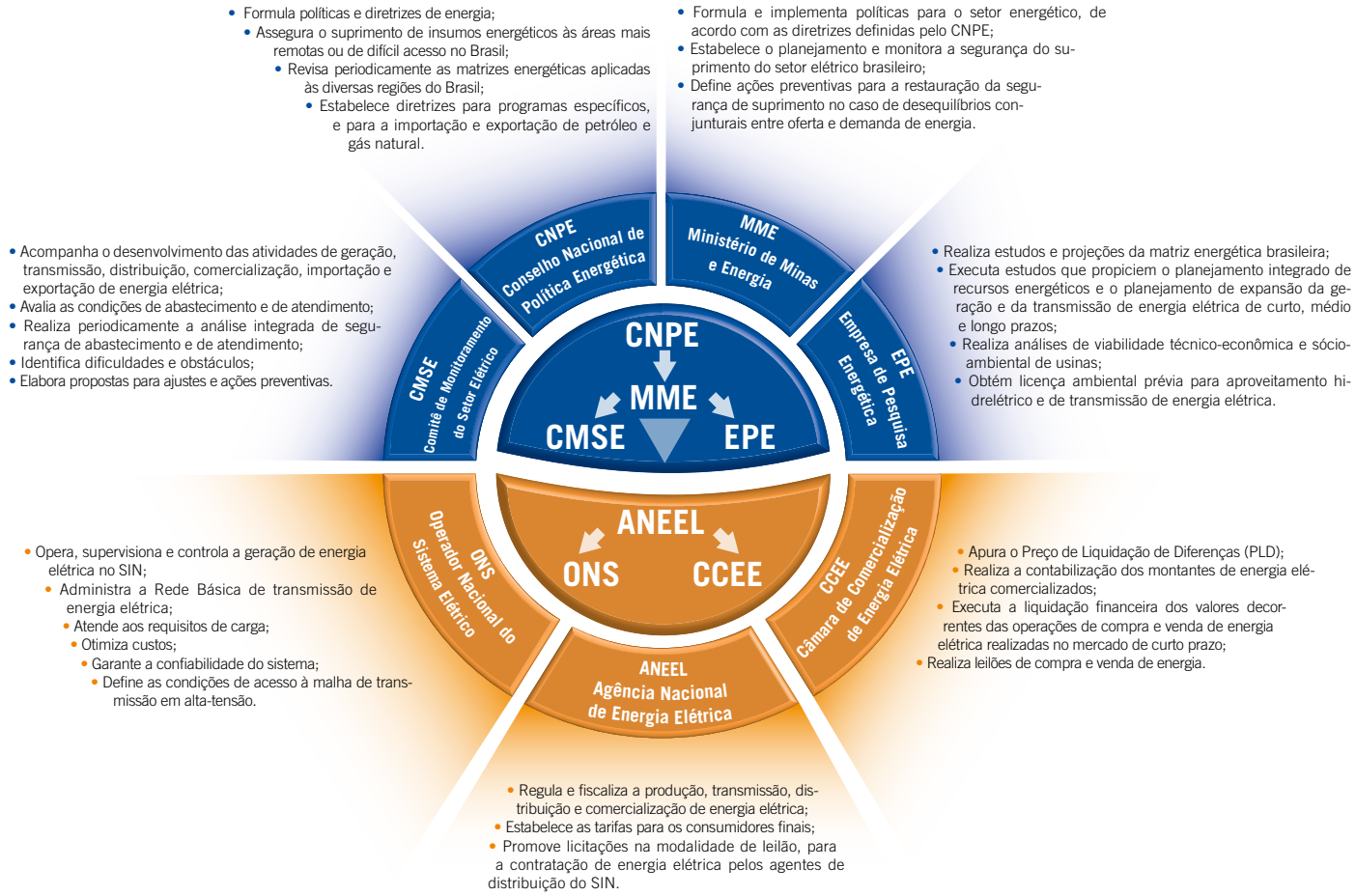
Desde 2004, o setor é regulado pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico (Lei nº 10.848/2004), que promoveu mudanças significativas. Nos últimos dois anos, pôde-se constatar que, apesar de representar um avanço no marco regulatório setorial – retomando o planejamento da expansão e buscando uma maior estabilidade regulatória - o novo modelo ainda passará por ajustes, principalmente associados à maior previsibilidade dos encargos setoriais, tornando-o ainda mais atrativo para novos investimentos.

Com o novo modelo, as Distribuidoras passaram a contratar 100% de sua demanda por meio de leilões organizados pelo governo. A estimativa de consumo nacional é determinada por todas as Distribuidoras no País, que apresentam ao governo as projeções de suas próprias demandas para os próximos anos.

A lei criou também dois ambientes para a comercialização de energia: o Ambiente de Contratação Regulada, mercado em que os preços praticados são os obtidos por meio de leilões, e que proporciona garantia de suprimento a Consumidores Cativos - os atendidos pelas Distribuidoras; e o Ambiente de Contratação Livre, no qual os preços praticados podem ser livremente negociados, e do qual podem participar as Geradoras, os Clientes Livres e as Comercializadoras, abrindo espaço para a competição.

O Ambiente de Contratação Livre permite, por exemplo, que os Clientes Livres, cuja demanda é superior a 3 MW, e com tensão de conexão igual ou maior a 69 kV, comprem diretamente de uma Geradora em vez de uma Distribuidora. Os produtores de energia passaram, assim, a poder explorar um novo segmento do mercado e a vender energia a preços e condições diferenciadas.

O Setor Elétrico no Brasil: as Entidades e suas Atribuições



06

desempenho operacional



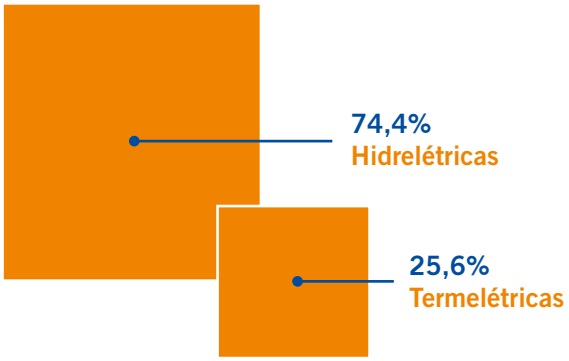
Geração

Em 2006, a geração global foi comparativamente menor em relação aos anos anteriores, apresentando redução de 28,4% em relação a 2005, em função da estiagem prolongada que afetou a Região Sul do Brasil, considerada uma das mais severas que se tem registro. A Companhia gerou 21.351 GWh (2.437 MW médios), dos quais 15.885 GWh (1.813 MW médios) provenientes das hidrelétricas e 5.466 GWh (624 MW médios) das termelétricas. Esses dados incluem a totalidade da produção das Usinas Itá e Machadinho, nas quais a Tractebel Energia detém 70,0% e 16,9% de participação respectivamente.

Vale ressaltar que os efeitos dessa estiagem nos resultados da Companhia foram significativamente atenuados, em razão da existência de um sistema, chamado MRE, que rateia os riscos hidrológicos entre as Geradoras, ao permitir o intercâmbio de energia entre elas a preços de operação.



Produção Tractebel Energia 2006







Também em função da estiagem e por solicitação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Companhia retornou a operação da Usina Termelétrica Alegrete, que, desde 2002, devido à falta de despacho pelo ONS, estava em período de conservação – quando suas operações são interrompidas por tempo indeterminado e seus equipamentos são preservados, minimizando assim, os efeitos dos desgastes naturais.

Disponibilidade

Um dos objetivos empresariais para 2006, a obtenção da disponibilidade de geração superior a 96% - descontadas as Paradas Programadas - foi alcançado: a Companhia atingiu 98,4% no ano. Considerando-se as paradas, a disponibilidade global atingiu 93,5%, superando a meta de 92,7%, sendo que nas hidrelétricas esse índice foi de 95,0% e nas termelétricas, de 86,4%.

Tais índices estão acima da média nacional e, no caso das termelétricas, equivalem a *benchmarking* mundial, cuja média é de 85%. Em busca da contínua superação operacional, foi estabelecido que em 2007 a meta para disponibilidade de geração passa a ser 97%.



Sistema Integrado de Medição

Em 2006, a Tractebel Energia disponibilizou o Sistema Integrado de Medição à totalidade de seus clientes industriais. Esse serviço permite a medição da energia consumida por cada Cliente Livre, o que facilita o controle de seus custos. Tais dados são disponibilizados aos clientes em um ambiente próprio e seguro no site da Companhia (www.tractebelenergia.com.br), que oferece serviços como consulta sobre o consumo ao longo do mês ou do ano, customização de relatórios, emissão da fatura online e simulação da fatura antes do fechamento do mês.

Segurança e Meio Ambiente: Plano de Investimento

Além dos investimentos permanentes em manutenção e revitalização do seu parque gerador, merece destaque a atenção da Tractebel Energia aos investimentos associados às questões ambientais, de segurança do pessoal e das instalações e confiabilidade das usinas, tendo sido aprovado um plano com ênfase nessas questões de cerca de R$ 500 milhões, a serem aplicados até 2030.

Somente em 2006, ocorreram três grandes revisões, envolvendo a Unidade 2 de Salto Osório, com um investimento de R$ 15 milhões em revitalização; e as Unidades 2 e 3 da Usina Termelétrica Jorge Lacerda A, que receberam investimento de R$ 35 milhões em serviços no Precipitador Eletrostático, Caldeira, Turbina e Gerador. Especificamente na unidade 3, por razões de cunho ambiental, foi substituído um Precipitador Eletrostático, para melhorar a qualidade do ar, ao custo de R$ 15 milhões.

A Tractebel Energia prevê investimentos da ordem de R$ 500 milhões, a serem aplicados até 2030, voltados às questões ambientais, de segurança do pessoal e instalações, e de confiabilidade das usinas

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

Como forma de buscar soluções sustentáveis para suas operações e interagir com as instituições e fundações de ensino e pesquisa locais, a Tractebel Energia também investe em cientistas e pesquisadores, por meio de seu Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento, sob responsabilidade da Diretoria de Produção de Energia.

Entre 1999 e 2006, a Companhia aplicou mais de R$ 23 milhões em 113 projetos, que enfocavam principalmente o meio ambiente, o desenvolvimento tecnológico dos processos de geração de energia, a eficiência de usinas e fontes renováveis de energia.

Em 2006, foram investidos R$ 6,0 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento, representando 0,25% da receita líquida de 2005, conforme previsto pela Lei nº 10.848 de 2004, sob fiscalização da ANEEL, porcentagem que foi elevada para 1% em 2006, para aplicação a partir de 2007. Parte desse montante, correspondente a R$ 2,4 milhões, foi direcionada para os 19 projetos aprovados pela ANEEL. O foco dos investimentos deu-se em pesquisas para o meio ambiente (40% do total aplicado), bem como em estudos voltados às áreas de geração termelétrica, operação e planejamento.







Dentre os projetos, destacam-se:

- Aplicação de cinzas das termelétricas para a construção de casas populares (mais detalhes no capítulo “Relacionamento com a Comunidade e com o Meio Ambiente”);
- Descoberta de novas espécies de peixes no reservatório da Hidrelétrica Passo Fundo;
- Reprodução em cativeiro de espécies de peixes em extinção (mais detalhes no capítulo “Relacionamento com a Comunidade e com o Meio Ambiente”);
- Desenvolvimento de tecnologias:
  - de controle ambiental nas usinas termelétricas;
  - de soldagem com características inovadoras;
  - para aumento da eficiência térmica de usinas termelétricas;
  - para aproveitamento de resíduo da indústria madeireira para a geração de energia elétrica.

Tais projetos são desenvolvidos com instituições de pesquisa localizadas nas regiões das usinas, como a Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Neotropical Consultoria do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Goiás, Universidade Católica de Goiás, Universidade do Planalto de Lages de Santa Catarina, entre outras.

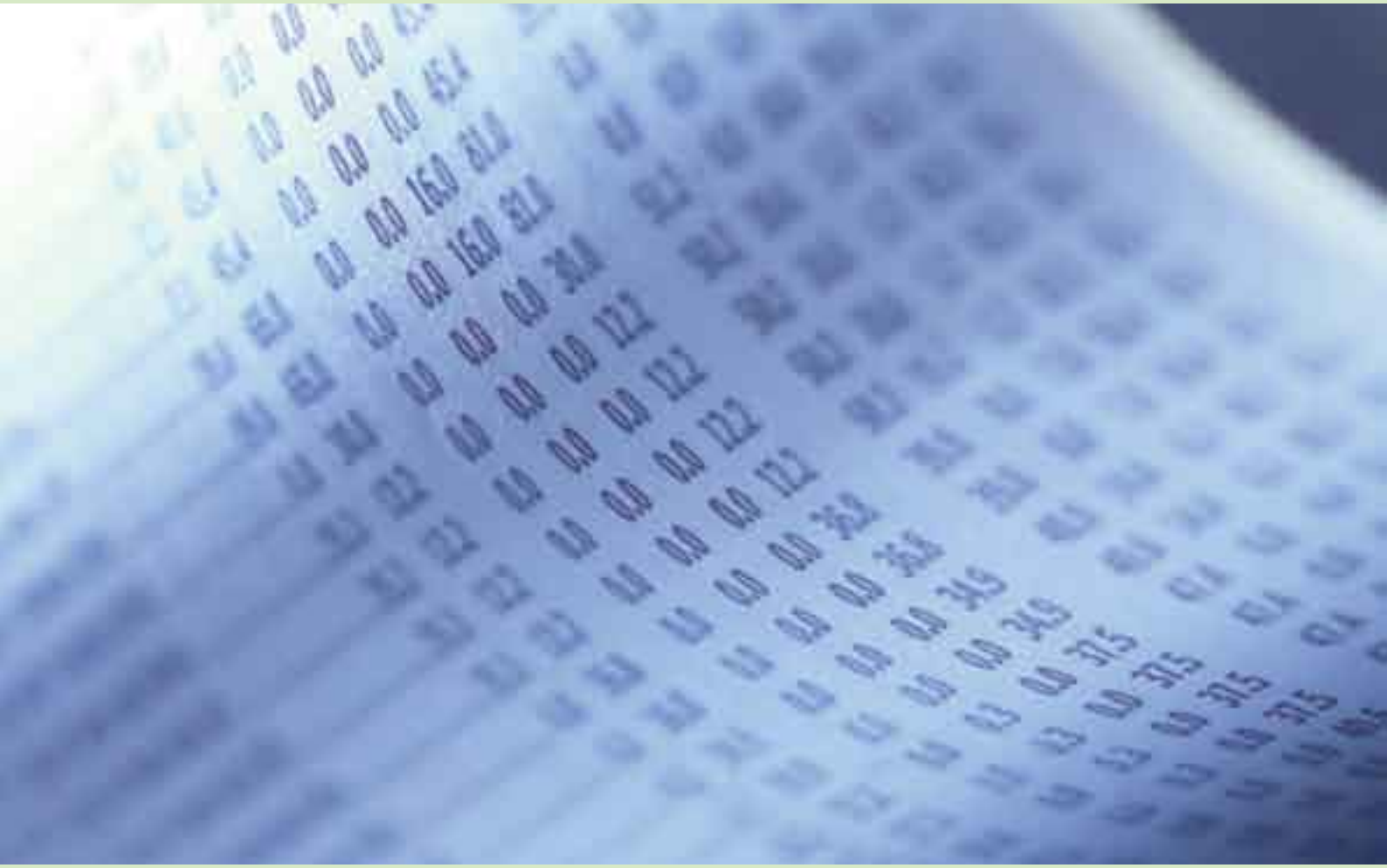
Adicionalmente, vale destacar que a Companhia depositou uma parcela superior a R$ 2 milhões no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, administrado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Ministério da Ciência e Tecnologia, e mais de R$ 1 milhão foi destinado ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Entre 1999 e 2006, a Companhia aplicou mais de R$ 23 milhões em 113 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento



07

desempenho econômico financeiro



Receitas

A receita operacional bruta alcançou R$ 3.061 milhões em 2006, um acréscimo de 18,1% em relação a 2005, que foi de R$ 2.593 milhões. Os principais fatores que contribuíram para a sua evolução foram o incremento em 10,1% do volume de energia vendida e o aumento de 7,1% dos preços médios de venda.

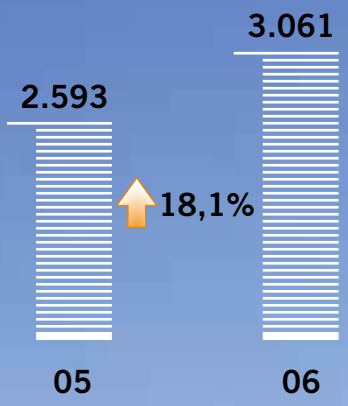
Já a receita operacional líquida de 2006 totalizou R$ 2.706 milhões, versus R$ 2.288 milhões no ano anterior, um incremento de 18,2%, consistente com o aumento da receita operacional bruta.

Em 2006, a Tractebel Energia apresentou lucro líquido recorde de R$ 979 milhões



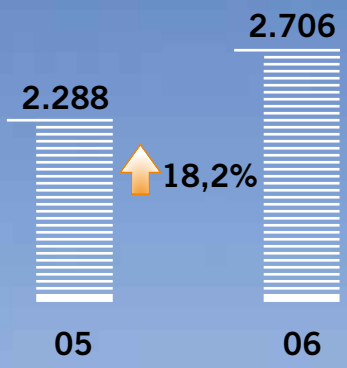
Receita Operacional Bruta

R$ milhões



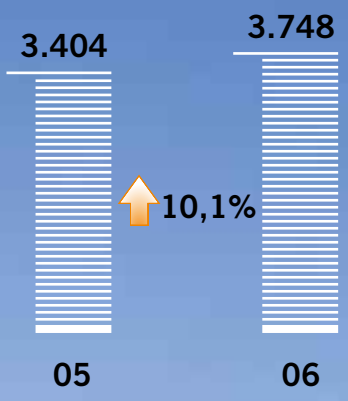
Receita Operacional Líquida

R$ milhões

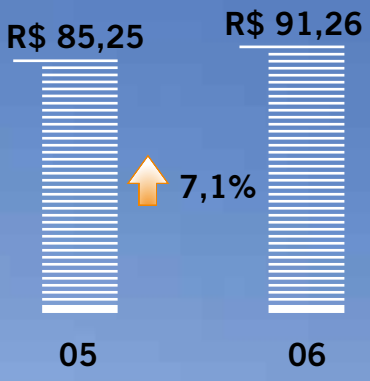


Vendas de Energia

MW médios



Preço Médio de Venda por MWh



Custos e Despesas Gerais e Administrativas

Os custos e as despesas operacionais alcançaram R$ 1.425 milhões no ano de 2006, representando um crescimento de 43,1% sobre o exercício anterior, que foi de R$ 996 milhões. Esta variação decorreu do comportamento dos principais componentes a seguir:

Energia elétrica comprada de terceiros: aumento de R$ 131 milhões em decorrência do maior volume de compromissos contratuais de venda de energia.

Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE): crescimento de R$ 274 milhões, devido principalmente: (a) à necessidade de reposição da energia do contrato com a Companhia de Interconexão Energética (CIEN), que se mostrou indisponível após a metade de 2006; (b) ao aumento médio dos Preços de Liquidação de Diferenças (PLD), na CCEE, que resultou no crescimento dos custos de energia de substituição termelétrica; e (c) aos maiores custos do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), em decorrência da produção reduzida, devido à forte estiagem que atingiu a Região Sul do país, onde está localizada a maior parte das usinas hidrelétricas da Tractebel Energia, no ano de 2006.

Encargos de uso da rede elétrica: acréscimo de R$ 40 milhões, em função do aumento do volume de vendas por meio de Contratos Bilaterais em substituição aos Contratos Iniciais, sobre os quais não incidiam encargos de transmissão, distribuição e conexão, e também devido ao aumento real das tarifas de uso do sistema de transmissão.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: redução de R$ 29 milhões, em decorrência do impacto na base de apuração desta contribuição, causada pela redução do despacho das usinas hidrelétricas pelo ONS, devido à já citada estiagem que atingiu a Região Sul.



Provisões Operacionais Líquidas

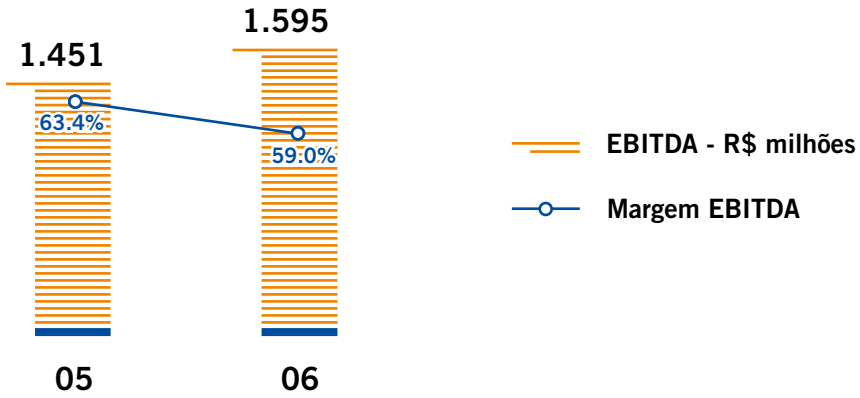
Decréscimo de R$ 61 milhões, em função principalmente de: (a) em 2006, ter havido reversão de provisão para contingência cível, em virtude de remota probabilidade de perda; e (b) no exercício de 2005, terem sido reconhecidas provisões não recorrentes relativas a benefício pós-emprego, devido à alteração no plano de benefícios, e a manutenções programadas por conta de reavaliações no programa de manutenção.

Ganho em Ação Judicial

Em 2006, a Companhia obteve ganho em ação judicial, no montante de R$ 89 milhões, pelo trânsito em julgado de decisão favorável ao afastamento da base de cálculo da contribuição ao PIS e a COFINS.

EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA do exercício de 2006 alcançou R$ 1.595 milhões, um aumento de 9,9% em relação ao ano anterior, com margem EBITDA de 59,0%, comparada a 63,4% no ano de 2005.



Nota: EBITDA representa lucro operacional + resultado financeiro + resultado não operacional + contribuição social e imposto de renda + depreciação e amortização + amortização do ágio em controladas.



Resultado Financeiro

Receitas financeiras: redução de R$ 31 milhões, devido, basicamente, ao decréscimo da renda de aplicações financeiras causado pelo menor volume de recursos disponíveis para aplicação e às menores taxas de juros praticadas pelo mercado.

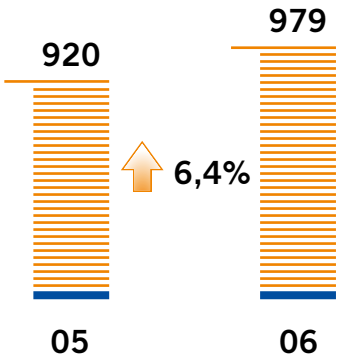
Despesas financeiras: diminuição de R$ 11 milhões, em decorrência, principalmente, da redução dos juros sobre a dívida, devido à queda da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e às amortizações de financiamentos.

Lucro Líquido

O lucro líquido em 2006 atingiu o valor recorde de R$ 979 milhões, 6,4% acima do registrado em 2005, representando um lucro de R$ 1,50 por ação.

Lucro Líquido

R$ milhões



Tanto a dívida bruta quanto a dívida líquida registraram redução em 2006: 16,2% e 17,6% respectivamente

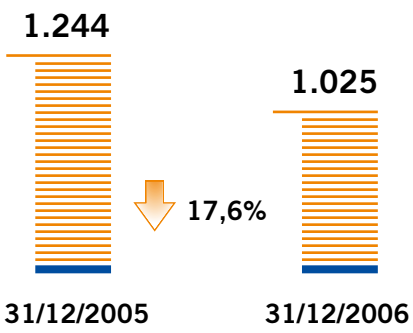


Endividamento

Em 31 de dezembro de 2006, a dívida bruta total, representada principalmente por empréstimos, debêntures e financiamentos, somava R$ 1.278 milhões, o que significa queda de 16,2% em relação a 2005. Da mesma forma, a dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes e o resultado das operações de *swap*) da Companhia totalizou R$ 1.025 milhões, redução de 17,6% em relação à mesma data do ano anterior. Do total da dívida, 30,4% estavam expostos à moeda estrangeira, dos quais cerca de 48,0% estavam protegidos da variação cambial por meio de instrumentos de *hedge*.

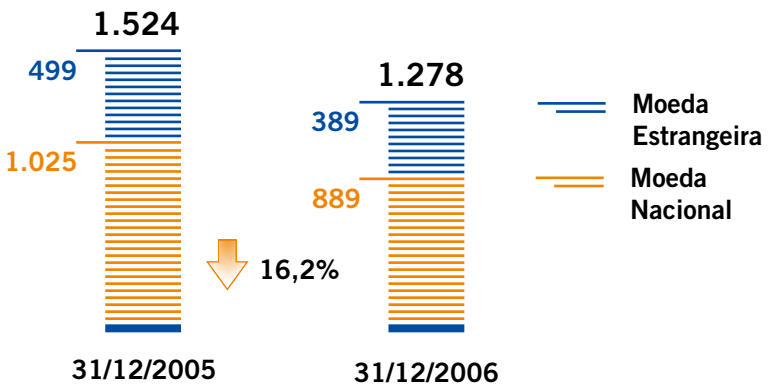
Evolução da Dívida Líquida

R$ milhões



Composição da Dívida Bruta

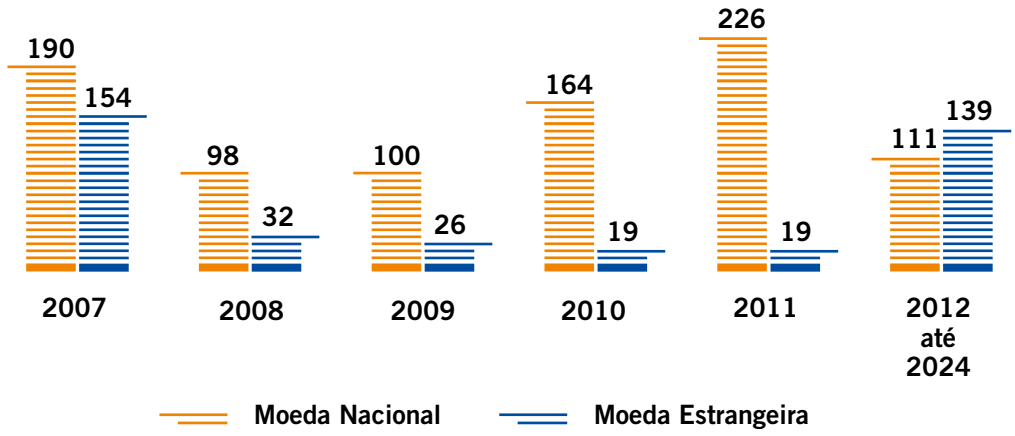
R$ milhões





Cronograma de Vencimento da Dívida

R$ milhões

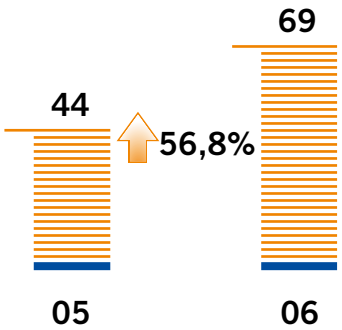


Investimentos

Para manter os excelentes indicadores de eficiência e desempenho, a Tractebel Energia investiu R$ 69 milhões em projetos de manutenção e revitalização do seu parque gerador, o que possibilitou apresentar uma média de 98,4% de disponibilidade de energia, desconsiderando-se as Paradas Programadas, acima das metas estabelecidas pela Companhia.

Investimentos

R$ milhões



08

mercado de capitais e governança corporativa



As ações da Tractebel Energia são negociadas na Bovespa sob o código TBLE3. A Companhia também possui *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível 1, negociados no *Over-The-Counter* (OTC), o mercado de balcão norte-americano, sob o código TBLEY, na relação de 1 ADR = 5 ações ordinárias.

No dia 16 de novembro de 2005, as ações da Tractebel Energia passaram a ser negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

Ao longo de seu primeiro ano no Novo Mercado, a Companhia dedicou-se a estreitar o relacionamento com o mercado de capitais, tendo criado ainda em setembro de 2005, o departamento de Relações com Investidores. Entre outras atividades, a Companhia passou a divulgar *press releases* e realizar teleconferências, ambos voltados à divulgação de resultados trimestrais, além de ter incrementado consideravelmente o número de reuniões com investidores e analistas, inclusive por meio de visitas às usinas.

Seu empenho em se adequar às melhores práticas de governança corporativa permitiu que a Companhia passasse a integrar o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (Itag) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que reúne empresas que se destacam em práticas de responsabilidade corporativa e sustentabilidade. Houve, ainda, aumento do número de analistas cobrindo a Companhia que saltou de oito ao final de 2005 para 12 no encerramento de 2006.

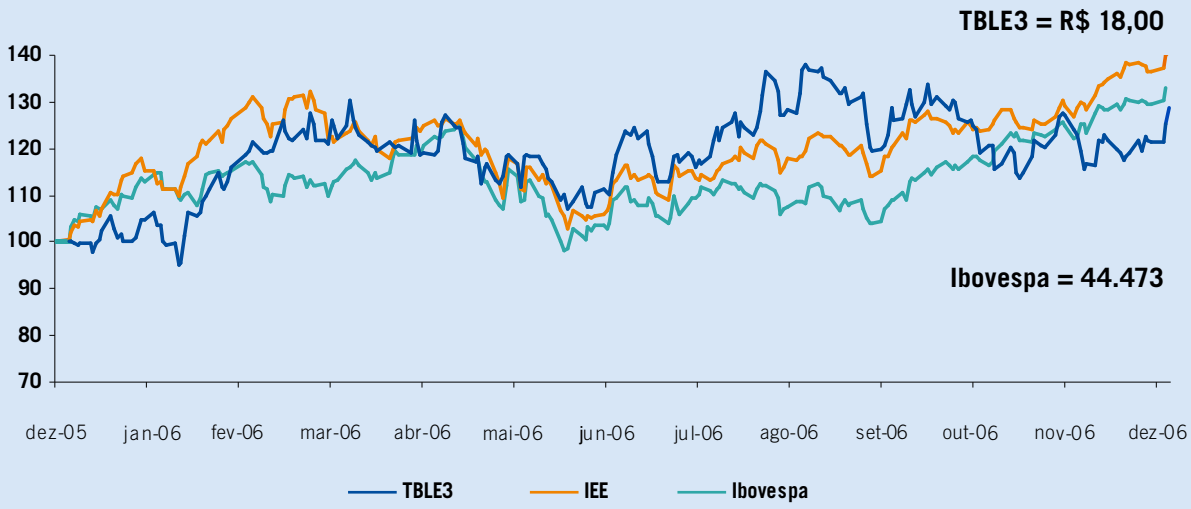


Os negócios da Tractebel Energia são pautados pelo compromisso com a transparência

Como resultado de todas essas ações, o volume de ações da Tractebel Energia negociadas na Bovespa apresentou crescimento acentuado. A operação de oferta secundária de ações, realizada em dezembro de 2005, ampliou o *free float* para 31,3% e contribuiu para o excepcional desempenho das ações naquele ano. As ações apresentaram valorização de 30% entre 30/12/2005 e 30/12/2006, contra 33% do Ibovespa e 41% do IEE, o índice setorial. No encerramento do período, os papéis estavam cotados a R$ 18,00/ação, representando um valor de mercado da Companhia equivalente a R$ 11.749 milhões. Comparativamente à média de 2005, as ações valorizaram 63,8% em 2006, sendo esta média de R$ 16,53 por ação.

Os papéis da Companhia registraram presença em 100% dos pregões da Bovespa em 2006 e o volume médio diário de negociação no período foi de R$ 8,2 milhões.

TBLE3 vs. IBOVESPA vs. IEE
(Base 100 - 29/12/2005)

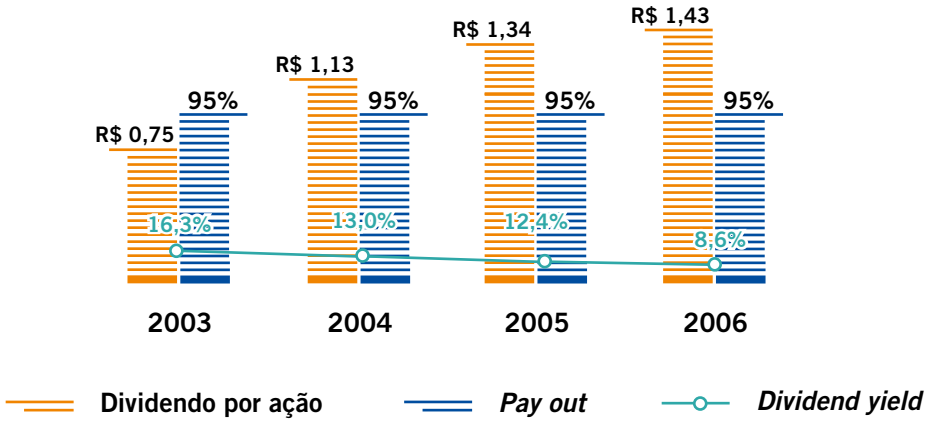


Política de Dividendos

Historicamente, a Tractebel Energia paga dividendos diferenciados, sendo que o mínimo previsto em seu Estatuto é de 30% do lucro líquido ajustado, percentual superior aos 25% estipulados pela Lei das S.A. Entretanto, existe o compromisso da Diretoria Executiva de pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

O valor total dos proventos creditados aos acionistas em 2006 atingiu R$ 930 milhões, ou seja, 95% do lucro líquido ajustado, sendo R$ 717 milhões sob forma de dividendos e R$ 213 milhões como juros sobre o capital próprio, o que representa um pagamento de aproximadamente R$ 1,43 por ação, uma alta de 6,4% em relação a 2005. Os mesmos 95% foram a base de distribuição dos proventos em 2003, 2004 e 2005.

Dividendos



Nota: o *Dividend Yield* é baseado no preço médio ponderado pelo volume de ações ON transacionadas.

Direitos dos Acionistas

Cada ação ordinária da Companhia confere ao seu detentor um voto em assembléia geral ordinária ou extraordinária, e o direito de receber dividendos; de participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das S.A. De acordo com o regulamento do Novo Mercado, as ações ordinárias podem ser incluídas em oferta pública de ações, em decorrência da alienação do controle da Companhia, recebendo, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle.

Cláusula Compromissória de Arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

Lei Sarbanes-Oxley

Adicionalmente às regras do Novo Mercado, a Tractebel Energia segue os regulamentos da lei norte-americana Sarbanes-Oxley, uma vez que está alinhada com as normas de sua controladora, a SUEZ, que é listada na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). A referida lei, cujo objetivo é coibir a conduta antiética e proporcionar mais confiabilidade para as demonstrações financeiras, é regulamentada pela comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos (SEC) e exige que a empresa crie um código de ética e adote procedimentos de controles internos, administrativos, de auditoria e de risco, entre outros.



Empresas especializadas realizam auditoria sobre os aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros da Companhia, e esses dados são divulgados em seu site na Internet, bem como em outros veículos próprios. Entre os meios de divulgação das informações corporativas estão: o Relatório da Administração, o Relatório Anual, o jornal externo Boas Novas, o jornal interno Conexão, *press releases*, boletins eletrônicos de circulação interna e Intranet com informações para os empregados.

Administração

A Tractebel Energia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, sendo que um dos diretores integra ambos. A fiscalização fica por conta do Conselho Fiscal e não existe qualquer relação familiar entre os membros da administração ou entre estes e o acionista controlador da Companhia. Não há, tampouco, contrato ou obrigação relevante entre os administradores e a Companhia.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, pela eleição e destituição dos diretores e determinação de suas respectivas atribuições, bem como pela fiscalização da gestão dos mesmos.

Quando a Tractebel Energia adequou seu Estatuto Social às novas regras e procedimentos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, seu Conselho de Administração passou a contar com nove membros titulares, sendo um representante dos empregados e dois conselheiros independentes. Com exceção do titular indicado pelos empregados, todos são eleitos por acionistas em Assembléia Geral.

O prazo de mandato é de dois anos, podendo haver reeleição. O atual Conselho tomou posse em 26 de abril de 2006, e seu mandato vence em abril de 2008. Ao longo do ano, o Conselho de Administração reuniu-se sete vezes.

Titulares	Cargo
Maurício Stolle Bähr	Presidente
Jan Franciscus Maria Flachet	Vice-Presidente
Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos	Conselheiro
Manoel Arlindo Zaroni Torres	Conselheiro
Dirk Beeuwsaert	Conselheiro
Pierre Michel Philippe Chareyre	Conselheiro
Luiz Antônio Barbosa	Conselheiro
José Pais Rangel	Conselheiro
Antônio Alberto Gouvêa Vieira	Conselheiro
Patrick Charles Clement Obyn	Suplente
Luiz Eduardo Simões Viana	Suplente
Manuel François Colcombet	Suplente
Alexandre Jean Keisser	Suplente
Gil de Methodio Maranhão Neto	Suplente
José Carlos Cauduro Minuzzo	Suplente
Ângelo Rabelo da Silva	Suplente
Altair Moreira de Souza	Suplente
Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro	Suplente

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela direção geral e representação da Companhia. É composta por seis membros eleitos pelo Conselho por um mandato de três anos, sendo possível a reeleição. A atual Diretoria tomou posse em 30 de abril de 2006, e seu mandato vence em 30 de abril de 2009.

Titulares	Cargo
Manoel Arlindo Zaroni Torres	Diretor Presidente
Marco Antônio Amaral Sureck	Diretor de Planejamento e Controle
José Carlos Cauduro Minuzzo	Diretor de Produção de Energia
Marc Verstraete	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Miroel Makiolke Wolowski	Diretor de Comercialização e Negócios e Diretor de Implantação de Projetos
Luciano Flávio Andriani	Diretor Administrativo

Conselho Fiscal

Responsável pela fiscalização dos atos dos administradores e por examinar e opinar sobre as demonstrações financeiras, é um órgão não permanente, independente da administração e da auditoria externa da Companhia, podendo ter no mínimo três e no máximo cinco membros, um dos quais indicado pelos acionistas minoritários. O atual Conselho tomou posse em 26 de abril de 2006, e seu mandato vence em 26 de abril de 2007. Em 2006, o Conselho Fiscal reuniu-se quatro vezes.

Titulares	Cargo
Newton de Lima Azevedo Júnior	Conselheiro Presidente
Carla Carvalho de Carvalho	Conselheira Secretária
Manoel Eduardo Lima Lopes	Conselheiro
Manuel Eduardo Bouzan de Almeida	Suplente
Flávio Marques Lisboa Campos	Suplente
Ailton Pinto Siqueira	Suplente



A Tractebel Energia realiza estudos de impacto sócio-ambiental desde o início do projeto de construção de seus empreendimentos

09

relacionamento com a comunidade e com o meio ambiente



Os contratos de concessão das usinas que a Tractebel Energia opera são de até 35 anos e, portanto, a Companhia considera vital manter investimentos de longo prazo também no relacionamento com as comunidades locais e na preservação do meio ambiente em que está inserida.

Produção de Energia Sustentável

As diretrizes que norteiam os planos de gestão ambiental da Companhia e a fazem atuar sob os princípios do desenvolvimento sustentável estão em seu Código do Meio Ambiente, disponível no site www.tractebelenergia.com.br. Ele prevê o cumprimento das exigências dos órgãos ambientais, bem como a interação com as comunidades que vivem sob a influência das usinas, cooperando com a melhoria da sua qualidade de vida. Tais diretrizes estão alinhadas às de sua controladora, a SUEZ, que estabelece rigorosas metas ambientais.

Todas as usinas estão regularizadas junto aos órgãos licenciadores ambientais e suas atividades são desenvolvidas de forma a buscar a melhoria contínua de todos os seus processos.

Dois fatos importantes em 2006 atestaram o compromisso da Companhia com o meio ambiente: a certificação de todas suas usinas com as normas NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001 e o registro da Unidade Lages no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo



Gestão de Meio Ambiente

A Tractebel Energia possui um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente, certificado pelas normas NBR ISO 9001 (norma de qualidade) e NBR ISO 14001 (norma ambiental) para todas as usinas que a Companhia opera. Além disso, o compromisso com os recursos naturais resultou na sua permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bovespa, uma carteira de ações de companhias consideradas sustentáveis a longo prazo e com excelente desempenho nos aspectos financeiros, sociais, ambientais e de governança corporativa.





A Companhia desenvolve projetos de monitoramento ambiental, para minimizar ou compensar os impactos decorrentes da operação de suas usinas hidrelétricas e termelétricas a carvão mineral, óleo combustível, gás natural e Biomassa. Cuida também da preservação de recursos naturais e da recuperação de áreas ou ecossistemas degradados.

Entre as iniciativas realizadas estão:

1) Estudos da Ictiofauna e Qualidade das Águas

O monitoramento e pesquisas da ictiofauna (peixes) e da qualidade da água dos reservatórios é realizado constantemente e normalmente em parceria com empresas e entidades de pesquisa das universidades das regiões de atuação da Tractebel Energia.

O monitoramento é exigência do órgão ambiental licenciador. A Companhia, no entanto, tem promovido, de forma voluntária, pesquisas na preservação e reprodução de alevinos de espécies nativas, com ênfase naquelas espécies ameaçadas de extinção, para o repovoamento dos reservatórios das hidrelétricas e rios contribuintes. Mantém ainda, convênio com o Ibama para o repovoamento dos rios da bacia do Rio Uruguai, para onde são devolvidos uma média de um milhão de alevinos por ano.

Os recursos hídricos na área de influência das termelétricas também são sistematicamente monitorados. Há verificação da qualidade da água dos rios do entorno e avaliação do impacto nos cursos d'água. Para evitar a poluição das águas, há sistemas com metas específicas para o tratamento, redução e recirculação de efluentes industriais, evitando a descarga de efluentes, mesmo que tratados, aos mananciais.

2) Gerenciamento de Bacias Hidrográficas

A Tractebel Energia participa dos seguintes comitês hidrográficos de sua área de concessão:

- Rio Grande do Sul
  - Baixo Jacuí (Usina Termelétrica Charqueadas)
  - Rio Ibicuí (Usina Termelétrica Alegrete)
  - Rio Passo Fundo (Usina Hidrelétrica Passo Fundo)
  - Rios Apuaê e Inhandava (Usina Hidrelétrica Machadinho)
  - Rio Jacutinga (Usina Hidrelétrica Itá)
- Santa Catarina
  - Rio do Peixe (Usina Hidrelétrica Itá)
  - Rio Tubarão e Complexo Lagunar (Complexo Termelétrico Jorge Lacerda)

É, também, suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná. Tais comitês tratam de temas como o uso racional dos recursos hídricos, a importância do saneamento básico, o uso múltiplo dos reservatórios, controles da poluição, dentre outros, com ampla atuação da comunidade envolvida. A gestão dos recursos hídricos da bacia é objeto da Política Nacional de Recursos Hídricos, cuja implementação é parte dos compromissos assumidos pelo governo federal.

Água Captada para Geração

Unidade	Água de Superfície (m^3)	Água Subterrânea (m^3)
Usina de Co-geração Lages	283.068 (*)	-
Usina Termelétrica William Arjona	-	1.209
Usina Termelétrica Charqueadas	140.107	-
Usina Termelétrica Alegrete	1.991	-
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	17.898.306 (**)	-
Total	**18.324.681**	**1.209**
Consumo total em m^3/MWh	**0,858**	**-**

(*) Água industrial (62.770 m^3) e água de torre de refrigeração (220.298 m^3).

(**) Água industrial (13.999.273 m^3) e água de torre de refrigeração (3.899.033 m^3).

Nota: A água industrial retorna ao curso do corpo receptor após tratamento. A água de refrigeração é evaporada. O volume de água industrial para as hidrelétricas é irrelevante.



3) Manejo da Flora

A Companhia mantém hortos florestais nas Usinas Hidrelétricas Passo Fundo, Salto Osório e Itá, e no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. Juntos, têm capacidade para produzir mais de 50 mil mudas por ano de espécies nativas, que são utilizadas para recompor a faixa ciliar dos reservatórios, proteger mananciais (Áreas de Preservação Permanente) e para doação a órgãos públicos, a Organizações Não-Governamentais (ONGs) e a comunidades locais. Em 2006, foram plantadas 110 mil mudas nas áreas das usinas, e doadas 54 mil para as comunidades adjacentes.

4) Manejo de Parque

A Tractebel Energia, em conjunto com o Consórcio Itá e com a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), está implementando o projeto de infra-estrutura relacionado ao Plano de Manejo do Parque Fritz Plaumann. O parque, que é uma compensação ambiental em Santa Catarina pela construção da Usina Hidrelétrica Itá, tem 741 hectares e está localizado no município de Concórdia, em Santa Catarina.

Desenvolve também, juntamente com o Consórcio Itá, o Plano de Manejo para o Parque Municipal Teixeira Soares, no município de Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, que abrange em torno de 400 hectares de área da floresta do Alto Rio Uruguai.

Esses parques têm por objetivo preservar remanescentes de florestas da região do Alto Rio Uruguai que, em virtude da geografia e do desenvolvimento, encontram-se com elevado nível de antropização, além de serem formas de propiciar a pesquisa e a preservação da biodiversidade regional no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

5) Fiscalização e Administração dos Reservatórios

O Plano de Uso e Ocupação das Águas e Entorno dos Reservatórios, que faz parte do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente, visa regularizar o uso e a ocupação da água e do entorno dos reservatórios, combatendo o seu uso ilegal. Ao final de 2006, todos os reservatórios das usinas da Tractebel Energia possuíam seu Plano de Uso, alguns já aprovados e outros em análise pelos órgãos de meio ambiente.

A fiscalização é feita por uma equipe de vigilância ambiental e sócio-patrimonial. Os casos patrimoniais são solucionados pela Companhia, e os ambientais são encaminhados aos órgãos competentes da região onde se encontra o reservatório (Órgãos Ambientais e Ministério Público).

6) Controle da Poluição

A Tractebel Energia promove, de forma voluntária, pesquisas sobre preservação e reprodução de espécies nativas de peixes, com ênfase nas ameaçadas de extinção, para o repovoamento dos reservatórios das hidrelétricas e rios contribuintes

A Companhia tem programas de monitoramento da qualidade do ar e de controle de emissões atmosféricas, que visam avaliar e mitigar o impacto sobre o meio ambiente.

Todas as termelétricas possuem sistemas de controle das emissões atmosféricas, que contemplam equipamentos de retenção de material particulado, e procedimento contratual de aquisição de combustíveis (carvão e óleo) com menor teor de enxofre, reduzindo a formação de dióxido de enxofre. As usinas termelétricas a carvão mineral, por exemplo, possuem Precipitadores Eletrostáticos que permitem o abatimento de pelo menos 98% das emissões de material particulado.

Além do monitoramento das emissões, é feita a avaliação da qualidade do ar, analisando parâmetros como material particulado, dióxido de enxofre e óxido de nitrogênio, entre outros, cujos relatórios são divulgados periodicamente para as agências ambientais e prefeituras, câmaras de vereadores e promotorias públicas das cidades onde se localizam as plantas.

A divulgação dos resultados desse programa de monitoramento de emissões e seu impacto na qualidade do ar atende às demandas dos órgãos de meio ambiente e faz parte da política de transparência da Companhia.

Emissões Atmosféricas (em toneladas)

Unidade	NOx	SO_2	Material Particulado
Usina de Co-geração Lages	15,9	6,28	52,29
Usina Termelétrica William Arjona	2.148,07	40,74	311,58
Usina Termelétrica Charqueadas	193,28	7.250,62	184,83
Usina Termelétrica Alegrete	2,48	8,89	0,92
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	11.816,01	106.355,68	3.040,89
Total	**14.175,74**	**113.662,21**	**3.590,51**
Total de Emissões em kg/MWh	**0,66**	**5,32**	**0,17**

7) Disposição e Reciclagem de Resíduos



Nos últimos anos, foi aprimorado o manejo sustentado dos principais resíduos sólidos das termelétricas a carvão mineral: as cinzas, tanto a leve como a pesada. Elas são resultado da combustão do carvão: a primeira é arrastada junto com os gases, e a segunda permanece no fundo da caldeira, sendo depois removida por arraste hidráulico.

A cinza leve possui características que permitem sua reutilização pela indústria cimenteira, em substituição ao calcário. Cerca de 800 mil toneladas, ou 90% do total gerado, são direcionadas anualmente para a produção do cimento pozolânico. As cinzas pesadas, por sua vez, são usadas na recuperação de solo ou de depósitos de rejeitos de carvão, ou retornam para as minas de carvão. Por ter pH alcalino, esse tipo de cinza atua como neutralizador da acidez do solo. As cinzas pesadas têm sido empregadas em áreas degradadas por depósitos de rejeitos de carvão de terceiros na região de Capivari de Baixo (SC) e para recomposição das áreas de mineração a céu aberto na região carbonífera do Baixo Jacuí (RS).

Os resíduos perigosos, por sua vez, vão para o co-processamento e são empregados como combustíveis na indústria de cimento. Os óleos usados são reprocessados para reutilização.

Quantidade de Cinza Gerada (em toneladas)

Unidade	Cinza Leve	Cinza Leve Recuperada	% Cinza Leve Recuperada	Cinza Pesada	Cinza Pesada Recuperada	% Cinza Pesada Recuperada
Usina de Co-geração Lages	-	-	-	8.772	8.772	100%
Usina Termelétrica Charqueadas	159.320	159.320	100%	43.183	43.183	100%
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	750.782	656.521	87%	523.357	585.597 (*)	112%
Total	910.102	815.841	90%	575.312	637.552 (*)	111%
Total de Cinza Gerada em kg/MWh	43			27		

(*) A quantidade de cinza pesada reuperada é maior que a produzida, devido ao acréscimo da cinza leve não utilizada pela indústria cimenteira, que é encaminhada como cinza pesada.

Destinação de Resíduos (em toneladas)		
Tipo de resíduo	**Reprocessamento**	**Co-processamento**
Resíduos considerados perigosos (*)	-	380,17
Óleo usado	67,3	-

(*) Segundo Norma NBR 10004.

Acidentes Ambientais

Não foram registrados acidentes ambientais na Companhia nos últimos seis anos.

Certificações

Em dezembro de 2006, a Tractebel Energia tornou-se a única entre as grandes empresas do setor elétrico brasileiro a ter 100% de seu parque gerador certificado segundo as normas NBR ISO 9001 e 14001. Em 2004, sete de suas usinas (Complexo Termelétrico Jorge Lacerda – UTLA, UTLB e UTLC e as Hidrelétricas Itá, Passo Fundo, Salto Osório e Salto Santiago) já tinham sido certificadas e em 2006, foi a vez das outras seis: as Hidrelétricas Machadinho e Cana Brava, e as Termelétricas William Arjona, Charqueadas, Alegrete e Unidade de Co-Geração Lages, totalizando 13 usinas.



As certificações foram resultado de cinco anos de planejamento, preparação e adequação às normas. A NBR ISO 14001 define os requisitos para estabelecer e operar um sistema de gestão ambiental; a NBR ISO 9001 atesta que a Companhia tem um modelo de gestão que atende às exigências de qualidade dos clientes.

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

Em junho de 2006, a Unidade de Co-geração Lages obteve o registro no Comitê de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU), passando a ser a primeira do Brasil e do grupo SUEZ no mundo a utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

Os resíduos de madeireiras, quando não reaproveitados, são dispostos na natureza, poluindo o solo e os rios, e produzindo metano, um gás cujo Potencial de Aquecimento Global (PAG) é 21 vezes maior que o do CO_2. No Brasil, as outras iniciativas dessa natureza registradas no MDL utilizam o bagaço de cana como combustível.

A Unidade de Co-geração Lages, que gera 28 MW e 25 toneladas/hora de vapor, reduzirá as emissões de gases causadores do efeito estufa em 220.000 toneladas equivalentes de CO_2 por ano sob as atuais condições de operação, tendo dessa forma direito a 220.000 créditos de Redução Certificada de Emissões (RCEs) anuais, durante dez anos.

Você sabe o que é o Protocolo de Kyoto?

O Protocolo de Kyoto é um tratado internacional que prevê que, até 2012, os países desenvolvidos devem reduzir em 5% a emissão de gases causadores do efeito estufa, em relação aos níveis de 1990. Para obter essa redução, eles necessitam implantar projetos em seu próprio país ou podem comprar RCEs de projetos implantados em países em desenvolvimento, que não possuem metas de redução.

O MDL é um dos três mecanismos flexíveis definidos pelo Protocolo que visam reduzir os custos gerais para se atingir as metas de emissão de gases causadores do efeito estufa. Esses mecanismos permitem que as signatárias do Protocolo que não consigam atingir a meta em seus países, tenham a oportunidade de reduzir a emissão ou remover o gás carbônico da atmosfera em outras nações, enquanto contribuem para seu desenvolvimento sustentável.

Desde fevereiro de 2005, quando o Protocolo de Kyoto passou a vigorar, os créditos de carbono passaram a ser comercializados em mercados internacionais e podem ser usados dentro do Esquema Europeu de Comercialização de Emissão. A intenção da Tractebel Energia é negociar parte dos Certificados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com outras empresas do grupo, reservando parte para venda futura no mercado *spot*.

Ações Sociais

A Tractebel Energia reconhece a magnitude de sua responsabilidade social e considera o envolvimento comunitário fundamental para o sucesso de seu negócio.

A busca por uma melhor qualidade de vida para empregados e comunidades onde estão os seus empreendimentos é um compromisso assumido pela Tractebel Energia. O processo de integração com a comunidade é uma filosofia da Companhia e várias instituições são contempladas, como hospitais, creches e entidades filantrópicas.

Desde 1998, a Tractebel Energia mantém programas de patrocínios e doações para entidades das comunidades onde está inserida. As ações têm sempre como foco as crianças em desvantagem social, a saúde, a educação e o meio ambiente. Com uma postura ampla, a Companhia participa de eventos comunitários, de parcerias com prefeituras e de ações de patrocínio em atividades culturais e assistenciais.



Estudo de Impacto das Usinas na Comunidade

Desde o início do projeto de construção de seus empreendimentos, a Companhia realiza estudos de impacto sócio-ambiental nas comunidades locais. São cadastrados aspectos da fauna e flora para proposição de programas mitigadores e de impacto, de modo a possibilitar uma melhoria na qualidade de vida das populações atingidas, como o resgate da identidade e da memória dos habitantes e a construção do lago, um fomentador do turismo e conseqüentemente do comércio local.

Além disso, são promovidas reuniões com representantes das comunidades, eventos esses que ajudam na compreensão das características presentes nas construções locais. Isso facilita a realização de benfeitorias, entendidas como medidas compensatórias, que abrangem aspectos que vão além dos exigidos por lei.

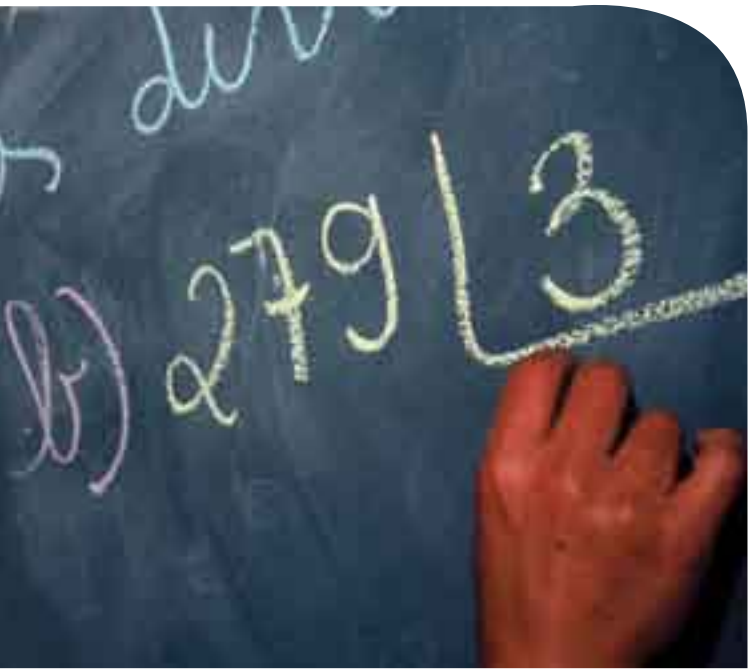
O município de Itá é um exemplo: a cidade foi realocada e totalmente reconstruída, respeitando-se os costumes locais, com visível melhoria das condições de saneamento e urbanísticas.





Além dos estudos sobre o impacto sócio-ambiental, são realizados estudos de imagem periódicos, durante e depois da construção das usinas, com o objetivo de:

- Medir o grau de informação e posicionamento da população das áreas atingidas em relação à usina;
- Medir o grau de impacto da usina no cotidiano das populações em estudo;
- Levantar a imagem espontânea e estimulada das empresas responsáveis pelo empreendimento (algumas usinas são construídas por consórcio);
- Estimar a inclinação e/ou rejeição ao empreendimento e à Companhia;
- Levantar a percepção da comunidade em relação às atitudes e posicionamento da Companhia frente às demandas dos municípios, principais necessidades, patrocínios, apoios etc;
- Conhecer as expectativas da população e sondar as áreas em que a Companhia pode atuar em benefício das comunidades;
- Levantar os veículos e meios de informação capazes de atingir a comunidade;
- Classificar o público quanto às variáveis: sexo, faixa etária, renda familiar, município de residência e escolaridade.



Os dados são coletados por meio de um questionário semi-estruturado. Com base nesses dados, é feita a análise das transformações provocadas pela usina, além de identificadas a necessidade de aplicação de incentivos e as áreas de maior carência. Dessa forma, é definido o montante financeiro a ser repassado aos municípios e empregado na infra-estrutura local.

O resultado do estudo baliza as ações da Companhia no que se refere à participação em projetos de interesse da comunidade, sejam eles sociais ou ambientais. Em ambos os aspectos, a Tractebel Energia contribui com além do exigido em regulamentos e normas.

O Exemplo de Cana Brava

A Tractebel Energia faz parte do Fundo de Desenvolvimento Regional Serra da Mesa e Cana Brava, que será implantado a partir de 2007 nos nove municípios de Goiás que se localizam dentro da área de abrangência dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas Cana Brava e São Salvador. A Companhia participa com US$ 333 mil, visando desenvolver atividades capazes de gerar emprego e renda à comunidade da região.

A Companhia Energética Meridional (CEM) deu continuidade a trabalhos junto a comunidades da região de inserção da Usina Cana Brava, com gasto total R$ 1,5 milhão em contratações para obras (estradas e moradias) e em capacitação econômica comunitária. Essa operação deu-se através da mediação do Ministério Público de Minaçu e da representação de uma comissão de líderes comunitários locais, além do contato direto com as pessoas e associações de moradores.

O projeto está de acordo com os padrões de desempenho do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e dos Princípios do Equador.





Projetos Sociais

A educação da criança em desvantagem social é o pilar das ações sociais da Tractebel Energia, cuja assistência se dá por meio do apoio a projetos educacionais junto às comunidades, do incentivo a instituições que atendem menores de comunidades carentes e da promoção de eventos educativos voltados aos menores em desvantagem.

Informações adicionais sobre os principais projetos realizados ou apoiados pela Companhia podem ser encontradas no website da Tractebel Energia (www.tractebelenergia.com.br):

- Programa Jovem Trabalhador (Florianópolis, Santa Catarina): oferece oportunidade de trabalho a jovens de famílias de baixa renda;

- Programa de Suporte à Educação (Tubarão, Santa Catarina): iniciativa educacional feita em parceria com o SENAI;

- Suporte ao Programa *Junior Achievement* (Florianópolis, Santa Catarina): visa desenvolver o espírito empreendedor entre jovens do ensino fundamental;

- Sociedade Eunice Weaver – Educandário Santa Catarina (São José, Santa Catarina): projeto que atende 500 crianças de comunidades de baixa renda;

- Bandeirante Esporte: apoio à escola de futebol para jovens de comunidades de baixa renda;

- Espaço Cultural Consulado e Casa da Memória do Caeira (Florianópolis, Santa Catarina): doação ao Projeto Caeira 21, cujo objetivo é educar, informar, prevenir e conscientizar as crianças de comunidades carentes;

- Associação Edson Filho (Capivari de Baixo, Santa Catarina): apoio ao Projeto Ação Pedagógica Especializada a Crianças e Adolescentes Especiais do Centro de Integração Humana;

- Grupo AfriCatarina (Florianópolis, Santa Catarina): apoio ao programa gratuito de arte e educação para crianças de comunidades carentes;

- Projeto Palhocence de Natação (Palhoça, Santa Catarina): atende 800 crianças e adolescentes de comunidades carentes de quatro cidades de Santa Catarina, inclusive crianças especiais;

- Projeto Orquestra Escola (Florianópolis, Santa Catarina): projeto de formação musical para crianças e adolescentes de comunidades carentes em parceria com a Fundação de Cultura Franklin Cascaes;

- Prefeitura de Tubarão (Tubarão, Santa Catarina): apoio a projetos com crianças e adolescentes junto à prefeitura de Tubarão, através do Fundo para a Infância e Juventude (FIA);

- Associação Maranata (Laguna, Santa Catarina): apoio a projetos voltados a crianças de comunidades carentes da região, através do Fundo para a Infância e Juventude (FIA);

- Cidade da Criança (Florianópolis, Santa Catarina): projeto em parceria com a prefeitura de Florianópolis, que atende crianças e adolescentes de comunidades carentes da região, através do Fundo para a Infância e Juventude (FIA);

- Projeto Paternidade Responsável (Lages, Santa Catarina): projeto Educativo a adolescentes das comunidades carentes da região;

- Projeto Formando o Cidadão (Florianópolis, Santa Catarina): projeto esportivo que atende cerca de 200 crianças de comunidades carentes;

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (Florianópolis e Palhoça, Santa Catarina): apoio a vários projetos dessa entidade, que atende a crianças excepcionais;

- Hospital de Caridade (Florianópolis, Santa Catarina): doação de equipamentos e de um gerador para a ampliação da ala de leitos do hospital;

- Sapiens Park (Florianópolis, Santa Catarina): apoio à Gincana do Milênio, projeto educativo realizado em parceria com escolas da região de Florianópolis.

10

relacionamento com empregados



A Tractebel Energia valoriza seus empregados promovendo programas de desenvolvimento e aprimoramento de pessoas, elaborados com base na igualdade de oportunidades e diversidade.

A Companhia envida esforços permanentemente objetivando desenvolver uma consciência coletiva de saúde e segurança do trabalho, respeito ao meio ambiente e responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o desempenho favorável de indicadores e resultados da organização.

Além disso, orienta suas ações através do Programa de Gestão do Clima Organizacional, iniciado em 1999, e responsável pela criação de vários novos projetos, bem como pela melhoria de outros processos existentes.

85% dos empregados consideram a Tractebel Energia uma das melhores empresas para se trabalhar



Em 2006, dentre os resultados alcançados, merecem destaque:

- 93% dos empregados percebem em alto grau a imagem de credibilidade e confiabilidade da Companhia;
- 93% dos empregados consideram que a Tractebel Energia aplica as Normas de Segurança do Trabalho;
- 89% acreditam que a Tractebel Energia sempre busca melhorar a qualidade de seus produtos e serviços;
- 89% vêem a Tractebel Energia dedicada à proteção do meio-ambiente;
- 87% percebem a constante atenção da Tractebel Energia às mudanças no ambiente externo;
- 85% dos empregados consideram a Tractebel Energia uma das melhores empresas para se trabalhar;
- 84% estão orgulhosos por trabalhar na Tractebel Energia;
- 82% enxergam o futuro com otimismo.

As políticas de gestão são aplicadas em outros projetos, como o Programa de Treinamento e Desenvolvimento, que tem foco no desenvolvimento das competências de lideranças e que influenciam, entre outros, o recrutamento e seleção e a avaliação de desempenho, ou seja, a gestão de carreira e sucessão dentro da Tractebel Energia.

Todos os 905 empregados são contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e a responsabilidade sobre as questões trabalhistas faz parte do âmbito da Diretoria Administrativa.

A Companhia possui normas escritas que proíbem a prática discriminatória e regulam os processos de admissão e promoção. Há também o Comitê de Ética, responsável pela identificação, orientação para encaminhamento de denúncias e solução de possíveis casos de discriminação no ambiente de trabalho. De 1998 até 2006, não foi registrado nenhum caso de discriminação.

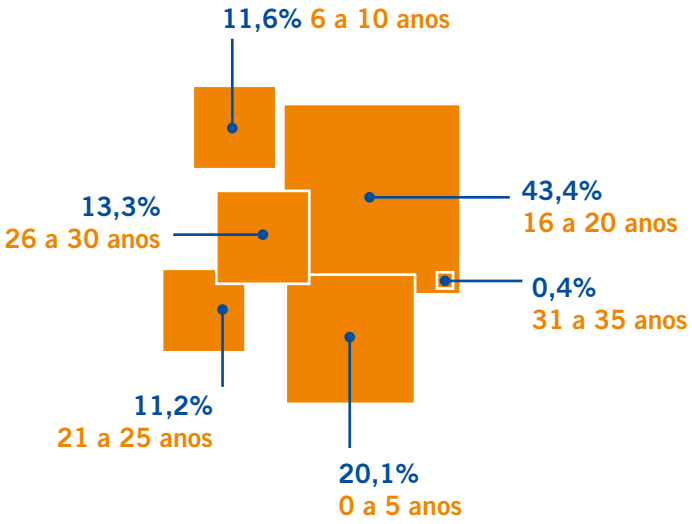
Tais normas proíbem expressamente, também, o trabalho infantil e o trabalho forçado, critérios esses que se estendem aos fornecedores, por meio de contratos.

A meta nessa área é buscar a implementação de sistemas de gestão que têm por objetivo promover a melhoria das relações e do ambiente de trabalho e estender o compromisso de responsabilidade social aos fornecedores. Esses sistemas de gestão terão como normas orientadoras a OHSAS 18001 e o AS 8000.

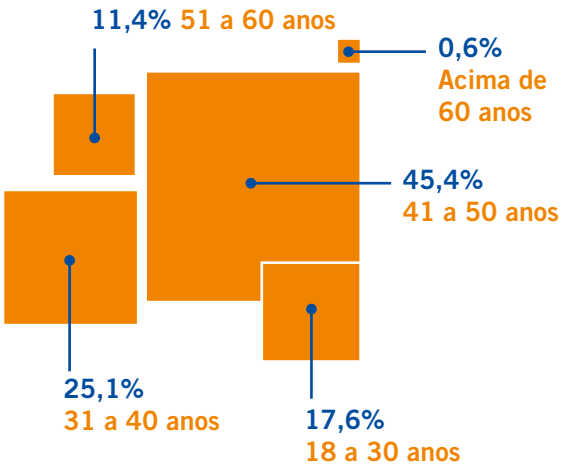
O quadro de pessoal da Companhia apresenta a seguinte composição:

Distribuição por Estado	Número de Empregados	%
Santa Catarina	629	69
Rio Grande do Sul	151	17
Paraná	93	10
Goiás	17	2
Mato Grosso do Sul	10	1
São Paulo	5	1
Total	**905**	**100**

Tempo na Empresa

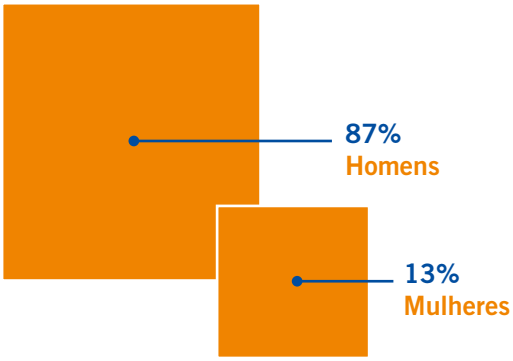


Faixa Etária



* Tempo médio de permanência na Companhia: 15,23 anos.
* Taxa de rotatividade: 2,33.
* Idade média: 40,76 anos.

Distribuição por Gênero



Distribuição por Gênero (por Categoria Funcional)

Gênero	Diretores	Gerentes	Gerentes de O&M	O&M	Técnico/ Administrativo	Total
Masculino	6	202	136	377	73	788
Feminino	0	57	0	2	58	117
Total	**6**	**259**	**136**	**379**	**131**	**911***

* Incluindo diretores.

Distribuição por Gênero nos Conselhos	Feminino	Masculino
Conselho Fiscal	1	2
Conselho de Administração	0	9

Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho



A Tractebel Energia, entendendo que a política de valorização vai além do ambiente corporativo, e ciente de sua responsabilidade e de seu compromisso com a saúde de todas as pessoas e com o trabalho seguro em todas as suas instalações, tem desenvolvido um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho que fortalece a cultura prevencionista e as ações de melhorias contínuas na organização, bem como ampliado os investimentos em Projetos de Qualidade de Vida.

Neste sentido, desenvolve o Programa Individual de Saúde, que beneficia a todos os empregados com check-up anual e acompanhamento médico regular. O programa estabelece metas de saúde, como redução de peso e colesterol, com base nos resultados dos exames realizados.

Há também um convênio nacional com uma cooperativa de saúde e o Programa de Benefícios Assistenciais, que é extensivo aos dependentes dos empregados, e cobre as áreas médica, odontológica, farmacêutica, psicológica e fonoaudiológica.

Dentre os programas voltados à manutenção da saúde dos empregados e de seus familiares estão: Condicionamento Físico; Alimentação Saudável; Dependência Química; e Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais.



Na área de segurança, a Companhia tem como principal objetivo o acidente zero. Para tanto, possui programas de prevenção de acidentes de trabalho, que são instaurados conforme resultado de laudos técnicos sobre as condições no ambiente de trabalho. Tais laudos indicam quais medidas devem ser adotadas, quais empregados estão mais expostos, bem como o equipamento de proteção individual ou coletivo necessário.

Foram definidas, também, metas de redução do número de acidentes de trabalho e das taxas de freqüência e gravidade, ainda que os atuais índices de acidentes da Companhia estejam entre os mais baixos e sejam considerados referência no setor elétrico. Em 2006, a taxa de freqüência de acidentes foi de 1,14, e a de gravidade, de 0,008.

Para minimizar o número e a gravidade de acidentes em suas dependências, a Companhia promove, mediante acordo com sindicatos, treinamento de primeiros socorros e a integração entre sua Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e a de outras empresas prestadoras de serviços. Além disso, 25% de seus empregados são representados por comitês formais de saúde e segurança.

Entre as metas para 2007 nessa área está a implantação total da NR10, a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho que determina as condições mínimas para garantir a segurança dos empregados que trabalham em instalações elétricas - em todas as etapas, incluindo projeto, execução, operação, manutenção, reforma e ampliação – e a segurança de usuários e terceiros.

Ainda que os atuais índices de acidentes da Companhia estejam entre os mais baixos e sejam considerados referência no setor elétrico, a Companhia tem como principal objetivo na área de segurança o acidente zero





Política de Remuneração

A Tractebel Energia adota uma política de remuneração alinhada às práticas de Mercado, sistematicamente monitorada através de pesquisas salariais, garantindo os níveis de competitividade que necessita para remunerar adequadamente seus profissionais e assegurar a retenção de seus talentos. Além da remuneração fixa, concede também remuneração variável composta pelo pagamento da PLR – participação nos lucros e resultados – vinculados aos resultados operacionais da Companhia, e pelo pagamento de bônus, este vinculado ao cumprimento de metas individuais negociadas diretamente com os empregados.

Ambos os sistemas estão ancorados numa política de remuneração baseada na avaliação de desempenho individual, ou seja, o quanto cada um contribui no alcance dos resultados empresariais.

O enquadramento funcional dos empregados reflete as funções que cada um ocupa dentro da Companhia e é estabelecido através da avaliação dos níveis de responsabilidade e de resultados das atividades desempenhadas. O sistema de avaliação é baseado na metodologia HAY, empresa detentora de ampla competência nessa área. A consistência da estrutura salarial da Companhia é periodicamente verificada junto a empresas com porte semelhante e de mesmo ramo de atividade, através de pesquisas salariais feitas pela HAY e pela Fundação COGE, onde são comparadas às funções típicas do setor elétrico.

Proporção de Salário entre Homens e Mulheres, por Categoria Funcional (%)*	Feminino	Masculino
Gerentes e Coordenadores	103,9	115,8
Operacionais, Técnicos e Administrativos	112,3	102,3

*Em relação à mediana da grade de enquadramento da tabela de remuneração.

Participação nos Resultados

Em 2006, foram distribuídos aos empregados R$ 12 milhões como participação nos lucros do ano de 2005. A distribuição foi proporcional à remuneração de cada um e levou em consideração, além do resultado do lucro líquido e do EBITDA, o seguinte:

- Desempenho individual: apurado com base em índice que representa o percentual da avaliação de desempenho do empregado em relação ao valor médio de sua área.

- Metas: apurado através da avaliação dos resultados alcançados nas metas. Para os funcionários de carreira gerencial, é utilizado um indicador individual; para os demais, sem metas individuais, é utilizado o indicador de resultado de sua área.

Participação Acionária na Companhia

O programa Spring, que facilita a compra de ações da SUEZ, tem participação direta de mais de 65% dos empregados da Tractebel Energia. É oferecido aproximadamente a cada dois anos, com o propósito de permitir que os empregados se beneficiem dos resultados da Controladora.

Participantes do Programa por Edição		
Edição	N° de empregados participantes	% em relação ao total de empregados
2000 (já finalizada)	585	70,5%
2002 (já finalizada)	729	87,0%
2004 (ainda vigente)	712	83,8%
2005 (ainda vigente)	613	68,6%

Gestão de Carreira e Sucessão

A Companhia investe no desenvolvimento de seus empregados de forma a garantir a sustentabilidade de seus processos, bem como preparar seu corpo funcional para os desafios do mercado de energia.

Todos os empregados participam de dois processos formais de avaliação e *feedback*:

• Avaliação de Desempenho, realizada anualmente para avaliar as metas e o comprometimento dos empregados com os valores da Companhia;

• Mapeamento de Competências, realizado a cada dois anos, através de um processo de avaliação 360°, para gerar um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), com base nas competências organizacionais.

Treinamento e Capacitação

A Companhia estrutura e oferece aos empregados uma série de ações para apoiar o processo de desenvolvimento de competências, bem como ferramentas necessárias para garantir a realização das estratégias organizacionais no médio e longo prazos.

Em 2006, foram realizadas em média 69 horas/homem de treinamento, com destaque aos investimentos na área de saúde e segurança do trabalho, distribuídas entre os diversos empregados, conforme tabela abaixo:

Horas/Homem de Treinamento por Carreira

Carreira	Horas/Homem
Gerentes	54
Carreira Gerencial	79
Carreira Técnica Administrativa	54
Carreira Técnica Operacional	75

A análise consolidada das ações de desenvolvimento registradas nos PDIs geraram uma série de programas comportamentais em 2006, a saber:

- *Workshop* Prisma, abrangendo 100% dos empregados de carreira técnica- administrativa;
- *Workshop* Sigma, voltado aos empregados técnicos das áreas de Operação e Manutenção;
- Desenvolvimento Gerencial, com dois módulos direcionados à Alta Gerência;
- Programa de Desenvolvimento da Média Gerência, envolvendo 200 empregados em cargos de liderança;
- Curso de Finanças para não Financeiros;
- Curso de Redação para Executivos;
- Curso de Administração do Tempo e Eficácia Pessoal.

Programa de Trainees

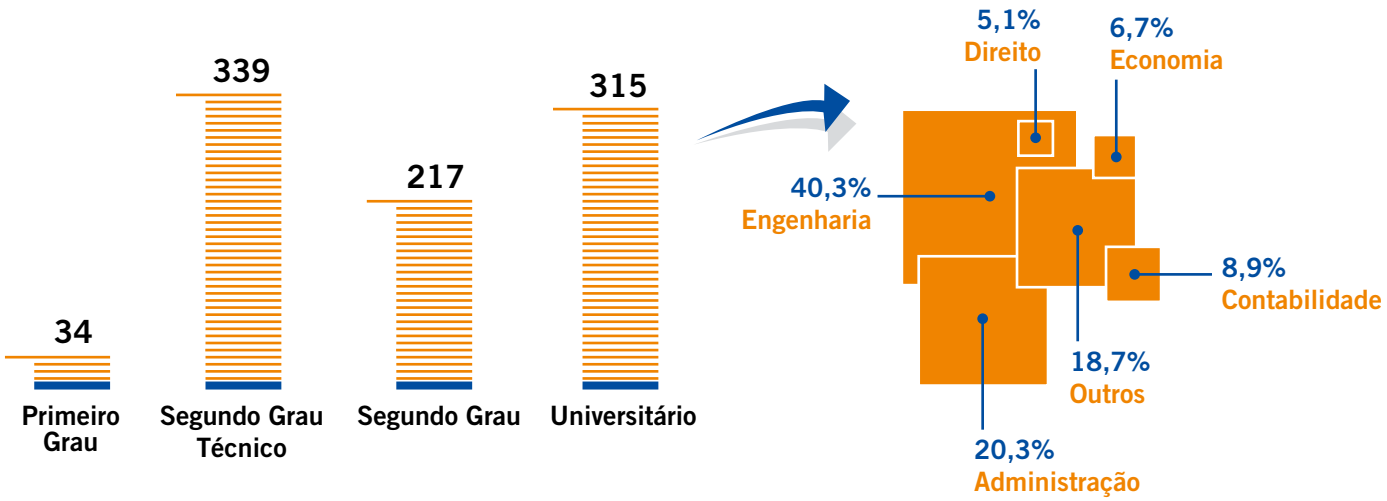
Desde 2000, a Companhia periodicamente oferece um Programa de Trainees – níveis técnico e universitário, utilizado para suprir mão-de-obra específica para as diversas áreas da Companhia e desenvolver novos talentos. O programa desenvolve-se ao longo de 10 meses, durante os quais os trainees conhecem as várias áreas da Tractebel Energia e recebem treinamentos para acelerar sua adaptação e desenvolvimento profissional.



Formação Escolar

A Tractebel Energia investe na formação escolar de seus empregados, oferecendo bolsa auxílio que cobre 100% das despesas com ensino fundamental, 50% com ensino médio, até 80% com cursos de graduação, além de incentivos a cursos de pós-graduação e MBA.

Grau de Escolaridade e Formação



Acordo Coletivo de Trabalho

A Companhia possui acordo coletivo de trabalho com as diversas entidades sindicais, abrangendo 100% de seus empregados, por meio do qual os direitos de todos estão definidos. Os próprios sindicatos formulam questionamentos e buscam soluções através de colegiado. A Companhia, por sua vez, mantém diálogo transparente e aberto com os empregados e entidades representativas para solucionar possíveis conflitos que possam causar insatisfação.

Plano de Previdência Privada

A Tractebel Energia é mantenedora da Fundação PREVIG, através da qual oferece a seus empregados a oportunidade de possuir um plano de previdência complementar ao oferecido pelo Governo e que contempla 94% dos empregados. O custeio desse plano é constituído por contribuições dos empregados e da Companhia. O valor da contribuição da Tractebel Energia para esse plano, em 2006, foi da ordem de R$ 7,8 milhões.



11

reconhecimentos



- Prêmio *Investor Relations Magazine Brazil Awards* 2006 na categoria "Maior Evolução em Relações com Investidores".

- Prêmio Brasil Ambiental da Câmara de Comércio (Amcham – Rio), na categoria especial Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), pelo trabalho realizado na Unidade de Co-geração Lages.

- 4º lugar entre as 100 maiores empresas de Santa Catarina, segundo a revista Amanhã.

- 10º lugar entre as 50 maiores por região e 19º lugar em lucros por atividade, segundo a revista Valor 1000.

- Troféu Ouro, de Fornecedor DESTAQUE 2005, concedido pela Petroquímica União (PQU) no 3º Encontro PQU + Você Fornecedor. A Companhia foi selecionada entre 1.617 empresas.



12 glossário

ANEEL CDE CMSE CNPE EPE Energia Assegurada Caldeira Comercializadoras Garantia Física Capacidade Instalada CCC Contratos Bilaterais CCEE Clientes Livres Contratos Iniciais Distribuidoras

ANEEL

Agência Nacional de Energia Elétrica. Instituída pela Lei nº 9.247/96 e constituída pelo Decreto nº 2.335/97, com as atribuições de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, zelando pela qualidade dos serviços prestados, pela universalização do atendimento e pelo estabelecimento das tarifas para os consumidores finais.

As alterações promovidas em 2004 pelo novo modelo do setor estabeleceram como responsabilidade da ANEEL, direta ou indiretamente, a promoção de licitações na modalidade de leilão, para a contratação de energia elétrica pelas Distribuidoras do SIN.

Auto Produtor

Consumidor de energia elétrica que detenha concessão, permissão ou autorização para produzir energia elétrica para consumo próprio.

Ambiente de Contratação Livre

Ambiente de contratação onde são efetuadas as operações de compra e venda de energia elétrica a preços livremente negociados entre Geradoras, Clientes Livres e Comercializadoras.

Ambiente de Contratação Regulada

Ambiente de contratação onde são efetuadas as operações de compra e venda de energia elétrica a preços obtidos por meio de leilões públicos para atendimento ao mercado de Consumidores Cativos das Distribuidoras.

Biomassa

Fontes orgânicas que são usadas para produzir energia a ser convertida em eletricidade, combustível ou calor. Essa energia resulta do processo de fotossíntese realizado pelas plantas, que capturam energia do sol e a transformam em energia química. São exemplos de Biomassa utilizada na geração de eletricidade: bagaço de cana-de-açúcar, casca de arroz, resíduos de madeira e outros.

Caldeira

Equipamento estático para geração de vapor. A caldeira é dividida basicamente em dois ambientes: um é formado por uma rede de tubos ou serpentinas onde circula a água desmineralizada que se transformará no vapor; o outro é a região onde se processa a queima do combustível e circulam os gases quentes provenientes dessa combustão. Uma caldeira pode queimar diversos tipos de combustíveis como o carvão mineral, óleo diesel, óleo pesado, gás natural, madeira, casca de arroz, bagaço de cana-de-açúcar, etc. Numa usina termelétrica, o vapor gerado na caldeira segue para a turbina, para permitir a geração da energia elétrica.

Capacidade Instalada

É a potência elétrica máxima disponível pelo gerador elétrico na unidade geradora ou no conjunto das unidades geradoras que compõem uma usina. A capacidade instalada geralmente é expressa em MW e é definida sob condições padrões de temperatura, pressão e umidade relativa do ar.

CCC

Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis, que tem por objetivo possibilitar a cobertura de percentuais pré-estabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais, quais sejam, Distribuidoras, Geradoras ou Comercializadoras.

CCEE

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Instituída pela Lei nº 10.848/04 e criada pelo Decreto nº 5.177/04, absorveu as funções do MAE e suas estruturas organizacionais e operacionais. Entre suas principais obrigações estão: a apuração do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), utilizado para valorar as transações realizadas no mercado de curto prazo; a realização da contabilização dos montantes de energia elétrica comercializados; a liquidação financeira dos valores decorrentes das operações de compra e venda de energia elétrica realizadas no mercado de curto prazo e a realização de leilões de compra e venda de energia no ACR, por delegação da ANEEL.

CDE

Conta de Desenvolvimento Energético, instituída pela Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, como sucessora da CCC no que se refere à subvenção dos custos de combustíveis às usinas de geração termelétrica que utilizam carvão mineral nacional. Foi criada para apoiar o desenvolvimento da produção de energia em todo o País, a produção de energia por meio de fontes alternativas de energia e a universalização dos serviços de energia em todo o País.

Clientes Livres	Consumidores que podem negociar a aquisição de energia elétrica livremente com quaisquer fornecedores de energia que atuam no mercado, por meio da celebração de Contratos Bilaterais no Ambiente de Contratação Livre.
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. Órgão criado no âmbito do MME, sob sua coordenação direta, com a função de acompanhar e avaliar a continuidade e a segurança do suprimento elétrico em todo o território nacional. Suas principais atribuições incluem: acompanhar o desenvolvimento das atividades de geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação de energia elétrica; avaliar as condições de abastecimento e de atendimento; realizar periodicamente a análise integrada de segurança de abastecimento e de atendimento; identificar dificuldades e obstáculos que afetem a regularidade e a segurança de abastecimento e expansão do setor e elaborar propostas para ajustes e ações preventivas que possam restaurar a segurança no abastecimento e no atendimento elétrico.
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética. Órgão interministerial de assessoramento à Presidência da República, tendo como principais atribuições formular políticas e diretrizes de energia e assegurar o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso no País. É também responsável por revisar periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do álcool, de outras Biomassas, do carvão e da energia termonuclear, além de estabelecer diretrizes para a importação e exportação de petróleo e gás natural.
Comercializadoras	Empresas autorizadas pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.
Consumidores Cativos	Consumidores que adquirem energia da Distribuidora à qual estão conectados, a partir do pagamento de tarifas definidas pela ANEEL.
Contratos Bilaterais	Contratos de compra e venda de energia livremente negociados entre Geradoras e Distribuidoras para entrega a partir de 2003, quando a energia contratada por meio de Contratos Iniciais começou a ser reduzida em 25% ao ano, de acordo com a Lei do Setor Elétrico, além dos contratos firmados entre as Geradoras e Clientes Livres e Geradoras e Comercializadoras.

Contratos Iniciais

Contratos de fornecimento de energia elétrica expirados em 2003, após a redução gradual de quantidades. Tais contratos possuíam preços e quantidades aprovados pela ANEEL, e eram celebrados entre as Geradoras e as Distribuidoras, nos termos da Lei do Setor Elétrico.

Distribuidoras

Concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica que atuam no mercado brasileiro de energia elétrica.

Energia Assegurada

A Energia Assegurada é a Garantia Física da usina hidrelétrica, ou seja, constitui seu limite de contratação. Considera-se Energia Assegurada de cada usina hidrelétrica a fração a ela alocada da Energia Assegurada global do sistema. A alocação da Energia Assegurada e suas revisões são definidas pelo MME, com base em metodologia aplicada pelo ONS/MME, conforme disposto nos Decretos 5.163/04 e 2.655/1998. Para fins deste Relatório Anual, o termo Energia Assegurada está sendo utilizado em relação à quantidade máxima de energia que pode ser utilizada para comercialização, tanto pelas usinas termelétricas quanto pelas usinas hidrelétricas e equivale, portanto, ao conceito de Garantia Física.

EPE

Empresa de Pesquisa Energética. Instituída pela Lei nº 10.847/04 e criada pelo Decreto nº 5.184/04, a EPE é uma empresa vinculada ao MME, cuja finalidade é prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético.

Suas principais atribuições incluem a realização de estudos e projeções da matriz energética brasileira, execução de estudos que propiciem o planejamento integrado de recursos energéticos, desenvolvimento de estudos que propiciem o planejamento de expansão da geração e da transmissão de energia elétrica de curto, médio e longo prazos, realização de análises de viabilidade técnico-econômica e sócio-ambiental de usinas, bem como a obtenção da licença ambiental prévia para aproveitamentos hidrelétricos e de transmissão de energia elétrica.

Garantia Física

A Garantia Física de um empreendimento de geração, definida pelo MME e constante do contrato de concessão ou ato de autorização, corresponde à quantidade máxima de energia que pode ser utilizada para comercialização por meio de contratos, conforme disposto no Decreto 5.163/04. Veja definição de Energia Assegurada nesta seção do Relatório Anual.

CGE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, criada pelo Governo Federal para administrar a crise de energia elétrica surgida no ano de 2001.
Geradoras	Companhias concessionárias ou autorizadas a utilizar bem público para geração de energia ou prestar serviços públicos de geração de energia elétrica.
Gerador	Equipamento rotativo responsável pela conversão da energia mecânica de rotação da turbina em energia elétrica. O gerador elétrico também é formado por uma parte móvel composta pelo eixo e conjunto de espiras ou enrolamento móvel, e uma parte fixa formada por um conjunto de espiras ou enrolamento, fixadas à carcaça do gerador. A energia mecânica proveniente da turbina é utilizada para girar o rotor, que induz uma tensão nos terminais dos enrolamentos que, por meio de transformadores e linhas de transmissão, estão conectados às cargas ou consumidores de energia elétrica, possibilitando a circulação de correntes elétricas.
Gigawatt (GW)	Unidade equivalente a um bilhão de watts.
Gigawatt-hora (GWh)	Unidade equivalente a um gigawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por uma hora ou um bilhão de watts-hora.
Kilovolt (KV)	Unidade equivalente a mil volts.
Kilowatt (KW)	Unidade equivalente a mil watts.
Kilowatt-hora (KWh)	Unidade equivalente a um kilowatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou mil watts-hora.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica. Ambiente organizado, no qual se processaram a compra e venda de energia entre seus participantes até a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, tanto através de Contratos Bilaterais como no mercado à vista, tendo como limites os sistemas interligados do País.
Megawatt (MW)	Unidade equivalente a um milhão de watts.
Megawatt-hora (MWh)	Unidade equivalente a um megawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou um milhão de watts-hora.

MME

Ministério de Minas e Energia. Órgão do Governo Federal responsável pela condução das políticas energéticas do país. Suas principais obrigações incluem a formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes definidas pelo CNPE. O MME é responsável por estabelecer o planejamento do setor energético nacional, monitorar a segurança do suprimento do setor elétrico brasileiro e definir ações preventivas para restauração da segurança de suprimento no caso de desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda de energia.

MRE

Mecanismo de Realocação de Energia, destinado a distribuir o risco hidrológico entre as Geradoras, na medida em que cada Geradora tem assegurado o pagamento pelo montante de sua Energia Assegurada e contratada enquanto os membros do MRE em conjunto forem capazes de satisfazer os níveis de Energia Assegurada do MRE.

ONS

Operador Nacional do Sistema Elétrico. Criado pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, com as alterações do Decreto nº 5.081, de 14 de maio de 2004, para operar, supervisionar e controlar a geração de energia elétrica no SIN, e administrar a Rede Básica no Brasil.

Tem como objetivo principal atender aos requisitos de carga, otimizar custos e garantir a confiabilidade do sistema, definindo ainda as condições de acesso à malha de transmissão em alta-tensão do país.

Paradas Programadas

São paradas de equipamentos ou unidades geradoras previstas nos planos de manutenção preventiva do agente responsável pela operação dos mesmos. Todo e qualquer equipamento mecânico ou elétrico requer manutenção com o objetivo de atingir uma condição operacional ótima.

PCF

Prototype Carbon Fund. Fundo de investimento administrado pelo Banco Mundial, cujo objetivo é combater a mudança climática, promovendo o desenvolvimento sustentável. O PCF investe contribuições feitas por empresas e governos em projetos voltados à redução de emissão, que sejam consistentes com o Protocolo de Kyoto, e os regulamentos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU).

PCHs	Pequenas Centrais Hidrelétricas. Usinas com Capacidade Instalada entre 1 MW e 30 MW que atendam aos requisitos propostos na Resolução ANEEL n.º 652, de 9 de dezembro de 2003.
Precipitador Eletrostático	Equipamento eletromecânico utilizado para reter material particulado presente em gases. No caso das usinas termelétricas, o precipitador eletrostático retém as cinzas provenientes da combustão do carvão mineral, ou óleo combustível arrastados juntamente com os gases de combustão. É um equipamento indispensável para o controle das emissões de material particulado preservando o meio ambiente. Trata-se de um filtro que retém as cinzas através da criação de um campo elestrostático produzido no seu interior. Ao passar por este campo elétrico, a cinza se ioniza e fica retida em placas metálicas, o que impede a sua chegada até a chaminé.
Produtor Independente	Pessoa jurídica ou empresas reunidas em consórcio de que recebem concessão ou autorização do poder concedente para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia elétrica produzida, por sua conta e risco.
Programa de Racionamento	Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia, instituído pelo GCE em 2001, que vigorou de junho de 2001 a fevereiro de 2002.
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, instituído pela Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, e alterações posteriores.
Rede Básica	Conjunto de linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos com tensão igual ou superior a 230 kV, ou instalações em tensão inferior definidas pela ANEEL.
RCE	Redução Certificada de Emissões. Unidade de redução de gases causadores do efeito estufa, criada e certificada conforme as disposições do Protocolo de Kyoto para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).
Sistema Interligado Nacional (SIN)	Sistema composto pela Rede Básica e demais instalações de transmissão que interliga as unidades de geração e distribuição nos sistemas Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.

Transmissoras	Concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica que atuam no mercado brasileiro de energia elétrica.
Turbina	Equipamento rotativo responsável pela conversão da energia térmica do vapor ou gás em trabalho mecânico, chamado de turbina a vapor ou a gás. Existem também as turbinas hidráulicas, mais utilizadas no Brasil, que convertem a energia potencial da água em energia mecânica de rotação. A turbina é constituída de duas partes principais, o conjunto de pás móveis (rotativas) fixas ao eixo da turbina intercalado de pás fixas, e presas ao conjunto da carcaça da turbina, que redireciona o vapor ou gás à medida que se expandem na turbina. O gás aquecido ou o vapor, ao entrar na turbina em alta temperatura e pressão, encontram resistência das pás móveis fazendo-as girar. Esse movimento rotativo fará o gerador converter a energia mecânica em energia elétrica. As turbinas hidráulicas são constituídas de um conjunto único de pás móveis e fixas.
UHE	Sigla utilizada para usina hidrelétrica, unidade de geração que transforma energia potencial da água em eletricidade.
Unidade Geradora	O gerador elétrico e a turbina ou outro dispositivo que o impulsiona, quando referidos em conjunto.
UTE	Sigla utilizada para usina termelétrica, composta por uma ou mais unidades de geração de energia elétrica a partir da queima de um determinado combustível, que pode ser carvão, óleo diesel, gás, biomassa ou outros. Na usina termelétrica ocorre a transformação da energia química ou calorífica do combustível em energia elétrica.
Volt (V)	Unidade básica de tensão de energia elétrica.
Watt (W)	Unidade básica de potência de energia elétrica.
Watt-hora (Wh)	Quantidade de energia utilizada para alimentar uma carga com potência de 1 watt (W) pelo período de uma hora.

13 Balanço Social Consolidado

Tractebel Energia Consolidado
1. BASE DE CÁLCULO
1.1 - Receita Líquida
1.2 - Resultado Operacional
1.3 - Folha de Pagamento Bruta
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS
2.1 - Alimentação
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios
2.3 - Previdência Privada
2.4 - Previdência Privada - Conversão Aposentadoria Especial em Aposentadoria por Tempo de Serviço
2.5 - Saúde
2.6 - Educação
2.7 - Participação nos Lucros ou Resultados
2.8 - Outros Benefícios
TOTAL (2.1 a 2.8)
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania
TOTAL (3.1 a 3.2)
4. INDICADORES AMBIENTAIS
4.1 - Relacionados com a operação da Empresa
4.2 - Relacionados com projetos em curso
TOTAL (4.1)
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL
5.1 - Nº de empregados(as) ao final do período
5.2 - Nº de admissões durante o período
5.3 - Nº de estagiários(as)
5.4 - Nº de empregados(as) acima de 45 anos
5.5 - Nº de mulheres que trabalham na empresa
5.6 - Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL
6.1 - Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa
6.2 - Número total de acidentes de trabalho
6.3 - Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:
6.4 - Os pradrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:
6.5 - Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:
6.6 - A previdência privada contempla:
6.7 - A participação dos lucros ou resultados contempla:
6.8 - Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:
6.9 - Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:
6.10 - Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):
6.11 - Valor adicionado total a distribuir (em milhares R$):

2006			2005		
R$ milhões			R$ milhões		
2.706			2.288		
1.224			1.100		
94			88		
R$ milhões	**% sobre a Folha de Pagamento Bruta**	**% sobre o Receita Líquida**	**R$ milhões**	**% sobre a Folha de Pagamento Bruta**	**% sobre o Receita Líquida**
6	6,4	0,2	5	5,7	0,2
26	27,3	0,9	26	29,5	1,1
16	17,6	0,6	14	15,9	0,6
3	3,7	0,1	17	19,3	0,7
8	8,9	0,3	5	5,7	0,2
4	4,2	0,1	2	2,3	0,1
14	14,9	0,5	10	11,4	0,4
3	2,7	0,1	2	2,3	0,1
80	**85,7**	**2,8**	**81**	**92,1**	**3,4**
R$ milhões	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre o Receita Líquida**	**R$ milhões**	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre o Receita Líquida**
591	48,3	21,9	515	46,8	22,5
10	0,8	0,4	10	1,0	0,4
601	**49,1**	**22,3**	**525**	**47,8**	**22,9**
R$ milhões	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre o Receita Líquida**	**R$ milhões**	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre o Receita Líquida**
9	0,7	0,3	7	0,6	0,3
18	1,5	0,7	6	0,5	0,3
27	**2,2**	**1,0**	**13**	**1,1**	**0,6**
(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		
2006			**2005**		
905			893		
33			61		
57			62		
305			300		
117			118		
13			13		
2006			**Metas 2007**		
19,51			19,51		
4			-		
( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( ) segue as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(x) apoiará	( ) organizará e incentivará
na empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0	na empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
Em 2006: 2.052.016			Em 2005: 1.914.741		

Informações Corporativas

Atendimento a Acionistas
Banco Itaú S.A.
Departamento de Atendimento Unificado
Tel.: (11) 5029-7780

Banco Depositário
No Brasil: Banco Itaú S.A.
Nos Estados Unidos da América (American Depositary Receipts): The Bank of New York

Auditores Independentes
BDO Trevisan Auditores Independentes

Relações com Investidores
Marc Verstraete
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
marc@tractebelenergia.com.br

Antonio Previtali Jr.
Gerente de Relações com Investidores
previtali@tractebelenergia.com.br

Rafael J. Caron Bósio
Analista de Relações com Investidores
rbosio@tractebelenergia.com.br

Ana Sayuri H. Sylvestre
Analista de Relações com Investidores
ana.sylvestre@tractebelenergia.com.br

Tel.: (48) 3221-7221

Endereço da Companhia
Rua Antônio Dib Mussi, 366
CEP 88015-110 – Florianópolis – SC
Tel.: (48) 3221-7000
Fax: (48) 3221-7001

Website
www.tractebelenergia.com.br

Publicações Legais
Diário Oficial de Santa Catarina
Diário Catarinense
Valor Econômico

Coordenação Geral
Tractebel Energia S.A.

Redação, Edição e Tradução
MZ Corporate Communications

Design, Diagramação e Produção Gráfica
MZ Design

Imagens
Acervo Tractebel Energia
JupiterImages Corporation

Impressão
Atrativa Indústria Gráfica Ltda.

Tractebel Energia

SUEZ

demonstrações contábeis 2006

01_ balanços patrimoniais 96

02_ demonstrações dos resultados dos exercícios 98

03_ demonstração das mutações do patrimônio líquido 99

04_ demonstrações das origens e aplicações de recursos 100

05_ demonstrações do fluxo de caixa 101

06_ demonstrações do valor adicionado 102

07_ notas explicativas às demonstrações contábeis 103

08_ conselho de administração 168

09_ diretoria executiva 168

10_ departamento de contabilidade 168

11_ parecer dos auditores independentes 169

12_ parecer do conselho fiscal 170

Balanços Patrimoniais
Em 31 de Dezembro

(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2006	2005 (Reclassificado)	2006	2005 (Reclassificado)
ATIVO CIRCULANTE					
Numerário disponível		7.454	9.466	23.593	12.179
Aplicações financeiras	4	186.352	195.153	233.247	296.958
Recursos vinculados a pagamento de obrigações		21.643	-	21.643	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	314.663	302.792	358.002	320.605
Dividendos a receber de controladas	10	103.021	78.860	-	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	23.623	11.486	26.707	16.719
Almoxarifado		22.719	22.515	23.623	23.512
Cauções e depósitos vinculados		51.511	47.399	53.947	47.867
Ativo fiscal diferido	7	19.683	81.097	21.351	82.344
Despesas pagas antecipadamente		2.625	10.048	3.022	10.721
Outros		18.041	26.133	26.917	25.627
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**771.335**	**784.949**	**792.052**	**836.532**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Concessionárias e permissionárias	5	16.063	38.314	16.063	38.314
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	10.342	7.136	13.124	10.296
Cauções e depósitos vinculados		-	-	29.422	26.119
Depósitos judiciais	18	111.204	39.341	131.331	45.924
Alienação de bens e direitos	9	68.565	60.220	68.565	60.220
Ativo fiscal diferido	7	187.282	186.877	188.489	192.309
Outros		2.216	1.315	2.216	1.315
		395.672	**333.203**	**449.210**	**374.497**
Permanente					
Investimentos	10	843.659	887.117	36.873	43.619
Imobilizado	11	2.836.435	2.927.305	4.148.898	4.272.779
Intangível	12	1.256	1.782	77.310	80.689
Diferido		-	-	34.766	43.985
		3.681.350	**3.816.204**	**4.297.847**	**4.441.072**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**4.077.022**	**4.149.407**	**4.747.057**	**4.815.569**
TOTAL		**4.848.357**	**4.934.356**	**5.539.109**	**5.652.101**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2006	2005 (Reclassificado)	2006	2005 (Reclassificado)
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	235.924	112.939	239.319	94.346
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	478.043	495.487	478.043	495.487
Empréstimos e financiamentos	15	256.152	194.135	306.079	243.343
Debêntures	16	15.004	10.286	37.834	31.090
Tributos e contribuições sociais		33.747	36.372	45.870	47.437
Obrigações estimadas	17	28.542	49.084	28.650	49.243
Operações com derivativos	28	4.526	46.181	4.526	65.876
Obrigações com o programa P&D		31.364	-	35.135	-
Provisão para contingências	18	11.000	41.595	11.206	42.326
Benefícios pós-emprego	20	20.369	81.020	20.369	81.020
Outros		35.581	32.814	39.781	37.220
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**1.150.252**	**1.099.913**	**1.246.812**	**1.187.388**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	15	344.197	601.949	610.251	911.138
Debêntures	16	200.000	198.348	323.344	338.196
Tributos e contribuições sociais parcelados		5.383	6.230	5.383	6.230
Obrigações estimadas	17	653	22.543	653	22.869
Provisões para contingências	18	53.041	77.125	56.289	79.902
Concessões a pagar	19	-	-	201.546	178.130
Benefícios pós-emprego	20	293.725	205.755	293.725	205.755
Passivo fiscal diferido	21	36.535	36.532	36.535	36.532
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**933.534**	**1.148.482**	**1.527.726**	**1.778.752**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	22	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	22	227.110	148.500	227.110	148.500
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.764.571**	**2.685.961**	**2.764.571**	**2.685.961**
TOTAL		**4.848.357**	**4.934.356**	**5.539.109**	**5.652.101**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2006	2005	2006	2005
			(Reclassificado)		(Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Fornecimento de energia elétrica		337.579	338.985	743.177	479.493
Suprimento de energia elétrica		2.276.942	2.066.598	2.291.922	2.097.482
Outras receitas		24.056	22.469	25.638	15.752
		2.638.577	**2.428.052**	**3.060.737**	**2.592.727**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
Impostos e contribuições sobre a receita		(199.631)	(266.703)	(320.587)	(298.830)
Pesquisa e desenvolvimento		(24.661)	-	(28.318)	-
Venda de cinzas da CCC/CDE, líquida de impostos		(6.300)	(5.531)	(6.300)	(5.531)
		(230.592)	**(272.234)**	**(355.205)**	**(304.361)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS		**2.407.985**	**2.155.818**	**2.705.532**	**2.288.366**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS					
Energia elétrica comprada de terceiros		(391.995)	(429.528)	(287.404)	(156.366)
Transações no âmbito da CCEE		(270.281)	(4.764)	(281.313)	(7.090)
Custo de produção de energia elétrica	24	(432.819)	(467.257)	(502.421)	(538.026)
Custo dos serviços prestados	24	(10.254)	(9.328)	(10.254)	(9.328)
		(1.105.349)	**(910.877)**	**(1.081.392)**	**(710.810)**
LUCRO BRUTO		**1.302.636**	**1.244.941**	**1.624.140**	**1.577.556**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	24	(169.719)	(118.295)	(210.149)	(164.796)
Despesas gerais e administrativas	24	(111.933)	(90.525)	(133.300)	(120.158)
(Constituição) reversão de provisões operacionais, líquida	25	11.895	(50.249)	11.453	(49.691)
Ganhos em ações judiciais	26	93.350	-	94.502	-
		(176.407)	**(259.069)**	**(237.494)**	**(334.645)**
Resultado do serviço		**1.126.229**	**985.872**	**1.386.646**	**1.242.911**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	120.284	116.885	300	-
Amortização de ágio	10	(6.746)	(6.746)	(6.746)	(6.746)
		113.538	**110.139**	**(6.446)**	**(6.746)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	92.761	117.363	107.666	139.086
Despesas financeiras	27	(169.323)	(168.811)	(263.874)	(274.756)
		(76.562)	**(51.448)**	**(156.208)**	**(135.670)**
RESULTADO OPERACIONAL		**1.163.205**	**1.044.563**	**1.223.992**	**1.100.495**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**2.776**	**3.557**	**2.985**	**3.557**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**1.165.981**	**1.048.120**	**1.226.977**	**1.104.052**
Imposto de renda	8	(111.663)	(68.549)	(156.297)	(109.521)
Contribuição social	8	(75.172)	(59.475)	(91.534)	(74.435)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**979.146**	**920.096**	**979.146**	**920.096**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM R$		**1,50**	**1,41**	**1,50**	**1,41**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2004	**2.445.766**	**91.695**	**249.495**	**-**	**2.786.956**
Dividendos intermediários	-	-	(147.000)	-	**(147.000)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	920.096	**920.096**
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	46.005	(46.005)	**-**
- dividendos / juros sobre o capital próprio					
ON – R$ 1,339106 por ação	-	-	-	(874.091)	**(874.091)**
SALDOS EM 31.12.2005	**2.445.766**	**91.695**	**148.500**	**-**	**2.685.961**
Ajuste de exercícios anteriores **(Nota 22-d)**	-	-	-	29.653	**29.653**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	979.146	**979.146**
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	48.957	(48.957)	**-**
- reserva de retenção de lucros	-	-	29.653	(29.653)	**-**
- dividendos / juros sobre o capital próprio					
ON – R$ 1,425048 por ação	-	-	-	(930.189)	**(930.189)**
SALDOS EM 31.12.2006	**2.445.766**	**91.695**	**227.110**	**-**	**2.764.571**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
ORIGENS				
Das operações				
Lucro líquido do exercício	979.146	920.096	979.146	920.096
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	159.004	158.608	208.364	208.108
Juros de não circulantes	35.533	29.803	54.062	50.089
Variação monetária de não circulantes	(23.564)	(102.059)	(15.175)	(112.838)
Resultado de equivalência patrimonial	(120.284)	(116.885)	(300)	-
Amortização de ágio	6.746	6.746	6.746	6.746
Provisão (reversão) operacional de não circulantes, líquida	(5.479)	45.003	(5.544)	44.555
Imposto de renda e contribuição social diferidos	45.736	11.546	49.469	11.745
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(2.776)	(3.557)	(2.359)	(3.510)
	1.074.062	**949.301**	**1.274.409**	**1.124.991**
De terceiros				
Debêntures	-	200.000	-	200.000
Dividendos de controladas	159.021	108.860	-	-
Vendas de bens e direitos	31.066	31.539	31.066	31.539
Ativos não circulantes transferidos para o circulante	28.981	40.884	30.489	45.151
Passivo circulante transferido para o não circulante	55.982	-	55.982	-
Resgates de cauções e depósitos vinculados	-	-	-	30.083
Baixa de provisão para manutenções programadas	16.025	-	16.055	-
	291.075	**381.283**	**133.592**	**306.773**
TOTAL DAS ORIGENS	**1.365.137**	**1.330.584**	**1.408.001**	**1.431.764**
APLICAÇÕES				
Aumento no ativo não circulante	79.113	40.221	91.018	48.801
Ativo circulante transferido para o não circulante	53.159	-	53.159	-
Valores a receber da alienação de Jacuí	30.263	30.103	30.263	30.103
Investimentos	2.025	201.200	-	-
Aquisição de imobilizado e aplicação no diferido	64.347	37.519	69.040	43.916
Parcelamento de conta a receber de energia elétrica	-	17.623	-	17.623
Dividendos intermediários	-	147.000	-	147.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio	930.189	874.091	930.189	874.091
Pré-pagamento de financiamento	-	-	-	275.247
Empréstimos, financ. e debêntures transferidas para o circulante	248.935	182.815	315.727	257.941
Passivos não circulantes transferidos para o circulante	21.059	46.510	22.509	48.055
TOTAL DAS APLICAÇÕES	**1.429.090**	**1.577.082**	**1.511.905**	**1.742.777**
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**(63.953)**	**(246.498)**	**(103.904)**	**(311.013)**
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
Ativo Circulante				
No fim do período	771.335	784.949	792.052	836.532
No início do período	784.949	1.033.097	836.532	1.165.483
	(13.614)	**(248.148)**	**(44.480)**	**(328.951)**
Passivo Circulante				
No fim do período	1.150.252	1.099.913	1.246.812	1.187.388
No início do período	1.099.913	1.101.563	1.187.388	1.205.326
	50.339	**(1.650)**	**59.424**	**(17.938)**
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**(63.953)**	**(246.498)**	**(103.904)**	**(311.013)**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro
(informação suplementar)

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2006**	**2005**	**2006**	**2005**
Lucro líquido do exercício	979.146	920.096	979.146	920.096
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	159.004	158.608	208.364	208.108
Resultado de equivalência patrimonial	(120.284)	(116.885)	(300)	-
Amortização de ágio	6.746	6.746	6.746	6.746
Variação monetária e cambial, líquida	(9.591)	(22.450)	9.425	(8.296)
Juros líquidos	37.913	36.327	54.096	52.411
Obrigações estimadas com fornecedores	8.861	26.595	8.861	26.595
Constituição de provisão operacional, líquida	4.340	76.222	4.271	75.630
Aplicações de recursos em P & D	31.364	-	34.087	-
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos	45.736	4.419	49.469	7.078
Venda de créditos de carbono	-	-	(8.685)	-
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(2.776)	(3.557)	(2.359)	(3.557)
Outros	209	-	608	-
	1.140.668	**1.086.121**	**1.343.729**	**1.284.811**
Redução (aumento) nos ativos				
Consumidores e concessionárias	14.155	(8.523)	(11.371)	(16.447)
Recursos vinculados a pagamentos de obrigações	(21.643)	-	(21.643)	-
Adiantamento a fornecedores	1.842	6.243	1.858	5.521
Tributos e contribuições sociais a recuperar	(12.516)	25.299	(9.980)	24.452
Cauções e depósitos vinculados/judiciais	(71.900)	(34.556)	(85.490)	(13.972)
Almoxarifado	(204)	(9.454)	(111)	(9.902)
Despesas antecipadas	7.216	(6.618)	7.492	(5.886)
Outros	6.097	3.376	5.402	2.744
	(76.953)	**(24.233)**	**(113.843)**	**(13.490)**
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	87.313	1.281	107.723	6.227
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(898)	14.344	2.731	18.995
Tributos e contribuições sociais	(12.214)	24.960	(11.157)	27.577
Obrigações estimadas	(11.864)	(26.970)	(11.870)	(26.930)
Provisão para contingências	(2.648)	(5.623)	(2.778)	(5.728)
Benefícios pós-emprego	(30.315)	(35.624)	(30.315)	(35.624)
Outros	2.766	6.262	1.989	6.214
	32.140	**(21.370)**	**56.323**	**(9.269)**
RECURSOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.095.855**	**1.040.518**	**1.286.209**	**1.262.052**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicação no imobilizado e diferido	(64.347)	(37.519)	(69.040)	(43.916)
Aplicações em investimentos	(2.025)	(201.200)	-	-
Dividendos recebidos de controladas	134.860	38.113	-	-
RECURSOS RECEBIDOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**68.488**	**(200.606)**	**(69.040)**	**(43.916)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(177.169)	(167.350)	(243.541)	(548.375)
Debêntures	-	200.000	-	200.000
Liquidações de operações com *swaps*	(59.096)	(91.037)	(87.034)	(106.075)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(938.891)	(1.110.233)	(938.891)	(1.110.233)
RECURSOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(1.175.156)**	**(1.168.620)**	**(1.269.466)**	**(1.564.683)**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES	**(10.813)**	**(328.708)**	**(52.297)**	**(346.547)**
Caixa e equivalentes				
Saldo inicial	204.619	533.327	309.137	655.684
Saldo final	193.806	204.619	256.840	309.137
	(10.813)	**(328.708)**	**(52.297)**	**(346.547)**
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	90.410	87.293	137.862	153.620
Imposto de renda e contribuição social	92.093	93.907	150.147	142.631
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	65.555	25.218	67.188	27.558
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	492.189	500.891	492.189	500.891
Dividendos propostos a receber de controladas	103.021	78.860	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	29.653	-	29.653	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro
(informação suplementar)

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	**2005**	**2006**	**2005**
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas e serviços	2.632.277	2.422.521	3.054.437	2.587.196
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(74)	9.071	(75)	9.126
Outras receitas operacionais	93.350	-	94.502	-
Resultado não operacional	2.776	3.557	2.985	3.557
	2.728.329	2.435.149	3.151.849	2.599.879
(-) Insumos				
Materiais	(22.220)	(20.851)	(23.897)	(22.853)
Serviços de terceiros	(67.727)	(65.701)	(78.240)	(75.330)
Combustível para produção de energia	(95.575)	(101.570)	(102.070)	(104.694)
Energia Elétrica comprada de terceiros	(391.995)	(429.528)	(287.404)	(156.366)
Transações no âmbito da CCEE	(270.281)	(4.764)	(281.313)	(7.090)
Encargos de uso da rede elétrica	(162.625)	(116.395)	(202.545)	(162.431)
Seguros	(6.097)	(7.224)	(7.561)	(9.239)
(Constituição) reversão de provisões operacionais, líquida	11.895	(50.249)	11.453	(49.691)
Outros	(15.787)	(20.985)	(21.112)	(21.676)
	(1.020.412)	(817.267)	(992.689)	(609.370)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**1.707.917**	**1.617.882**	**2.159.160**	**1.990.509**
Depreciação e amortização	(159.004)	(158.608)	(208.364)	(208.108)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**1.548.913**	**1.459.274**	**1.950.796**	**1.782.401**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	92.761	117.363	107.666	139.086
Resultado da participação societária	113.538	110.139	(6.446)	(6.746)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**1.755.212**	**1.686.776**	**2.052.016**	**1.914.741**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2006	**%**	**2005**	**%**	**2006**	**%**	**2005**	**%**
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	79.757	5	75.062	4	81.407	4	76.958	4
Benefícios	21.622	1	23.281	1	21.885	1	23.488	1
Participação nos resultados	13.926	1	10.000	1	13.963	1	10.032	1
	115.305	**7**	**108.343**	**6**	**117.255**	**6**	**110.478**	**6**
Do capital de terceiros								
Encargos e variações monetárias	152.838	9	135.827	8	241.700	12	251.399	13
Aluguéis	5.524	-	5.090	-	6.491	-	5.660	-
Outras despesas financeiras	3.646	-	11.820	1	5.391	-	12.887	-
	162.008	**9**	**152.737**	**9**	**253.582**	**12**	**269.946**	**14**
Do governo								
Impostos, taxas e contribuições	233.259	13	307.645	18	358.614	17	344.048	18
Encargos setoriais	78.659	4	69.931	4	95.588	5	86.217	4
IR e CSLL	186.835	11	128.024	8	247.831	12	183.956	10
	498.753	**28**	**505.600**	**30**	**702.033**	**34**	**614.221**	**32**
Do capital próprio								
Reserva legal	48.957	3	46.005	3	48.957	2	46.005	2
Dividendos e juros s/ capital próprio	930.189	53	874.091	52	930.189	46	874.091	46
	979.146	**56**	**920.096**	**55**	**979.146**	**48**	**920.096**	**48**
	1.755.212	**100**	**1.686.776**	**100**	**2.052.016**	**100**	**1.914.741**	**100**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis – SC, e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Sua capacidade instalada, incluindo a propriedade indireta das UHEs Itá e Cana Brava e da Unidade de Cogeração Lages, é de 5.860 MW, dos quais 79,30% em usinas hidrelétricas e 20,70% em termelétricas, compostos pelo seguinte parque gerador em operação: UHE Salto Osório (PR), UHE Salto Santiago (PR), UHE Passo Fundo (RS), UHE Itá (RS/SC), UHE Machadinho (SC/RS), UHE Cana Brava (GO), UTE Charqueadas (RS), UTE Alegrete (RS), UTE William Arjona (MS), Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC) e Unidade de Cogeração Lages (SC).

A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato para compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. - ITASA é de 5.896 MW.

Em 20 de junho de 2006, por determinação da ANEEL, a capacidade de fornecimento foi reduzida em 72 MW, em virtude da atual incapacidade de cumprimento dos valores de garantia física por parte da Companhia de Interconexão Energética - CIEN. Esta redução será mantida até que a CIEN comprove a existência de disponibilidade de energia.

As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas controladas estão relacionadas na Nota 11-d.

O controle acionário da Companhia pertence à Suez Energy South America Participações Ltda., empresa constituída no Brasil sob o controle da Suez-Tractebel Sociètè Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do Grupo Suez, sediado na França.

A Companhia é controladora da Companhia Energética Meridional – CEM, detendo 99,99% das ações representativas de seu capital social, a qual é detentora da concessão da usina hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, Estado de Goiás. A Companhia detém, também, o controle compartilhado, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, da empresa Itá Energética S.A. – ITASA, da qual possui 48,75% do capital votante. A ITASA é uma SPE – Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e explorar, em parceria, através de consórcio, a usina hidrelétrica Itá, localizada no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Detém, ainda, 99,99% das quotas de capital da Lages Bioenergética Ltda., a qual possui autorização para explorar a unidade de cogeração Lages, no Município de Lages (SC), e da Tractebel Energia Comercializadora Ltda., empresa que comercializa energia no mercado livre de negociação. As principais características das controladas e de seus empreendimentos estão descritas na Nota 10-d.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando do indicado de maneira diferente. Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas como informações suplementares as Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, respectivamente.

Com o propósito de permitir uma melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações contábeis, certas rubricas do balanço patrimonial de 31.12.2005 e da demonstração do resultado de 2005 foram reclassificadas. As principais reclassificações realizadas estão mencionadas a seguir:

Combustível para produção de energia elétrica

De acordo com a orientação contida em Despacho nº 657/2006 da ANEEL, o consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da CCC/CDE que vinha sendo registrado na receita operacional, na rubrica "Subvenção Combustível – CCC/CDE" passou a ser apresentado em conta retificadora do custo de produção de energia elétrica, na conta "combustível para produção de energia elétrica". O valor reclassificado, na controladora e no consolidado, foi de R$ 311.481.

Os valores a receber relativos ao reembolso de combustíveis da ELETROBRAS, os quais são repassados aos fornecedores de carvão para pagamento do fornecimento do combustível, que estavam classificados na conta "Créditos da conta consumo de combustível – CCC/CDE", foram reclassificados para a rubrica "Fornecedores". A reclassificação realizada, na controladora e o consolidado, foi de R$ 30.553.

Depósitos judiciais

Em atendimento à Deliberação CVM n° 489, de 31.10.2005, os depósitos judiciais relacionados às contingências provisionadas foram reclassificados do ativo não circulante para contas redutoras dos passivos contingentes correspondentes. O montante reclassificado, na controladora e no consolidado, foi de R$ 25.481.

Encargos financeiros sobre benefícios pós-emprego

Os encargos financeiros sobre o passivo atuarial relativos aos benefícios pós-emprego foram reclassificados das despesas operacionais para as despesas financeiras. A reclassificação efetuada, na controladora e no consolidado, foi de R$ 33.238.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Reconhecimento dos efeitos inflacionários: estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31.12.1995.

b) Aplicações financeiras: são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os valores contábeis, caso excedam os preços médios de mercado, são ajustados através de constituição de provisão.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa: está associada a créditos decorrentes de operações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (atualmente, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE). As demais contas a receber possuem garantias ou ausência de histórico de perdas, não justificando o registro de provisão.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo fiscal diferido): são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base em prejuízos fiscais e diferenças temporárias. A segregação entre circulante e não circulante obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem.

e) Almoxarifado: estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado.

f) Ativos indexados: são atualizados até a data do balanço.

g) Investimentos: os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado;

h) Imobilizado: é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro – UC que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas, em consonância com os citados atos normativos, estão

demonstradas na Nota 11-a.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Até 31.12.1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico.

i) Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais (ver Nota 15 e Nota 16). Os encargos decorrentes de ambos são apropriados até a data do balanço.

j) Derivativos: são contratados com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais de determinados empréstimos e financiamentos. Os ganhos auferidos e as perdas incorridas são reconhecidos no resultado financeiro pelo regime de competência.

l) Demais obrigações: são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

m) Provisão para contingências: as contingências conhecidas na data do balanço são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões estão sendo apresentadas líquidas dos depósitos judiciais a elas relacionadas.

n) Benefícios pós-emprego: são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas, e complementados pelos valores projetados atuarialmente (ver Nota 20).

o) Resultado do exercício: as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

p) Uso de estimativas: a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências

e benefícios pós-emprego, bem como à apresentação do perfil de exigibilidade das mesmas.

q) Demonstrações contábeis consolidadas:

São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 10-d).

Em face da alta proporção de participação da controladora nas demais sociedades controladas (ver Nota 10-b), não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas.

r) Mudança de Práticas Contábeis

Provisão para grandes manutenções

A prática contábil adotada para o reconhecimento da provisão para grandes manutenções do parque gerador da Companhia foi modificada, em atendimento ao Comunicado Técnico nº 01/2006, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON (ver Nota 22-d).

Aplicação de recursos em pesquisa e desenvolvimento

A Companhia, de acordo com a legislação em vigor, está obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (vinte e cinco centésimos por cento, até 31.12.2005) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

O critério de contabilização destes recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento foi alterado conforme orientação contida em Interpretação Técnica nº 03/2006, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON.

O procedimento contábil que vinha sendo adotado pela Companhia e que prevalecia no setor elétrico brasileiro era o de registrar a aplicação destes recursos à medida em que os programas eram executados e os gastos incorridos. Esse procedimento prejudicava o atendimento ao princípio do confronto da receita e despesa, uma vez que o mês da aplicação dos recursos não coincidia com o da competência da receita.

De acordo com o novo procedimento contábil, a parcela da receita da Companhia destinada à aplicação em programas de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico está sendo reconhecida no mesmo mês de competência da receita, na rubrica "Aplicação em pesquisa e desenvolvimento", no grupo Dedução da Receita Operacional Bruta.

4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Certificado de Depósito Bancário – CDB	34.492	12.608	51.836	55.780
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	173.816	-	174.890
Notas do Banco Central – NBC - E	-	19.749	-	31.731
Notas do Tesouro Nacional – NTN - D	-	-	4.508	5.059
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais	153.637	37.148	157.341	83.137
Operações Compromissadas com Títulos Privados	-	-	22.165	-
Outras	-	69	-	129
(-) Garantia de operações de *swaps* no Fundo de Investimentos Exclusivo	-	(36.341)	-	(36.341)
	188.129	**207.049**	**235.850**	**314.385**
(-) Provisão para perdas em aplicações financeiras	(1.777)	(11.896)	(2.603)	(17.427)
	186.352	**195.153**	**233.247**	**296.958**

A Companhia possui Fundo de Investimentos Exclusivo que, em 31.12.2006, era composto por CDB e operações compromissadas, lastreadas em LTN. Os ativos que compõem o fundo estão segregados nas demonstrações contábeis de acordo com as suas naturezas.

O valor de R$ 36.341, relativo a garantia contratual das operações de *swaps*, foi liberado em dezembro de 2006. Este montante estava apresentado no ativo circulante, na rubrica "Cauções e depósitos vinculados".

A provisão para perdas em aplicações financeiras foi constituída para cobrir possíveis perdas decorrentes das aplicações em CDB que a Companhia e a controlada CEM possuem no Banco Santos, o qual teve a sua falência decretada em 2005. Baseados nas condições estabelecidas no Pedido de Falência e nas considerações do Administrador Judicial da Massa Falida, no exercício de 2006, a provisão foi baixada como perda na controladora e no consolidado, nos valores de R$ 10.119 e R$ 14.824, respectivamente.

5 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	2006				2005
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	181.914	-	-	181.914	178.112
Comercializadoras	75.307	-	-	75.307	67.753
Consumidores livres	28.832	492	-	29.324	28.870
Exportação	-	-	740	740	1.940
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Parcelamentos	19.537	-	-	19.537	15.630
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	7.618	-	223	7.841	10.428
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	109.873	-	11.947	121.820	121.804
	137.028	-	12.170	149.198	147.862
	423.081	**492**	**12.910**	**436.483**	**424.537**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(109.873)	-	(11.947)	(121.820)	(121.745)
	313.208	**492**	**963**	**314.663**	**302.792**
Longo prazo					
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Parcelamentos	13.820	-	-	13.820	27.697
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	2.243	-	-	2.243	10.617
	16.063	**-**	**-**	**16.063**	**38.314**

	Consolidado				
	2006				2005
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	184.662	-	-	184.662	180.651
Comercializadoras	75.136	-	-	75.136	54.787
Consumidores livres	67.346	492	-	67.838	54.971
Exportação	-	-	740	740	1.940
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Correntes	380	-	-	380	-
- Parcelamentos	19.537	-	-	19.537	15.630
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	7.618	-	223	7.841	10.428
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.697
	138.033	-	14.167	152.200	150.755
	465.177	**492**	**14.907**	**480.576**	**443.104**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.499)
	354.679	**492**	**2.831**	**358.002**	**320.605**
Longo prazo					
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Parcelamentos	13.820	-	-	13.820	27.697
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	2.243	-	-	2.243	10.617
	16.063	**-**	**-**	**16.063**	**38.314**

Os valores vencidos há mais de 90 dias relativos a transações no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE referem-se a débitos de agentes inadimplentes na MAE, realizada em 30.12.2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido débito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

6 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Circulante				
ICMS	44.375	40.354	45.857	41.459
Imposto de renda	9.021	5.538	10.369	7.857
Contribuição social	2.945	2.806	3.199	3.092
COFINS	1.139	1.923	1.139	3.174
PIS	249	418	249	690
INSS	7.245	198	7.245	198
	64.974	**51.237**	**68.058**	**56.470**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	(41.351)	(39.751)	(41.351)	(39.751)
	23.623	**11.486**	**26.707**	**16.719**
Longo prazo				
ICMS	3.110	2.692	5.880	5.852
COFINS	5.943	3.652	5.953	3.652
PIS	1.289	792	1.291	792
	10.342	**7.136**	**13.124**	**10.296**

Em 2006, foi deferido processo administrativo em favor da Companhia, relativo ao recolhimento indevido de INSS sobre o Programa de Demissão Voluntária - PDV. Este montante vem sendo compensado com o INSS corrente.

A provisão para perdas na realização de crédito acumulado de ICMS decorrente da aquisição de gás natural para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total dos créditos naquele Estado, tendo em vista que a venda de energia elétrica ocorria com diferimento de ICMS.

7 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora				
	2006				2005
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição Social	Total	Total
Provisão para perdas UTE Jacuí	-	-	-	-	27.282
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	136.667	34.167	-	34.167	34.167
Benefícios pós-emprego	167.999	42.000	15.120	57.120	66.149
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.820	30.455	10.964	41.419	41.393
Provisão para contingências	98.724	24.680	8.885	33.565	49.028
Provisão para deprecia ção acelerada UTE W. Arjona	28.531	7.133	2.568	9.701	10.836
Provisão para perdas com créditos de ICMS	41.351	10.338	3.722	14.060	13.516
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	16.858	4.214	1.517	5.731	5.100
Provisão para perdas em aplicações financeiras	1.777	444	160	604	4.045
Provisão honorários advocatícios e de auditoria	1.355	339	122	461	215
Provisão para perdas com *swaps*	4.526	1.132	407	1.539	-
Ajuste a valor presente de valores a receber	25.290	6.322	2.276	8.598	-
Provisão para grandes manutenções	-	-	-	-	15.706
Base negativa da contribuição social	-	-	-	-	537
		161.224	**45.741**	**206.965**	**267.974**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		15.377	4.306	19.683	81.097
Não circulante		145.847	41.435	187.282	186.877
		161.224	**45.741**	**206.965**	**267.974**

Natureza dos créditos	Consolidado				
	2006				2005
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para perdas UTE Jacuí	-	-	-	-	27.282
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	136.667	34.167	-	34.167	34.167
Benefícios pós-emprego	167.999	42.000	15.120	57.120	66.149
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.649
Provisão para contingências	100.899	25.224	9.081	34.305	49.800
Provisão para depreciação acelerada UTE W. Arjona	28.531	7.133	2.568	9.701	10.836
Provisão para perdas com créditos de ICMS	41.351	10.338	3.722	14.060	13.516
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	16.858	4.214	1.517	5.731	5.100
Provisão para perdas em aplicações financeiras	2.603	651	234	885	5.926
Provisão honorários advocatícios e de auditoria	1.355	339	122	461	215
Provisão para perdas com *swaps*	4.526	1.132	407	1.539	-
Ajuste a valor presente de valores a receber	25.290	6.322	2.276	8.598	-
Provisão para grandes manutenções	-	-	-	-	15.777
Prejuízo fiscal	4.576	1.144	-	1.144	2.692
Base negativa da contribuição social	5.049	-	454	454	1.544
		163.307	**46.533**	**209.840**	**274.653**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		16.572	4.779	21.351	82.344
Não circulante		146.735	41.754	188.489	192.309
		163.307	**46.533**	**209.840**	**274.653**

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas. No que se refere ao ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, a realização dar-se-á pela compensação de sua base, limitada a 30% dos lucros tributáveis nos exercícios subseqüentes.

Estudos técnicos de viabilidade, examinados pelo Conselho Fiscal e aprovados pelos órgãos de administração da Companhia indicam que os ativos fiscais diferidos existentes serão totalmente recuperados por lucros tributáveis futuros. Referidos estudos técnicos estão em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

O horizonte de realização desses ativos e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Ativo fiscal diferido, registrado		
2008	12.676	12.997
2009	17.620	18.084
2010	31.183	31.219
2011	54.005	54.296
2012	11.034	11.068
2013 a 2015	30.414	30.465
2016 em diante	30.350	30.360
	187.282	**188.489**
Ativo fiscal diferido, não registrado		
2017 em diante	**21.294**	**21.294**
	208.576	**209.783**

O ativo fiscal diferido não registrado corresponde a Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC. A sua realização ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, em observância à Instrução CVM nº 371/02.

8 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2006		2005	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes dos tributos	**1.165.981**	**1.165.981**	**1.048.120**	**1.048.120**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	6.746	-	6.746	-
Gratificação e 13º de dirigentes	1.784	-	1.614	-
Doações	2.235	2.235	1.049	1.049
Outras despesas indedutíveis	314	314	36	36
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(120.284)	(120.284)	(116.885)	(116.885)
Provisão para perdas UTE Jacuí	(303.131)	-	(303.040)	-
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	(84.893)	-	(87.809)	-
Reversão de juros sobre o capital próprio	(213.000)	(213.000)	(271.700)	(271.700)
Base de cálculo dos tributos no resultado	**455.752**	**835.246**	**278.131**	**660.620**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(113.938)**	**(75.172)**	**(69.533)**	**(59.456)**
Incentivos fiscais	2.181	-	934	-
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	24	-	24	-
Outros	70	-	26	(19)
Imposto de renda e contrib.social - resultado	**(111.663)**	**(75.172)**	**(68.549)**	**(59.475)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(98.489)	(42.610)	(94.663)	(28.942)
Diferido	(13.174)	(32.562)	26.114	(30.533)
	(111.663)	**(75.172)**	**(68.549)**	**(59.475)**

	Consolidado			
	2006		2005	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.226.977**	**1.226.977**	**1.104.052**	**1.104.052**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	6.746	-	6.746	-
Gratificação e 13º de dirigentes	1.999	-	2.151	-
Doações	5.726	5.726	1.319	1.319
Perdas com *swaps* de taxa de câmbio	8.243	8.243	-	-
Outras despesas indedutíveis	345	345	38	38
Exclusões				
Provisão para perdas UTE Jacuí	(303.131)	-	(303.040)	-
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	(84.893)	-	(87.809)	-
Reversão de juros sobre o capital próprio	(213.000)	(213.000)	(271.700)	(271.700)
Ajuste em controlada tributada pelo lucro presumido	(12.801)	(10.951)	(8.323)	(6.861)
Equivalência patrimonial	(300)	(300)	-	-
Base de cálculo dos tributos no resultado	**635.911**	**1.017.040**	**443.434**	**826.848**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(158.978)**	**(91.534)**	**(110.859)**	**(74.416)**
Incentivos fiscais	2.503	-	1.204	-
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	108	-	108	-
Outros	70	-	26	(19)
Imposto de renda e contrib.social - resultado	**(156.297)**	**(91.534)**	**(109.521)**	**(74.435)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(140.376)	(57.986)	(133.677)	(43.201)
Diferido	(15.921)	(33.548)	24.156	(31.234)
	(156.297)	**(91.534)**	**(109.521)**	**(74.435)**

9 – ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

Em junho de 2004 e julho de 2005, a Companhia transferiu 33,33%, em cada ano, do projeto Jacuí à Elétrica Jacuí S.A. - ELEJA. A ELEJA é uma sociedade de propósito específico, controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí. Nos termos do contrato de transferência, o então percentual remanescente da Companhia no projeto Jacuí ficou sendo objeto de opções recíprocas de compra, pela ELEJA, e de venda, pela Companhia. Em 28.03.2006 a ELEJA adquiriu da Companhia participação remanescente de 33,34%, passando a ser titular da totalidade do mesmo, mediante o exercício da segunda das suas opções de compra previstas no contrato. Nos termos do contrato, a ELEJA assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto Jacuí.

De acordo com as condições contratuais os valores da venda estão sendo atualizados pelo IGP-DI e serão recebidos em 36 parcelas a partir da data de início da operação comercial da UTE Jacuí ou da data que se completarem quatro anos, contados a partir da venda e exercícios de opção de compra, o que ocorrer primeiro.

Considerando que os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu, em 2006, o seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a. Os valores nominais e os descontados a valor presente, na controladora e no consolidado, são como se segue:

	2006	2005
Valor da alienação	93.855	60.220
(-) Ajuste a valor presente	(25.290)	-
	68.565	**60.220**

10 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Participações societárias permanentes avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	841.543	885.001	34.757	41.503
Bens e direitos de uso futuro e destinados à alienação	1.742	1.742	1.742	1.742
Outros investimentos	374	374	374	374
	843.659	**887.117**	**36.873**	**43.619**

b) Participações societárias permanentes

	2006				2005	
Empresas	**Lote de Mil Ações ou Quotas**	**Participação (%)**	**Lucro Líquido (Prejuízo)**	**Patrimônio Líquido**	**Lucro Líquido**	**Patrimônio Líquido**
Itá Energética S.A. – ITASA	253.607	48,75	28.380	567.580	16.255	545.941
Companhia Energética Meridional - CEM	344.528	99,99	88.217	480.558	78.446	532.009
Lages Bioenergética Ltda.	30.530	99,99	15.929	32.416	11.725	32.255
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.	4.200	99,99	2.031	17.113	10.459	13.082
Delta Energética S.A.	35	99,99	(28)	3	-	6

c) Movimentação dos investimentos

Empresas	Saldo em 31.12.2004	Aumento de Capital	Resultado da Equivalência Patrimonial	Amortização do Ágio	Dividendos	Saldo em 31.12.2005
ITASA						
Equivalência Patrimonial	253.751	-	16.255	-	(3.860)	266.146
Ágio	12.588	-	-	(2.289)	-	10.299
CEM						
Equivalência Patrimonial	348.562	200.000	78.446	-	(95.000)	532.008
Ágio	35.661	-	-	(4.457)	-	31.204
Lages Bioenergética	30.530	-	11.725	-	(10.000)	32.255
Tractebel Comercializadora	1.423	1.200	10.459	-	-	13.082
Delta Energética	7	-	-	-	-	7
	682.522	**201.200**	**116.885**	**(6.746)**	**(108.860)**	**885.001**

Empresas	Saldo em 31.12.2005	Aumento de Capital	Resultado da Equivalência Patrimonial	Ajuste Exerc. Anterior	Amortização do Ágio	Dividendos	Saldo em 31.12.2006
ITASA							
Equival. Patrimonial	266.146	-	13.835	-	-	(3.286)	27
Ágio	10.299	-	-	-	(2.289)	-	8.010
CEM							
Equival. Patrimonial	532.008	-	88.217	139	-	(139.806)	480.558
Ágio	31.204	-	-	-	(4.457)	-	26.747
Lages Bioenergética	32.255	-	15.929	161	-	(15.929)	32.416
Tractebel Comercializadora	13.082	2.000	2.031	-	-	-	17.113
Delta Energética	7	25	(28)	-	-	-	4
	885.001	**2.025**	**119.984**	**300**	**(6.746)**	**(159.021)**	**841.543**

Do total dos dividendos propostos pelas controladas, R$ 56.000 foram recebidos em 2006 e R$ 103.021 serão recebidos em 2007, em data a ser definida pela Diretoria das Empresas.

d) Participações societárias permanentes

Itá Energética S.A. – ITASA (controlada em conjunto)

As ações representativas do capital social da ITASA são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

A ITASA tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da ANEEL, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, entre os Municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) e possui capacidade instalada de 1.450 MW, proveniente de 5 grupos geradores de 290 MW, e 720 MW médios de energia assegurada.

Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada ITASA tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios.

O ágio na aquisição do investimento tem fundamento econômico na expectativa de resultados futuros e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com as premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para o período de concessão de 35 anos. A avaliação considerou a relação de debt/equity de 50/50 para a implementação do projeto Itá, utilizando-se taxas de desconto de 11,0% para capital de terceiros e de 11,5% para capital próprio.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

ATIVO	2006	2005
Circulante	74.786	66.067
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	3.743	9.521
Permanente	1.022.962	1.064.089
	1.026.705	1.073.610
	1.101.491	**1.139.677**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	109.534	104.004
Passivo não circulante		
Exigível a longo prazo	424.377	489.732
Patrimônio líquido	567.580	545.941
	1.101.491	**1.139.677**
RESULTADO		
Receitas operacionais brutas	219.049	233.129
Deduções da receita operacional	(22.280)	(21.564)
Receitas líquidas de vendas	**196.769**	**211.565**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA		
Energia elétrica comprada para revenda	(16)	(1.336)
Custo de produção de energia elétrica	(45.431)	(52.657)
	(45.447)	**(53.993)**
LUCRO BRUTO	**151.322**	**157.572**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(29.926)	(19.859)
Despesas gerais e administrativas	(19.526)	(19.138)
	(49.452)	**(38.997)**
Resultado do serviço	**101.870**	**118.575**
Despesas financeiras, líquidas	**(59.434)**	**(67.975)**
RESULTADO OPERACIONAL	**42.436**	**50.600**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**432**	**-**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**42.868**	**50.600**
Imposto de renda e contribuição social	(14.488)	(17.256)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**28.380**	**33.344**

Companhia Energética Meridional - CEM (Controlada)

A CEM detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998.

O ágio na aquisição do controle acionário tem fundamento econômico na expectativa de resultado do futuro e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina, ajustado a valor presente com taxa de desconto de 14% a.a.. A avaliação levou em consideração a relação *debt/equity* de 70/30 para a construção da usina.

Lages Bioenergética Ltda. (Controlada)

A Lages detém a autorização da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages – SC, com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A unidade de cogeração possui um sistema de transmissão de interesse restrito, composto de uma subestação com transformador de 31.250 kVA – 13,8/138 kV e de uma linha de transmissão de 138 kV, em circuito simples, de aproximadamente 5 km de extensão. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002.

A Usina de Co-geração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL) da ONU por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

O mercado de comercialização de créditos de carbono movimenta as economias de países desenvolvidos e em desenvolvimento desde fevereiro de 2005, quando entrou em vigor o Protocolo de Kyoto. Para chegar até a condição de potencial comercializadora dos créditos, a Lages teve que cumprir uma série de exigências de diferentes organismos, como o próprio Protocolo de Kyoto, as Nações Unidas, o Governo Federal e auditores independentes.

A usina, que consome 15 mil toneladas de resíduos de madeira/mês, demonstrou que vai reduzir e, em conseqüência, negociar 220 mil toneladas equivalentes de CO2 por ano.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (Controlada)

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Delta Energética S. A. (Controlada)

A Companhia detém 34.999 das 35.000 ações que compõem o capital social da Delta. A controlada não exerceu atividades até o presente momento.

11 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

		Consolidado				
		2006			2005	
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Empresa
Imobilizações em Serviço						
Geração Hidráulica						
UHE Salto Santiago	2,5	640.750	(490.255)	150.495	163.652	Controladora
UHE Salto Osório	2,8	304.141	(233.387)	70.754	69.241	Controladora
UHE Passo Fundo	2,5	123.027	(92.674)	30.353	33.261	Controladora
UHE Itá (em consórcio)	2,3	1.781.075	(259.809)	1.521.266	1.560.796	Controladora/ ITASA
UHE Machadinho (em consórcio)	2,4	179.161	(20.096)	159.065	164.143	Controladora
UHE Cana Brava	2,5	874.444	(93.514)	780.930	799.252	CEM
		3.902.598	**(1.189.735)**	**2.712.863**	**2.790.345**	
Geração Térmica						
Complexo Jorge Lacerda	4,3	2.451.072	(1.262.294)	1.188.778	1.271.460	Controladora
UTE Charqueadas	4,4	56.641	(49.303)	7.338	6.572	Controladora
UTE Alegrete	4,1	8.114	(7.263)	851	861	Controladora
UTE William Arjona	4,3	174.487	(69.267)	105.220	107.496	Controladora
Unidade de Cogeração Lages	4,3	73.467	(8.229)	65.238	62.972	Lages
		2.763.781	**(1.396.356)**	**1.367.425**	**1.449.361**	
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	**36.932**	**(19.440)**	**17.492**	**15.731**	Consolidado
		6.703.311	**(2.605.531)**	**4.097.780**	**4.255.437**	
Imobilizações em Curso						
Geração Hidráulica		22.499	-	22.499	21.191	Controladora/ ITASA/CEM
Geração Térmica		32.214	-	32.214	47.501	Controladora/ Lages
Equipamentos Gerais e Outros		6.024	-	6.024	5.339	Controladora
		60.737	**-**	**60.737**	**74.031**	
Total das imobilizações		**6.764.048**	**(2.605.531)**	**4.158.517**	**4.329.468**	
Obrigações especiais		**(9.619)**	**-**	**(9.619)**	**(56.689)**	Controladora/ Lages
		6.754.429	**(2.605.531)**	**4.148.898**	**4.272.779**	

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço	Em curso	Total	Em serviço	Em curso	Total
Saldo em 31.12.2004	**3.052.582**	**80.211**	**3.132.793**	**4.412.892**	**96.537**	**4.509.429**
Aquisições	-	36.803	36.803	-	43.198	43.198
Transferências	26.808	(26.808)	-	39.447	(39.447)	-
Depreciação	(157.745)	-	(157.745)	(195.171)	-	(195.171)
Baixas	(1.723)	(26.259)	(27.982)	(1.731)	(26.257)	(27.988)
Saldo em 31.12.2005	**2.919.922**	**63.947**	**2.983.869**	**4.255.437**	**74.031**	**4.329.468**
Aquisições	-	64.347	64.347	-	69.040	69.040
Transferências	46.660	(46.660)	-	55.590	(55.590)	-
Depreciação	(159.442)	-	(159.442)	(196.727)	-	(196.727)
Baixas	(16.101)	(26.744)	(42.845)	(16.520)	(26.744)	(43.264)
	2.791.039	**54.890**	**2.845.929**	**4.097.780**	**60.737**	**4.158.517**
Obrigações Especiais	(9.494)	-	(9.494)	(9.619)	-	(9.619)
Saldo em 31.12.2006	**2.781.545**	**54.890**	**2.836.435**	**4.088.161**	**60.737**	**4.148.898**

c) Obrigações Especiais

Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente. A composição destas obrigações é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Doações e subvenções destinadas a investimentos	867	47.937	992	48.062
Reversão e amortização	2.230	2.230	2.230	2.230
Participação da União	3.758	3.758	3.758	3.758
Outras	2.639	2.639	2.639	2.639
	9.494	**56.564**	**9.619**	**56.689**

Em 2006, em decorrência da alienação do projeto Jacuí, as obrigações especiais relativas ao referido empreendimento foram baixadas.

d) Concessões e autorizações do Orgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da Concessão ou Autorização	Capacidade Instalada MW	Data do ato	Vencimento
I – Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	28.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	28.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	28.09.2028
UHE Itá	Controladora/ITASA	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	15.07.2032
UHE Cana Brava	CEM	450	27.08.1998	27.08.2033
II – Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	25.09.1998	28.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	25.09.1998	28.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	25.09.1998	28.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Lages	Lages Bioenergética	28	30.10.2002	30.10.2032

A concessão pertinente à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto Itá Energética S.A. – ITASA (ver Nota 10-d).

A concessão da UHE Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho, do qual a Companhia é a líder e detém participação de 16,94%.

e) Usina Termelétrica Jacuí

Em 28.03.2006, a Companhia alienou a participação remanescente de 33,34% do projeto Jacuí por R$ 31.362. Os valores associados aos ativos baixados pela Companhia são os seguintes:

Custo bruto	401.138
Remuneração das imobilizações em curso - RIC	(71.263)
Subtotal	329.875
Reversão de provisão para perda na recuperação do ativo	(303.131)
Total	**26.744**

f) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

g) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete – RS, de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

12 – ATIVO INTANGÍVEL

	Consolidado					
	2006				2005	
	Taxas médias de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Empresa
Direito de exploração UHE Cana Brava	3,2	88.664	(12.642)	76.022	78.868	CEM
Direito de uso de softwares	20,0	8.394	(7.106)	1.288	1.821	Consolidado
		97.058	**(19.748)**	**77.310**	**80.689**	

13 – UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da usina termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW, utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10.01.2002, com vigência até 31.12.2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual compatível com o valor estimado de alienação.

Em 26 de outubro de 2004 a Administração da Companhia comunicou à Assessoria do Ministério de Minas e Energia que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras seriam mantidas e estariam à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a partir de 1º de janeiro de 2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.

Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia está revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.

O valor residual das unidades geradoras 4 e 5, em 31.12.2006, é de R$ 33.134.

14 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Energia elétrica comprada de terceiros	77.257	41.941	70.244	13.129
Transações no âmbito da CCEE	75.921	896	75.922	946
Encargos de uso da rede elétrica	44.379	33.254	48.880	37.122
Combustíveis fósseis / biomassa	6.252	19.187	6.334	19.367
Materiais e serviços	32.115	17.661	37.939	23.782
	235.924	**112.939**	**239.319**	**94.346**

15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas estrangeira e nacional são as seguintes:

a) Composição

	Controladora					
	2006			2005		
	Principal e encargos			Principal e encargos		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda Estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional	24.799	223.460	248.259	83.419	263.997	347.416
BNP Paribas (*Floating Rate Note)*	112.810	-	112.810	-	110.762	110.762
Deutsche Bank	4.107	8.215	12.322	4.497	13.491	17.988
ABN AMRO Bank	6.029	3.015	9.044	6.601	9.901	16.502
Encargos	5.966	-	5.966	6.054	-	6.054
	153.711	**234.690**	**388.401**	**100.571**	**398.151**	**498.722**
Moeda Nacional						
ELETROBRÁS	87.437	93.402	180.839	79.149	174.443	253.592
BNDES	9.769	1.987	11.756	8.488	11.707	20.195
Banco do Brasil	3.529	14.118	17.647	3.530	17.648	21.178
Encargos	1.706	-	1.706	2.397	-	2.397
	102.441	**109.507**	**211.948**	**93.564**	**203.798**	**297.362**
	256.152	**344.197**	**600.349**	**194.135**	**601.949**	**796.084**

	Consolidado					
	2006			2005		
	Principal e encargos			Principal e encargos		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda Estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional	24.799	223.460	248.259	83.419	263.997	347.416
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	112.810	-	112.810	-	110.762	110.762
Deutsche Bank	4.107	8.215	12.322	4.497	13.491	17.988
ABN AMRO Bank	6.029	3.015	9.044	6.601	9.901	16.502
Encargos	5.966	-	5.966	6.054	-	6.054
	153.711	**234.690**	**388.401**	**100.571**	**398.151**	**498.722**
Moeda Nacional						
ELETROBRÁS	87.437	93.402	180.839	79.149	174.443	253.592
BNDES	36.674	150.498	187.172	34.920	184.040	218.960
Agentes Financiadores - BNDES	14.935	85.879	100.814	14.673	99.043	113.716
Banco do Brasil	3.529	14.118	17.647	3.530	17.648	21.178
BRDE	6.785	31.664	38.449	6.627	37.813	44.440
Encargos	3.008	-	3.008	3.873	-	3.873
	152.368	**375.561**	**527.929**	**142.772**	**512.987**	**655.759**
	306.079	**610.251**	**916.330**	**243.343**	**911.138**	**1.154.481**

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2004	**196.195**	**886.901**	**1.083.096**	**277.712**	**1.539.409**	**1.817.121**
Transferências	182.815	(182.815)	-	516.381	(516.381)	-
Encargos gerados	84.564	-	84.564	130.848	5.031	135.879
Variações monetárias/cambiais	(21.583)	(91.753)	(113.336)	(23.390)	(106.537)	(129.927)
Remuneração de garantias depositadas	-	(10.384)	(10.384)	-	(10.384)	(10.384)
Amortizações	(247.856)	-	(247.856)	(658.208)	-	(658.208)
Saldo em 31.12.2005	**194.135**	**601.949**	**796.084**	**243.343**	**911.138**	**1.154.481**
Transferências	243.997	(243.997)	-	292.859	(292.859)	-
Encargos gerados	68.583	-	68.583	100.758	2.238	102.996
Variações monetárias /Cambiais	(4.133)	(21.005)	(25.138)	(4.133)	(17.516)	(21.649)
Remuneração de garantias depositadas	-	7.250	7.250	-	7.250	7.250
Amortizações	(246.430)	-	(246.430)	(326.748)	-	(326.748)
Saldo em 31.12.2006	**256.152**	**344.197**	**600.349**	**306.079**	**610.251**	**916.330**

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora					
	2006			2005		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	128.392	274.502	45,73	142.985	334.686	42,04
Euro – EUR	40.386	113.899	18,97	50.446	139.687	17,55
Libra Esterlina – GBP	-	-	-	6.054	24.349	3,06
		388.401	**64,70**		**498.722**	**62,65**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)		182.286	30,36		255.622	32,11
Não indexado		29.662	4,94		41.740	5,24
		211.948	**35,30**		**297.362**	**37,35**
		600.349	**100,00**		**796.084**	**100,00**

	Consolidado					
	2006			2005		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	128.392	274.502	29,96	142.985	334.686	28,99
Euro – EUR	40.386	113.899	12,43	50.446	139.687	12,10
Libra Esterlina – GBP	-	-	-	6.054	24.349	2,11
		388.401	**42,39**		**498.722**	**43,20**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)		182.286	19,89		255.622	22,14
URTJLP		315.981	34,48		358.397	31,04
Não indexado		29.662	3,24		41.740	3,62
		527.929	**57,61**		**655.759**	**56,80**
		916.330	**100,00**		**1.154.481**	**100,00**

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

Moeda – indexador	% 2006	% 2005
Dólar Americano – USD	(8,66)	(11,82)
Libra Esterlina – GBP	4,06	(21,53)
Euro – EUR	1,85	(23,50)
TJLP	7,87	9,75

e) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos a longo prazo

	Controladora			Consolidado		
	Moeda Estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda Estrangeira	Moeda nacional	Total
2008	31.921	30.360	62.281	31.921	78.990	110.911
2009	26.222	30.974	57.196	26.222	79.604	105.826
2010	19.430	33.848	53.278	19.430	82.478	101.908
2011	19.430	14.325	33.755	19.430	62.955	82.385
2012	14.379	-	14.379	14.379	46.368	60.747
De 2013 até 2024	123.308	-	123.308	123.308	25.166	148.474
	234.690	**109.507**	**344.197**	**234.690**	**375.561**	**610.251**

f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos a taxas fixas e flutuantes, assim distribuídas

Na controladora

Mercado interno
Taxas fixas de 9,29% a 12,00% a.a. (Em 2005, 9,29% a 12,00% a.a.)
Taxas flutuantes de 6,85% a 17,94% a.a. (Em 2005, 9,75% a 19,65% a.a.)

Mercado externo
Taxas fixas de 6,00% a 8,49% a.a. (Em 2005, de 6,00% a 8,49% a.a.)
Taxas flutuantes de 4,64% a 10,85% a.a. (Em 2005, de 2,67% a 9,30% a.a.)

No consolidado

Mercado interno
Taxas fixas de 9,29% a 12,00% a.a. (Em 2005, de 9,29% a 12,00% a.a.)
Taxas flutuantes de 6,85% a 17,94% a.a. (Em 2005, 9,75% a 19,65% a.a.)

Mercado externo
Taxas fixas de 6,00% a 8,49% a.a. (Em 2005, de 6,00% a 8,49% a.a.)
Taxas flutuantes de 4,64% a 10,85% a.a. (Em 2005, de 2,67% a 9,30% a.a.)

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

Secretaria do Tesouro Nacional - STN: (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 70.681, em 31.12.2006, que está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente.

ABN AMRO Bank: Nota Promissória, com vencimento à vista, no valor correspondente ao do financiamento.

Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional

ELETROBRÁS: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.

BNDES: Cessão e transferência ao Banco do valor equivalente a 1,33% do seu faturamento mensal, a ser feita através de depósitos na Conta Arrecadadora e Conta Vinculada.

Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito no valor de R$ 8.726, anuais, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) Caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.

g.2) Itá Energética S.A. - ITASA

BNDES e Agentes Financeiros: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com suas investidoras; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da ITASA ao BNDES e Agentes Financeiros.

g.3) Companhia Energética Meridional - CEM

BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures: (a) Cessão de todas as receitas e demais valores recebidos decorrentes da geração e da comercialização provenientes da Usina Hidrelétrica Cana Brava; (b) Cessão do direito de receber todos e quaisquer valores que venham a ser exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente, nos termos da Concessão, mas não se limitando, a todas as indenizações pela extinção da Concessão; (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com

um montante depositado equivalente a seis meses do serviço da dívida.

g.4) Lages Bioenergética Ltda.

BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a CELESC, com a interveniência da Tractebel; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Ind. e Com. Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

16 – DEBÊNTURES

a) Composição

	2006					2005
	Circulante			Não circulante	Total	Total
	Encargos	Principal	Total			
Tractebel Energia S.A.						
1ª Série	8.843	4.939	13.782	140.000	153.782	146.892
2ª Série	1.222	-	1.222	60.000	61.222	61.742
Total Controladora	**10.065**	**4.939**	**15.004**	**200.000**	**215.004**	**208.634**
CEM (Série Única)	**2.026**	**9.789**	**11.815**	**74.204**	**86.019**	**93.437**
ITASA (1ª e 2ª Séries)	**2.825**	**8.190**	**11.015**	**49.140**	**60.155**	**67.215**
Total Consolidado	**14.916**	**22.918**	**37.834**	**323.344**	**361.178**	**369.286**

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2004	**-**	-	-	23.360	153.620	176.980
Ingressos	-	200.000	200.000	-	200.000	200.000
Transferências	-	-	-	16.807	(16.807)	-
Encargos gerados	17.073	-	17.073	33.701	3.035	36.736
Variações monetárias	-	(1.652)	(1.652)	1.010	(1.652)	(642)
Amortizações	(6.787)	-	(6.787)	(43.788)	-	(43.788)
Saldo em 31.12.2005	**10.286**	**198.348**	**208.634**	**31.090**	**338.196**	**369.286**
Transferências	4.938	(4.938)	-	22.868	(22.868)	-
Encargos gerados	20.928	-	20.928	35.990	1.426	37.416
Variações monetárias	-	6.590	6.590	2.359	6.590	8.949
Amortizações	(21.148)	-	(21.148)	(54.473)	-	(54.473)
Saldo em 31.12.2006	**15.004**	**200.000**	**215.004**	**37.834**	**323.344**	**361.178**

c) Condições contratadas

	Quantidade em circulação	Remuneração	Condições de Pagamento		Garantia
			Juros/atualização monetária	Principal	
Tractebel Energia					
1ª Série	14.000	IGPM + 9,29% a.a.	Anualmente em 02.05	Parcela única em 02.05.11	Sem garantia
2ª Série	6.000	103,9% do CDI	Semestrais em 02.05 e 02.11	Parcela única em 02.05.10	Sem garantia
CEM					
(Série Única)	7.773	TJLP + 4% a.a. **(*)**	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Semestral, variando de 4,2752% em 01.04.07, a 7,5737% em 01.04.13	Recebíveis decorrentes da geração e comercialização de energia
ITASA					
1ª Série e 2ª Série	8.400	IGPM + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série)	7 parcelas iguais, em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série) de cada ano, até 01.12.13 (1ª série), e 01.06.13 (2ª série)	Penhor dos Direitos Creditórios dos contratos de venda de energia para os seus acionistas

(*) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

d) Variação dos indexadores

	%	
Moeda – indexador	**2006**	**2005**
TJLP	7,87	9,75
IGP-M	3,83	1,21
CDI	15,03	19,00

e) Vencimentos das debêntures a longo prazo

	Controladora	Consolidado
2008	-	18.958
2009	-	20.035
2010	60.000	81.219
2011	140.000	162.522
2012	-	22.522
2013	-	18.088
	200.000	**323.344**

17 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora			
	2006			2005
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Provisões trabalhistas	10.515	-	10.515	9.772
Provisão para grandes manutenções	-	-	-	46.193
Provisão bônus gerencial e participação nos resultados	16.858	-	16.858	15.000
Outras	1.169	653	1.822	662
	28.542	**653**	**29.195**	**71.627**

As provisões trabalhistas referem-se às estimativas de 13º salário, férias, gratificação de férias e os respectivos encargos sociais.

A partir de 2006, a Companhia mudou o critério de reconhecimento da provisão para gastos com grandes manutenções de seu parque gerador, em atendimento à Interpretação Técnica nº 01/2006, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, e ajustou o saldo de 31.12.2005, em contrapartida da conta de Lucros acumulados. (ver Nota 22-d)

Consolidado

O balanço patrimonial consolidado de 2006 inclui o valor de R$ 108, referente a provisões trabalhistas reconhecidas no passivo circulante da controlada ITASA. Em 2005, o balanço patrimonial consolidado incluía o valor de R$ 485, relativo a provisões trabalhistas e para manutenções programadas, registradas nas controladas.

18 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora			
	2006			2005
	Provisão bruta	(-) Depósitos judiciais	Provisão líquida	Provisão líquida
Trabalhistas				
Vínculo empregatício e reintegração	17.876	16.351	1.525	4.840
Periculosidade	700	590	110	593
Horas extras	787	565	222	166
Equiparação salarial e enquadramento funcional	819	190	629	579
Horas *in itinere*	831	797	34	590
Outras	2.977	2.568	409	700
	23.990	**21.061**	**2.929**	**7.468**
Cíveis				
Reajuste e rescisões de contratos com fornecedores	15.970	-	15.970	63.097
Doença ocupacional e acidente do trabalho	20.662	-	20.662	20.317
Atingidos pela UHE Itá	875	-	875	1.679
Danos emergentes e lucros cessantes	755	-	755	100
Outras	775	-	775	752
	39.037	**-**	**39.037**	**85.945**
Fiscais				
Contribuição Social	12.077	3.119	8.958	13.446
INSS	23.620	10.503	13.117	11.861
	35.697	**13.622**	**22.075**	**25.307**
	98.724	**34.683**	**64.041**	**118.720**
Classificação no Balanço				
Circulante			11.000	41.595
Não circulante			53.041	77.125
			64.041	**118.720**

	Consolidado			
	2006			2005
	Provisão bruta	(-) Depósitos judiciais	Provisão líquida	Provisão líquida
Trabalhistas				
Vínculo empregatício e reintegração	17.876	16.351	1.525	4.840
Periculosidade	700	590	110	593
Horas extras	787	565	222	166
Equiparação salarial e enquadramento funcional	819	190	629	579
Horas *in itinere*	831	797	34	590
Outras	2.977	2.568	409	700
	23.990	**21.061**	**2.929**	**7.468**
Cíveis				
Reajuste e rescisões de contratos com fornecedores	15.970	-	15.970	64.334
Doença ocupacional e acidente do trabalho	20.662	-	20.662	20.317
Atingidos pela UHE Itá	2.489	-	2.489	3.028
Danos emergentes e lucros cessantes	755	-	755	100
Outras	2.615	-	2.615	1.674
	42.491	**-**	**42.491**	**89.453**
Fiscais				
Contribuição Social	12.077	3.119	8.958	13.446
INSS	23.620	10.503	13.117	11.861
	35.697	**13.622**	**22.075**	**25.307**
	102.178	**34.683**	**67.495**	**122.228**
Classificação no Balanço				
Circulante			11.206	42.326
Não circulante			56.289	79.902
			67.495	**122.228**

O sumário das contingências fiscais cujo risco foi avaliado como provável é como segue:

Contribuição Social - refere-se ao auto de infração originado pela compensação, na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos exercícios de 1996 e 1997, de base negativa da CSLL constituída anteriormente a 1992.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - corresponde a notificações decorrentes de divergência nos recolhimentos de Adicional de Seguro de Acidente do Trabalho sobre o custeio de aposentadoria especial e de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias.

b) Movimentação

	Controladora			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2005	**22.037**	**86.487**	**35.677**	**144.201**
Adições	2.645	1.661	-	4.306
Atualizações	2.462	4.623	5.025	12.110
Pagamentos	(2.638)	(10)	-	(2.648)
Reversões	(516)	(27.129)	(5.005)	(32.650)
Transferência para fornecedores	-	(26.595)	-	(26.595)
Saldo em 31.12.2006	**23.990**	**39.037**	**35.697**	**98.724**

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2005	**22.037**	**89.995**	**35.677**	**147.709**
Adições	2.645	2.486	-	5.131
Atualizações	2.462	4.877	5.025	12.364
Pagamentos	(2.638)	(276)	-	(2.914)
Reversões	(516)	(27.996)	(5.005)	(33.517)
Transferência para fornecedores	-	(26.595)	-	(26.595)
Saldo em 31.12.2006	**23.990**	**42.491**	**35.697**	**102.178**

c) Contingências de risco possível ou remoto

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2006					2005
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	(-) Depósitos Judiciais	Total líquido	Total líquido
Trabalhistas	10.186	10.928	21.114	4.087	17.027	14.069
Cíveis	9.624	3.580	13.204	-	13.204	27.755
Fiscais	115.542	15.067	130.609	107.117	23.492	2.640
	135.352	**29.575**	**164.927**	**111.204**	**53.723**	**44.464**

	Consolidado					
	2006					2005
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	(-) Depósitos Judiciais	Total líquido	Total líquido
Trabalhistas	10.186	10.928	21.114	4.087	17.027	14.069
Cíveis	34.162	13.364	47.526	-	47.526	57.383
Fiscais	135.669	15.067	150.736	127.244	23.492	3.717
	180.017	**39.359**	**219.376**	**131.331**	**88.045**	**75.169**

A Companhia possui depósitos judiciais que estão vinculados a provisões de risco possível e remoto que, na sua maioria, são efetuados para garantia da condenação em execução ou efetivação de depósito recursal. Estes valores estão apresentados no ativo não circulante.

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal em Florianópolis, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/03. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-lei nº 1.598/1977, o que implica ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Em conseqüência, a Companhia está recolhendo o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, depositando os valores que entende indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco

de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005. A contingência, em 31.12.2006, apresentada como possível é de R$ 112.479 (R$ 32.207 em 31.12.2005).

d) Contingências ativas

De acordo com a orientação contida em Despacho da ANEEL, o registro do consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da CCC/CDE que, até novembro de 2005, vinha sendo registrado na receita operacional, na rubrica "Subvenção combustível CCC/CDE", passou a ser contabilizado em conta retificadora do custo de produção de energia elétrica, na conta "combustível para produção de energia elétrica".

A Companhia entende que, em decorrência da alteração da referida prática contábil, o PIS/COFINS recolhidos em função do procedimento contábil anteriormente adotado devem ser recuperados. Assim sendo, está analisando a forma mais adequada de proceder a esta recuperação. O valor da contingência ativa atualizada para 31.12.2006 é de R$ 66.000.

19 – CONCESSÕES A PAGAR

A controlada Companhia Energética Meridional – CEM pagará à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M. Os valores históricos e atualizados, em 31.12.2006, são os seguintes:

	Valor Histórico		Valor Atualizado	
Ano	**Anual**	**Total**	**Anual**	**Total**
De 01.01.2007 a 30.07.2023	680	12.920	1.559	25.849
De 01.08.2023 a 30.07.2033	61.280	612.800	140.470	1.404.701
		625.720		**1.430.550**

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a CEM registrou o seu valor no ativo intangível em contrapartida com os passivos circulante e exigível a longo prazo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a CEM procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da referida concessão. Até a entrada em operação comercial da usina Cana Brava, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Consolidado		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**
Saldo em 31.12.2004	**1.472**	**160.417**	**161.889**
Transferências	1.536	(1.536)	-
Encargos gerados	-	15.960	15.960
Variações monetárias	-	3.289	3.289
Amortizações	(1.478)	-	(1.478)
Saldo em 31.12.2005	**1.530**	**178.130**	**179.660**
Transferências	1.564	(1.564)	-
Encargos gerados	-	18.039	18.039
Variações monetárias	-	6.941	6.941
Amortizações	(1.535)	-	(1.535)
Saldo em 31.12.2006	**1.559**	**201.546**	**203.105**

b) Vencimentos da concessão a pagar a longo prazo

2008	1.559
2009	1.559
2010	1.559
2011	1.559
2012	1.559
De 2013 até 2033	193.751
	201.546

20 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia na condição de sua Instituidora e por outras Companhias, pertencentes ao Grupo Suez.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido

O Plano de Benefício Definido tem regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria e pensão e repartição simples para os auxílios. Os benefícios previstos são os seguintes:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

O benefício inicial de complementação de aposentadoria consiste, basicamente, na diferença entre a média aritmética dos 36 últimos salários reais de contribuição do empregado ao Plano, atualizados, mês a mês, pelos mesmos índices adotados pela Previdência Social, e o valor hipotético do benefício de aposentadoria da Previdência Social, calculado com a aplicação das regras que vigoravam antes da entrada em vigor da Lei nº 9.876, de 26.11.1999. Após sua concessão, a complementação de benefício é reajustada anualmente com base na variação do INPC do IBGE.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social ELOS, patrocinada pela Companhia e por outra empresa, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da rescisão do Convênio de Adesão, o Plano de Benefícios composto pelos participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo

Benefício Proporcional Diferido até aquela data, continua sob a responsabilidade da Companhia.

Enquanto perdurar esta situação, a Companhia é responsável pelo custeio de 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da outra patrocinadora desta fundação). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da ELOS vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia no exercício de 2006 foi de R$ 1.402 (R$ 1.777 em 2005).

As partes continuam buscando alternativas àquela aprovada pela SPC para regularizar a situação que se apresenta até o momento.

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2006 foi de R$ 2.121 (R$ 2.110 em 2005).

As premissas atuariais utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Hipóteses Econômicas (nominais)

	2006	2005
Taxa de desconto (a.a.)	10,75%	11,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	11,00%	11,50%
Crescimento salarial futuro		
- Participante ativo (a.a.)	7,00%	7,50%
- Participante autopatrocinado (a.a.)	5,00%	5,50%
Crescimento dos benefícios da previdência social (a.a.)	5,00%	5,50%
Crescimento dos benefícios do Plano patrocinado pela Companhia (a.a.)	5,00%	5,50%
Inflação	5,00%	5,50%
Fator de capacidade		
- Salários	100%	100%
- Benefícios	100%	100%

Hipóteses Demográficas

	2006	2005
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)	GAM 1983, com ajuste de idade de -1
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 (por sexo)	IAPB 57
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 Disability Class 1 (por sexo)	TASA27
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*	T-1 *Experience*
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências	Primeira data em que completam todas as carências
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90	90
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses

	2006	2005
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%	100%
Fator de conversão do SB-40	140%	140%

A conciliação dos passivos decorrentes de benefícios pós-emprego, reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, é a seguinte:

	2006			2005		
	Plano de Aposentadoria	Gratificação Confiden-cialidade	Total	Plano de Aposenta-doria	Gratificação Confiden-cialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.179.927	-	1.179.927	1.145.672	-	1.145.672
Valor justo dos ativos	(736.567)	-	(736.567)	(689.903)	-	(689.903)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.628	1.628	-	1.359	1.359
Subtotal	443.360	1.628	444.988	455.769	1.359	457.128
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(130.187)	(707)	(130.894)	(170.048)	(305)	(170.353)
Passivo reconhecido no balanço	**313.173**	**921**	**314.094**	**285.721**	**1.054**	**286.775**

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais será amortizado anualmente, de forma linear, pelo período de, aproximadamente, 8,25 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano.

Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço, decorrente de benefícios pós-emprego, está coberta por obrigações contratadas/reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo, firmado pela Companhia. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	2006			2005
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	14.155	130.790	144.945	90.043
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições extraordinárias	5.495	4.214	9.709	24.999
Passivo atuarial não contratado	719	158.721	159.440	171.733
Passivo atuarial total	**20.369**	**293.725**	**314.094**	**286.775**

A composição dos contratos de confissão de dívidas passadas é como se segue:

	Ano	Amortização	Encargos	2006	2005
ELOS					
Contribuições adicionais	1993	mensal, até 12.2014	INPC + 6% a.a.	74.389	79.371
Parcelamento de dívidas	1993	mensal, até 11.2011	INPC + 6% a.a.	9.609	8.700
Despesas administrativas	2001	mensal, até 03.2006	INPC + 10% a.a.	-	1.972
Contribuições suplementares passadas	2006	mensal, até 04.2011	INPC + 6% a.a.	11.338	-
Cobertura de reservas matemáticas	2006	mensal, até 12.2023	INPC + 6% a.a.	22.226	-
				117.562	**90.043**
PREVIG					
Cobertura de reservas matemáticas – Migração Plano Benefício Definido					
Benefícios concedidos	2006	mensal, até 04.2022	INPC + 6% a.a.	14.669	-
Benefícios a conceder	2006	mensal, até 04.2014	INPC + 6% a.a.	4.651	-
Cobertura de reservas matemáticas	2006	mensal, até 12.2023	INPC + 6% a.a.	7.318	-
Contribuições suplementares passadas	2006	mensal, até 04.2011	INPC + 6% a.a.	745	-
				27.383	**-**
				144.945	**90.043**

A movimentação do passivo aturial está resumida a seguir:

	Plano de Aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Passivo em 31.12.2004	**249.168**	**959**	**250.127**
Despesas do exercício de 2005	75.128	188	75.316
Contribuições reais da Cia. no ano de 2005	(38.575)	-	(38.575)
Benefícios pagos pela Cia. no ano de 2005	-	(93)	(93)
Passivo em 31.12.2005	**285.721**	**1.054**	**286.775**
Despesas do exercício de 2006	58.158	199	58.357
Contribuições reais da Cia. no ano de 2006	(30.706)	-	(30.706)
Benefícios pagos pela Cia. no ano de 2006	-	(332)	(332)
Passivo em 31.12.2006	**313.173**	**921**	**314.094**

Os valores a serem reconhecidos no resultado, no exercício de 2007, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de Confidencialidade, são os seguintes:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	338	65	403
Custo dos juros	122.470	149	122.619
Rendimento esperado dos ativos do plano	(78.413)	-	(78.413)
Amortização de perdas atuariais	1.284	48	1.332
Contribuição dos empregados	(234)	-	(234)
Total	**45.445**	**262**	**45.707**

a.2) Plano de Contribuição Definida

Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar outro plano, do tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

No plano de Contribuição Definida, do qual fazem parte 94% dos empregados da Companhia (887 participantes), o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados. O valor da contribuição da Companhia no exercício de 2006 foi de R$ 3.149 (R$ 2.236 em 2005).

Adicionalmente, a título de incentivo à migração, a Companhia assumiu uma contribuição especial correspondente a R$ 4.108 no ano de 2006 (R$ 1.760 em 31.12.2005), paga ao participante com, no mínimo, 10 (dez) anos de vinculação ao plano anterior, calculada com o objetivo de aumentar as provisões matemáticas dos participantes, buscando neutralizar eventual impacto que teria ao optar pela migração.

A Companhia é responsável pelo custeio de 100% das despesas administrativas do Plano de Contribuição Definida até 31.12.2006. A partir daí os mesmos serão rateados entre a patrocinadora e os participantes do plano. O valor dessas despesas no exercício de 2006 foi de R$ 340 (R$ 241 em 2005).

b) Gratificação por Confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

21 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Encontram-se registrados nesta rubrica, na controladora e no consolidado, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, no valor de R$ 36.535 no exigível a longo prazo (R$ 36.532 em 2005), calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da ANEEL, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais.

22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais, ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2006, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31 de dezembro de 2006 é de R$ 4,24 (R$ 4,11 por ação em 31.12.2005).

O quadro societário da Companhia está assim constituído:

	% do Capital	
Acionistas	**2006**	**2005**
Suez Energy South America Participações Ltda.	68,71	68,73
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	2,80	2,80
União Federal	1,90	1,90
Outros	16,59	16,57
	100,00	**100,00**

c) Composição das reservas

	2006	2005
Reserva de Capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de Lucros		
Reserva legal	197.214	148.257
Reserva de retenção de lucros	29.896	243
	227.110	**148.500**

A Administração da Companhia, com base em orçamento de capital a ser submetido à Assembléia Geral Ordinária, está propondo a constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R$ 29.653, sem prejuízo à distribuição de dividendos.

d) Lucros acumulados - Ajuste de exercícios anteriores

A Companhia, a partir de 01.01.2006, modificou a prática contábil de registro da provisão para grandes manutenções de seu parque gerador, em atendimento à Interpretação Técnica do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, a qual visa à convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade.

A prática contábil que vinha sendo adotada pela Companhia e que prevalecia no Brasil, até 31.12.2005, era a de constituir provisão para gastos com grandes manutenções de bens do ativo imobilizado, em base mensal, para refletir o total das despesas e dos gastos a incorrer no período planejado da manutenção.

De acordo com o novo critério contábil, os componentes principais dos bens do imobilizado que precisarem de reposição em intervalos regulares devem ser contabilizados como ativos individuais, separados daqueles bens do imobilizado aos quais se relacionam, e depreciados com base nas vidas úteis destes ativos separados. Os dispêndios incorridos na reposição ou renovação dos componentes são registrados no imobilizado como aquisição de um ativo separado e os ativos substituídos são baixados do imobilizado.

Os efeitos da mudança da prática contábil, no montante de R$ 29.653, líquido de imposto de renda e contribuição social, foram reconhecidos diretamente na conta “Lucros acumulados”. Os efeitos decorrentes do ajuste em cada rubrica do balanço patrimonial de 31.12.2005 e da demonstração do resultado do exercício de 2005 estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Consolidado		
	Publicado	**Ajustes**	**Ajustado**
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Ativo fiscal diferido	82.344	(8.271)	74.073
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo fiscal diferido	192.309	(7.077)	185.232
Permanente			
Investimentos	43.619	(300)	43.319
Imobilizado e intangível	4.353.468	(1.263)	4.352.205
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações estimadas	49.243	(24.325)	24.918
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações estimadas	22.869	(22.239)	630
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Lucros acumulados	-	29.653	29.653
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Depreciação	(208.108)	(140)	(208.248)
Constituição de provisões operacionais, líquida	(49.691)	15.855	(33.836)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.078)	(5.288)	(12.366)

23 – DIVIDENDOS PROPOSTOS

No decorrer do ano de 2006, o Conselho de Administração da Companhia aprovou créditos de juros sobre o capital próprio com os seguintes valores:

- R$ 114.000, correspondentes a R$ 0,174648 por ação, aprovados em 11.08.2006 e pagos em 25.10.2006.
- R$ 99.000, correspondentes a R$ 0,151668 por ação, aprovados em 06.12.2006, que serão pagos em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva e comunicada através de Aviso aos Acionistas.

Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2006.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica e não estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

Em 11.08.2006, o Conselho de Administração da Companhia, usando a competência que lhe confere o Estatuto Social, aprovou a distribuição de dividendos intercalares com base nas Demonstrações Contábeis levantadas em 30.06.2006, no valor de R$ 324.000, correspondentes a R$ 0,496367 por ação, os quais foram pagos em 25.10.2006.

Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia.

	2006	2005
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	979.146	920.096
Constituição da reserva legal (5%)	(48.957)	(46.005)
Base de cálculo	930.189	874.091
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**279.057**	**262.227**
b) Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	182.649	232.132
Dividendos intercalares	324.000	141.000
Saldo dos dividendos propostos	393.189	461.391
Subtotal	899.838	834.523
I.R.R.F. dos juros sobre o capital próprio	30.351	39.568
Total	**930.189**	**874.091**
Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00)**:	1,425048	1,339106

O saldo dos dividendos propostos, no valor de R$ 393.189, correspondente a R$ 0,602365 por ação, será pago após a deliberação da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as Demonstrações Contábeis.

24 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	2006					2005
	Custos		Despesas			
	Produção e Comercializ.	Serviços Prestados	Despesas com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	82.006	7.139	3.103	34.641	126.889	120.720
Administradores	-	-	-	8.474	8.474	7.299
Material	20.401	265	109	1.445	22.220	20.851
Serviço de terceiro	40.756	2.247	791	23.933	67.727	65.701
Combustível p/produção energia	95.575	-	-	-	95.575	101.570
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	26.830	-	-	-	26.830	52.604
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	162.625	-	162.625	116.395
Uso de bem público – UBP	2.209	-	-	-	2.209	3.671
Depreciação e amortização	157.617	-	-	1.387	159.004	158.608
Seguros	5.384	448	-	265	6.097	7.224
Indenizações trabalhistas e a terceiros	-	19	2.920	4.412	7.351	4.226
Contribuições setoriais	-	-	-	2.330	2.330	4.002
Taxa de fiscalização	-	-	-	8.011	8.011	7.812
Contribuições e doações	415	48	-	4.856	5.319	4.430
Devolução de adicional tarifário	-	-	-	9.072	9.072	-
Outros	1.626	88	171	13.107	14.992	10.292
	432.819	**10.254**	**169.719**	**111.933**	**724.725**	**685.405**

	Consolidado					
	2006					2005
	Custos		Despesas			
	Produção e Comercializ.	Serviços Prestados	Despesas com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	82.318	7.139	3.103	35.126	127.686	121.458
Administradores	-	-	-	9.944	9.944	9.009
Material	21.932	265	111	1.589	23.897	22.853
Serviço de terceiro	48.333	2.247	1.145	26.515	78.240	75.330
Combustível p/produção energia	102.070	-	-	-	102.070	104.694
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	38.326	-	-	-	38.326	67.311
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	202.545	-	202.545	162.431
Uso de bem público – UBP	2.209	-	-	-	2.209	3.671
Depreciação e amortização	197.743	-	-	10.621	208.364	208.108
Seguros	6.848	448	-	265	7.561	9.239
Indenizações trabalhistas e a terceiros	-	19	2.920	4.416	7.355	4.318
Contribuições setoriais	-	-	-	2.803	2.803	4.168
Taxa de fiscalização	-	-	-	9.419	9.419	9.156
Contribuições e doações	461	48	-	9.205	9.714	4.885
Devolução de adicional tarifário	-	-	-	9.072	9.072	-
Outros	2.181	88	325	14.325	16.919	25.677
	502.421	**10.254**	**210.149**	**133.300**	**856.124**	**832.308**

25 – CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES OPERACIONAIS, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Benefícios pós-emprego	(7.881)	(27.832)	(7.881)	(27.832)
Contingências cíveis	23.520	(3.350)	23.078	(2.556)
Contingências fiscais	(1.600)	(6.774)	(1.600)	(6.774)
Contingências trabalhistas	(1.442)	1.859	(1.442)	1.859
Manutenções programadas	-	(15.619)	-	(15.855)
Outras	(702)	1.467	(702)	1.467
	11.895	**(50.249)**	**11.453**	**(49.691)**

A provisão para benefício pós-emprego, em 2005, foi influenciada pelos efeitos atuariais decorrentes da mudança do plano de benefícios.

Em 2006, a Companhia reverteu uma provisão para contingência cível no valor de R$ 22.005, relativa a encargos vinculados à atividade de energia elétrica, em virtude da probabilidade da perda ter se tornado improvável.

Em decorrência de mudança de prática contábil (ver Nota 22-d), a provisão para manutenção programada deixou de ser reconhecida no resultado, a partir de 2006.

26 – GANHOS EM AÇÕES JUDICIAIS

Em setembro de 2006, foi certificado o trânsito em julgado de decisão favorável ao afastamento da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS ampliada pela Lei nº 9.718/98, em favor da Companhia e de sua controlada Companhia Energética Meridional - CEM. A referida decisão garantiu às Companhias a desoneração da tributação atacada com a recuperação dos excessos recolhidos sob o amparo daquela Lei, que representou para a Tractebel Energia e CEM, os montantes atualizados de R$ 87.535 e R$ 1.152, respectivamente, os quais foram compensados, em 2006, com tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.

27 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	42.771	68.238	55.487	88.901
Juros sobre valores a receber e créditos fiscais	24.910	26.309	24.774	26.324
Variação monetária - depósitos judiciais	12.489	5.176	14.364	5.473
Variação monetária - contas a receber	932	13.044	936	13.073
Variação monetária - outras	1.794	814	1.802	814
Variação cambial	696	745	712	1.403
Outras	9.169	3.037	9.591	3.098
	92.761	**117.363**	**107.666**	**139.086**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	96.970	90.589	147.871	161.567
Encargos sobre concessão ANEEL	-	-	18.039	15.960
Encargos sobre passivo atuarial	49.480	44.558	49.480	44.558
Encargos sobre provisões operacionais, líquidos	1.973	6.227	1.974	6.318
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	332	7.386	364	7.390
Variação monetária - financiamentos e debêntures	6.590	(1.652)	12.438	6.924
Variação monetária - Concessão ANEEL	-	-	6.941	3.289
Variação monetária - outras	4.671	2.512	4.703	2.592
Variação cambial - empréstimos e financiamentos	(25.138)	(113.336)	(25.138)	(137.493)
Variação cambial - aplicações financeiras	906	2.392	(196)	2.901
Perdas com *swaps* de taxa de câmbio/juros	17.441	104.537	25.684	130.253
CPMF	11.786	13.778	15.565	17.610
Outras	4.312	11.820	6.149	12.887
	169.323	**168.811**	**263.874**	**274.756**
Resultado financeiro	**(76.562)**	**(51.448)**	**(156.208)**	**(135.670)**

28 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de Mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Estes riscos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado.

Em outubro de 2006, a Companhia liquidou a sua última operação de *swap* de taxa de juros no mercado internacional, na qual era passiva à taxa fixa média de 5,27% a.a. e ativa em Libor US$ seis meses.

A Companhia possui uma política de maior proteção do seu passivo em moeda externa, através de operações de *swaps* no mercado de balcão, onde a variação cambial de empréstimos e financiamentos é trocada pela variação do CDI. Os vencimentos das operações de *swaps* são concomitantes com as datas de vencimento do fluxo de compromissos do passivo em moeda externa. As operações são registradas na Cetip e têm como contraparte, instituições financeiras de comprovada solidez financeira e patrimonial, respeitando os limites de crédito definidos pela Companhia.

Essas operações estão apresentadas nas demonstrações contábeis nas rubricas "Operações com derivativos", no passivo circulante, e "Perdas com *swaps* de taxa de câmbio/juros", na despesa financeira, conforme a seguir demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Passivo Circulante				
Operações com derivativos	4.526	46.181	4.526	65.876

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Despesa Financeira				
Perdas com *swaps* de taxa de câmbio/juros	17.441	104.537	25.684	130.253

A exposição líquida da Companhia ao fator de risco de taxa de câmbio é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	388.401	498.722	388.401	498.722
Instrumentos de *hedge* cambial				
Principal e juros incorridos	(153.711)	(80.822)	(153.711)	(131.147)
Juros a incorrer	(28.096)	(15.209)	(28.096)	(15.209)
Aplicações financeiras em moeda estrangeira	-	(19.749)	(4.508)	(36.790)
Exposição líquida	**206.594**	**382.942**	**202.086**	**315.576**

a.2) Risco de Crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Nas transações de venda para clientes industriais, os chamados Consumidores Livres, para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais, a Companhia, através de sua área de crédito, procede a uma análise de crédito prévia e estabelece, em conjunto com o Comitê de Crédito, o limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em ratings divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 4, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos e financiamentos foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude de estes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos significativamente baixos em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2006		2005	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e encargos em moeda estrangeira	388.401	363.812	498.722	495.438
Empréstimos e encargos em moeda nacional	211.948	215.188	297.362	283.941
	600.349	**579.000**	**796.084**	**779.379**

Nas controladas, as operações envolvendo instrumentos financeiros não apresentam diferenças relevantes entre os valores médios de mercado e os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis.

29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

Itá Energética S. A. – ITASA

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica ITÁ, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 61 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pela variação do Dólar acrescido da inflação norte americana.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pelo IGP-M.

Companhia Energética Meridional – CEM

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da CEM não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com vigência até 2015, para aquisição da energia elétrica produzida na UHE Cana Brava. O contrato estabelece a aquisição, pela Companhia, no montante anual de 2.395.903 MWh. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da UHE Cana Brava, com vigência até o término da concessão da usina e valores reajustáveis anualmente pelo IGP-M, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento.

Lages Bioenergética Ltda.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência até 31.03.2017.

Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Co-geração Lages, com término em 31.03.2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado no menor período legalmente permitido (atualmente, período anual), pela variação do IGP-M.

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	Controladora						
	2006						2005
	SESA (*)	CEM	ITASA	LAGES	TBLC (**)	Total	Total
ATIVO							
Contas a receber	657	201	1.356	638	14.880	**17.732**	**17.834**
Dividendos a receber de controladas	-	83.806	3.286	15.929	-	**103.021**	**78.860**
PASSIVO							
Fornecedores	-	31.569	10.499	-	-	**42.068**	**40.410**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	327.989	-	-	-	-	**327.989**	**340.307**
RESULTADO							
Receita operacional							
Suprimento de Energia	-	-	-	5.808	136.313	**142.121**	**64.330**
Receitas de serviços							
Administração	-	656	-	103	-	**759**	**1.108**
Operação e manutenção	-	1.747	9.812	1.436	-	**12.995**	**12.672**
Custo de Energia Elétrica e serviços							
Compra energia	-	268.024	114.774	-	-	**382.798**	**370.566**
Outros	-	-	-	18	-	**18**	**10**
Financeiro							
Receita	-	-	-	-	213	**213**	**14**

(*) Suez Energy South America Participações Ltda.
(**) Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

30 – GARANTIAS A TERCEIROS

Itá Energética S.A. - ITASA

A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financeiros, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida apresentada nas Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia, em 31.12.2006 é de R$ 243.059 (R$ 273.526 em 31.12.2005).

Companhia Energética Meridional - CEM

A Tractebel Energia é interveniente no Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures não Conversíveis em Ações e no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, celebrados entre a controlada CEM e o BNDES. Como interveniente, a Companhia assumiu as obrigações em relação aos contratos:

- Garantir o pagamento antecipado nas seguintes hipóteses exclusivas: a) de extinção da concessão por motivo imputável à CEM, aos intervenientes ou suas controladas, coligadas ou controladoras; e b) celebração de acordo com o Poder Concedente pela CEM, pelos intervenientes ou por qualquer uma de suas controladas, coligadas ou controladoras, visando à extinção da concessão;
- Ceder ao BNDES quaisquer valores resultantes de indenização recebida em função da extinção da concessão da UHE Cana Brava, pelo Poder Concedente.

Além das obrigações acima especificadas, a Tractebel Energia deu ao BNDES, em caução, a totalidade das ações de sua propriedade, representativas do capital social da CEM, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2006 totaliza R$ 180.511 (R$ 200.926 em 31.12.2005).

Lages Bioenergética Ltda.

A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre Lages Bioenergética e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no capital social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.12.2006 totaliza R$ 38.585 (R$ 44.597 em 31.12.2005).

31 – SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 3.545.974, equivalentes a R$ 7.581.292 em 31.12.2006, e de lucro cessante com valor declarado de US$ 106.275, equivalentes a R$ 227.216 em 31.12.2006. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 150.000, equivalentes a R$ 320.700 em 31.12.2006, por evento.

A apólice e os valores acima se referem aos bens do patrimônio da Companhia. A UHE Cana Brava, cuja concessão pertence à controlada CEM, está incluída na apólice da Tractebel Energia com valor declarado para danos materiais de US$ 278.569, equivalentes a R$ 595.581 em 31.12.2006, e lucro cessante de US$ 9.642, equivalentes a R$ 20.615 em 31.12.2006.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 106.900 em 31.12.2006. Estas apólices incluem a UHE Itá, construída e explorada em consórcio com a controlada em conjunto ITASA.

A controlada Lages Bioenergética Ltda. possui seguro de Riscos Operacionais com cobertura de US$ 25.000 equivalentes a R$ 53.450 em 31.12.2006, e possui também, apólice de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 106.900 em 31.12.2006.

Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de Conselheiros, Diretores e Administradores – (D&O) extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus Diretores e Empregados.

32 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

A Companhia mantém Contrato de Conexão com a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Tractebel Energia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

A Companhia celebrou contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, empresas transmissoras e Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, com vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Tractebel Energia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro.

c) Contratos Bilaterais de Venda de Energia Elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está quase totalmente contratada até 2008 e com parcela significativa contratada em 2009 e 2010.

d) Compra de Energia Elétrica da Argentina

A Companhia firmou contrato com a CIEN – Companhia de Interconexão Energética, por um

prazo de 20 anos, a partir de 21.06.2000, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL. No mês de março de 2005, a ANEEL realizou fiscalização para verificar as condições de garantia de entrega física da UTE Uruguaiana e das Interconexões de Garabi (CIEN), onde foi constatada a indisponibilidade de efetiva geração e transporte de energia elétrica pelos agentes fiscalizados, nos montantes contratados. Em decorrência deste fato, o Ministério de Minas e Energia expediu a Portaria nº 153, de 30.03.2005, definindo novos valores de garantia física dos respectivos empreendimentos de geração e interconexões.

Em 01.04.2005 foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 155/05 estabelecendo os critérios a serem utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na determinação dos limites de disponibilidade de geração e de garantia física de energia para a UTE Uruguaiana e para as Interconexões de Garabi. Com base nos referidos atos normativos foi reduzido o valor da garantia física originalmente atribuído à CIEN para o atendimento do contrato, de 300 MW para, aproximadamente, 72 MW. Em razão do modo como o contrato está registrado na CCEE, esta redução deixaria a Companhia sujeita às penalidades previstas na legislação setorial, por insuficiência de lastro físico, além da exposição ao mercado de curto prazo da CCEE, o que a levou a firmar contrato para compra da energia elétrica correspondente de outro agente. Por força do ocorrido, a Companhia entende que ficou caracterizado inadimplemento contratual por parte da CIEN, e que multas e ressarcimentos previstos no contrato tornaram-se devidos à Companhia. Assim, baseada em dispositivos contratuais que determinam que os valores constantes das faturas emitidas pela CIEN já devem ser líquidos de todos os montantes por elas devidos à Companhia a título de multas e ressarcimentos (o que não vem sendo feito pela CIEN com relação a nenhuma das faturas por ela emitidas sob o contrato desde a redução de sua garantia física), a Companhia não vem efetuando o pagamento das referidas faturas, desde março de 2005, por serem tais faturas consideradas inábeis.

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 224, de 20 de junho de 2006 reduziu a zero os

valores de garantia física de energia elétrica oriunda de importação da CIEN, em decorrência da impossibilidade de fornecimento de energia elétrica. Esta redução será mantida até que a CIEN comprove a existência de disponibilidade de energia. A Companhia tem o prazo até 30 de junho de 2007, ou até que seja publicado novo entendimento, para efetuar a recomposição do referido lastro.

e) Compra de gás natural

A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul – MSGÁS, com vigência de cinco anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona, localizada em Campo Grande – MS, renováveis por mais cinco anos.

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22 de maio de 2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém, a MSGás comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petrobras , vendedora do gás para a MSGás.

Apesar de as partes ainda não terem firmado um acordo visando a renovação do contrato, o fornecimento do gás está mantido por força de uma liminar concedida à Tractebel, em ação cautelar que tramita na Comarca de Campo Grande - MS.

Considerando a condição atual de operação da UTE William Arjona, os custos com a aquisição de gás, mesmo com a majoração de preço, seriam integralmente recuperados através dos Encargos do Serviço do Sistema – ESS, portanto, não haveria impactos relevantes no resultado da Companhia.

33 – SERVIÇOS DE AUDITORIA

Os auditores independentes da Companhia e de suas controladas não prestam outros serviços além dos serviços de auditoria contábil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Dirk Beeuwsaert
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

Antonio Alberto Gouvêa Vieira
Conselheiro

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro

Pierre Michel Philippe Chareyre
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente – CRC RJ 072259/O-5 S-SC

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Comercialização e Negócios e Diretor de Implantação de Projetos

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Marc Verstraete
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos administradores e acionistas
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis - SC

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Tractebel Energia S.A. individual (controladora) e consolidado levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo parte integrante das demonstrações contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis, 5 de fevereiro de 2007.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Sócio-contador
CRC RS – 042.460/0-3 "S" SC
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/0-5 "S" SC

Claudio Henrique Damasceno Reis
Sócio - contador
CRC SC-024494/0-1
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/0-5 "S" SC

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Newton de Lima Azevedo Junior, Carla Carvalho de Carvalho e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2006 e a proposta de destinação de lucro, inclusive lucros acumulados, e com base no parecer dos auditores independentes BDO Trevisan Auditores Independentes emitido em 05/02/07, declaram que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S/A em 31 de dezembro de 2006, estando em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., abaixo assinados, após examinarem o relatório da administração de 2006, declaram que o mesmo está em condição de ser apreciado pela Assembléia Geral de Acionistas da Empresa.

Florianópolis, 16 de março de 2007.

Newton de Lima Azevedo Junior
Conselheiro Presidente

Carla Carvalho de Carvalho
Conselheira Secretária

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

Tractebel Energia

SUEZ

Rua Antônio Dib Mussi, 366
CEP 88015-110 | Florianópolis | SC
Tel.: 48 3221-7000
Fax.: 48 3221-7001

www.tractebelenergia.com.br